Muito além dos campos

Arqueologia e história na Amazônia Marajoara

Denise Pahl Schaan
Cristiane Pires Martins
Organizadoras

MUITO ALÉM DOS CAMPOS

Arqueologia e história na Amazônia Marajoara

Denise Pahl Schaan
Cristiane Pires Martins
Organizadoras

MUITO ALÉM DOS CAMPOS

Arqueologia e história na Amazônia Marajoara

Denise Pahl Schaan
Cristiane Pires Martins
Organizadoras

1ª Edição

GKNORONHA

Belém - Pará - 2010

Produção Editorial
Denise Schaan

Revisão
Denise Schaan

Fotos
Cristiane Pires Martins
Vera Lúcia Mendes Portal
Wagner Fernando da Veiga e Silva

Mapas
Joyce Prado

Ilustrações
Deise Lobo

Projeto gráfico, diagramação e capa
Guilherme K. Noronha

Distribuição
Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Av. Augusto Correia, Nº 1
CEP 66.075-110 – Belém – Pará – Brasil
Fone/Fax: +55 (91) 3201-8327
E-mail: ppgacampos@ufpa.br

Financiamento
IPHAN
CNPq

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara / Denise Pahl Schaan, Cristiane Pires Martins, organizadoras. – 1. ed. – Belém : GKNORONHA, 2010.
200 p.
Inclui bibliografias.
ISBN 978-85-62913-01-3

1. Sítios arqueológicos - Marajó, Ilha (PA). 2. Sítios históricos - Amazônia. 3. Arqueologia - Amazônia - História. I. Schaan, Denise Pahl (org.). II. Martins, Cristiane Pires (org.).

CDD - 22. ed. 930.10283098115

Conteúdo

1. Apresentação: a imensidão de um arquipélago
Denise Pahl Schaan, Cristiane Pires Martins **7**

2. A Conquista do Ocidente Marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas
Agenor Sarraf Pacheco **11**

3. As Áfricas nos Marajós: visões, fugas e redes de contatos
Agenor Sarraf Pacheco **31**

4. Patrimônio Arqueológico do Marajó dos Campos
Denise Pahl Schaan, Cristiane Pires Martins, Vera Lúcia Mendes Portal **71**

Galeria de fotos **87**

5. Arqueologia do Marajó das Florestas: fragmentos de um desafio
Cristiane Pires Martins, Denise Pahl Schaan, Wagner Fernando da Veiga e Silva **103**

6. Viagens ao Passado da Ilha: vestígios arqueológicos em vozes e percepções de marajoaras
Cristiane Pires Martins, Wagner Fernando da Veiga e Silva, Vera Lúcia Mendes Portal **137**

7. Sítios Arqueológicos do Marajó das Florestas e entorno de Santa Cruz do Arari **145**

APRESENTAÇÃO
A imensidão de um arquipélago

Denise Pahl Schaan
Cristiane Pires Martins

Esse livro é o resultado de um projeto de inventário de sítios arqueológicos em seis municípios do arquipélago do Marajó. A pesquisa de campo, realizada entre julho de 2008 e fevereiro de 2009, tinha o intuito de registrar o maior número possível de sítios arqueológicos. Os municípios pesquisados foram Bagre, Breves, Gurupá, Melgaço, Portel e Santa Cruz do Arari. Em geral a equipe permaneceu cerca de 20 dias em cada município, entrevistando moradores e percorrendo de barco os principais rios, visitando áreas propícias à ocorrência de sítios.

Os primeiros cinco municípios se localizam na parte sudoeste do arquipélago, em uma região que o historiador Agenor Sarraf Pacheco chama

de "Marajó das Florestas". Nascido ele próprio em Breves, no coração do Marajó das Florestas, Pacheco dedica-se a pesquisar essa área menos conhecida na academia e na mídia, onde em geral predomina a imagem do "Marajó dos Campos", do gado, das imensas planícies alagadas. Se todo mundo já sabia que o Marajó tinha essas duas fisionomias paisagísticas distintas, Pacheco veio a denunciá-las por meio da pesquisa histórica social, mostrando onde esses Marajós se encontram e onde se diferenciam.

Faltava, entretanto, a arqueologia revelar o Marajó misterioso das florestas. Ao final do século XIX, a arqueologia na Amazônia nasce com a descoberta dos cemitérios indígenas do Marajó dos Campos, onde colinas de terra com até 12 metros de altura abrigavam os vestígios daquela que ficou conhecida como a "cultura marajoara". A arqueologia marajoara desenvolveu-se então no estudo das sociedades que se desenvolveram nos campos ou nas ilhas Caviana e Mexiana, ao norte. Pouco se sabia sobre as áreas de florestas.

Aproveitamos, portanto, a oportunidade que o IPHAN ofereceu de realização desse inventário, proporcionando os meios logísticos para as viagens aos municípios selecionados. Apesar do tempo e recursos escassos, abriu-se um novo panorama sobre o passado indígena da porção do arquipélago que efetivamente recebe por entre seus furos o rio Amazonas.

Foram identificados ao todo 169 sítios e 30 ocorrências arqueológicas nos seis municípios pesquisados. Um deles, Santa Cruz do Arari, é um município situado no coração da ilha de Marajó. Lá encontramos os sítios e a cerâmica típica da fase Marajoara. Apresentamos nesse livro também a realidade daquela área onde se localiza o Lago Arari para efeitos de comparação.

A descoberta dos sítios não teria sido possível sem a ajuda da população, que carinhosamente recebeu nossa equipe em todas as localidades, indicando locais onde já haviam percebido material arqueológico. Por isso, um de nossos capítulos é dedicado a contar sobre essa importante relação entre arqueólogos e comunidades locais.

Conforme foi amadurecendo, entretanto, a ideia do livro, foi ficando claro para nós que teríamos que aproveitar a oportunidade para oferecer muito mais do que os resultados do inventário, eles próprios muito preliminares em termos de informações sobre os antigos habitantes do arquipélago. Por isso buscamos construir textos que iluminassem essa história ainda um tanto obscura e desconhecida do Marajó, incluindo uma nova visão sobre os povos que constituem a herança biocultural do arquipélago.

Esse livro faz parte também de um projeto de produção de textos e material didático a ser usado nas escolas do arquipélago, com patrocínio do CNPq através do Edital MCT/CNPq n.º 12/2006 (Seleção Pública de Projetos para Apoio a Projetos de Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia). O projeto **Por Campos & Florestas: Pesquisa e Produção de Saberes Arqueológicos, Culturais e Históricos nos "Marajós"** coordenado por Denise Schaan, com a participação de Agenor Sarraf Pacheco, Jane Beltrão, Marcia Bezerra, Fernando Marques, Flávio Leonel da Silveira, Hilton Pereira da Silva, Rosa Acevedo-Marín e Lígia Filgueiras, organizou oficinas com professores de ensino fundamental e médio do arquipélago, a partir das quais foram realizadas pesquisas e produção de textos pelos próprios professores, baseados na realidade local. O tema transversal a todos os textos é o patrimônio cultural e biológico, nas suas diversas matizes.

Esperamos finalmente que esse livro incentive novas pesquisas no Marajó das Florestas, ainda tão pouco conhecido do ponto de vista da arqueologia, e que as populações locais sintam-se inspiradas a pesquisar a historicidade das paisagens que habitam.

A CONQUISTA DO OCIDENTE MARAJOARA

Índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas

Agenor Sarraf Pacheco

Aqui no hay supremacias: océano y río celebran las mismas núpcias em las águas. Y solo el viento presencia los grandes gestos de la naturaleza. El Atlántico sumiso, deja que las aguas de barro manchen su azul profundo.
Pe. Salvador Aguirre, O.A.R
(La Prelatura de Marajó)

Se a selva fecunda e ora verde falasse, teria com toda a certeza muito o que dizer. Diria sem dúvida que houve tempo em que ela foi manchada de rubro, pelo sangue de tantos inocentes imolados covarde e implacavelmente.
Emílio Vieira Barbosa
(Marajó: Estudo etnográfico...)

A escrita e as reinvenções da história

Desvendar novas rotas de navegação, apreender o regime dos ventos e das águas, estabelecer contatos com exímios remadores para captar, de suas sabedorias, como situar-se numa labirintuosa planície que parecia se recompor quanto mais se avançava no curso de suas águas, foram prováveis preocupações que fizeram parte das motivações de nações, grupos e homens, ao pretenderem viajar, desbravar, povoar, colonizar, catequizar, (re)cristianizar a Amazônia Marajoara no correr dos séculos XVI ao XXI[1].

Na primeira década do século XVII, Portugal aventurou-se por esses ambientes "abastecidos de águas e talhados de rios" (Daniel 2004: 93), porque franceses, ingleses, holandeses, irlandeses, antecipando-se em navegar por essas rotas, aprenderam a dialogar com seus povos para estabelecer, ali e acolá, novos contatos. O medo de perder aquele importante território, contudo, jogou a Coroa Portuguesa águas adentro do Mar-Dulce. Desenharam-se, a partir dali, motivações à fabricação de inúmeras memórias, argamassa para escrita de muitas histórias. Do lugar social e cultural de onde fossem produzidas e narradas, ganhariam continuamente outras conotações.

Uns produziriam verdadeiros épicos da saga Portuguesa na terra das Amazonas[2], outros, a narrativa de uma tragédia dizimadora de povos e culturas nativas[3]. Ainda apareceriam aqueles que, ao trazerem à tona a fragilidade de

1 "Es problable que fueran los españoles los primeros europeos que pisaron estas tierras. En el año de 1500, cuando Vicente Yañez Pinzón navegaba por la boca del gran río, al que Dio el nombre de Santa María de la Mar Dulce, observó un fenómeno extraño, que todavia llama la atención: la pororoca" (Aguirre 1992:325).

2 Sem desconsiderar o caráter poético e denunciador da escrita de Vieira Barbosa na epígrafe de capa deste texto, ao falar das atrocidades cometidas pelos portugueses a grupos indígenas que com eles se encontraram em confrontos, na conquista do Vale Amazônico, no século XVII, é preciso contextualizar o momento de sua escrita e sentidos por ele atribuído. Esta passagem presente no tópico "O valor dos Missionários", da obra de Barbosa, pretende mostrar que se os portugueses tivessem confiado aos religiosos da Companhia de Jesus o papel de mediar os contatos e acordos de paz com nativos dos Marajós, tinha-se evitado tão grande derramamento de sangue, expulsão e extinção dos filhos da terra, conforme se viu acontecer na região (Barroso 1953:91).

3 O paulista, jornalista, político, escritor, cineasta, com intensa atividade no Pará, desde os anos de 1930, Líbero Luxardo, é um dos autores que escreveu sobre "conquistadores" portugueses, dando ênfase a esse tipo de narrativa. "Nesse dia, (referindo-se a data da conquista) a ilha de Marajó teve o seu destino marcado pela ambição dos que viriam depois usurpar-lhe a terra, destruir sua paz e dizimar a raça viril, altiva e digna dos primitivos habitantes; como se fosse a desforra do povo vassalo da Espanha católica, de cuja dependência somente se libertou em 1640" (Luxardo 1978:16).

um projeto de conquista, mostraram sequentes derrotas portuguesas para nações indígenas marajoaras, os "invencíveis na sua ilha inexpugnável" (Azevedo 1999: 69), como prova da negligência inicial à "arma do evangelho".

O conjunto dessas escrituras demonstra tratar-se de encontros, resultando em frequentes tragédias para consolidar um projeto eurocêntrico, sustentado em pilares de expansão territorial, acúmulo de riquezas e ampliação de exércitos de almas. Tais ordenamentos dizimaram inúmeras nações indígenas que, ao se verem forçadas a criar outras táticas de combate e resistência, inventaram novas fronteiras e configurações étnicas, políticas e culturais. Os moventes sentidos e desdobramentos daqueles encontros iniciais parecem, no entanto, ainda hoje atormentar a escrita da história regional.

Nesse campo, crônicas, relatos e escritos religiosos inquietam historiadores. Quando se pretende apreender indícios para a produção de uma história colonial, sem estes documentos dificilmente conseguir-se-á ir muito longe. Para lidar com eles, todavia, é preciso exercitar o olhar político, o saber interrogativo, na perspectiva apontada por Beatriz Sarlo (1997: 59)[4], caso contrário estar-se-á mais uma vez, fazendo da escrita da história uma prática de colonialidade do saber (Landes 2005)[5]. Isenta da arte do questionamento, essa

4 Conforme Sarlo, produzir a escrita de uma história compromissada com o social, por intermédio de um olhar político que "segue a moral de não passar ao longo de si mesmo; aponta e recorda a história de sua composição, das desigualdades e das clivagens sociais que figuram entre suas condições de possibilidade", é romper com a lógica de tomar o passado como algo fossilizado, buscando rastrear quais seus traços e artimanhas no presente, sem esquecer que formas de dominações passadas se expressam em atitudes no presente.

5 A escrita da história amazônica, ao fazer-se dentro de um legado epistemológico dominante que valoriza o centro em detrimento de suas margens, impediu de ouvir vozes de vivências e trajetórias locais nas suas próprias epistemes. Este texto acompanha uma dessas práticas de marginalização na relação Amazônia-Marajós.

escrita continuará a reproduzir narrativas excludentes, que pouco conseguirá fazer implodir o contínuo das experiências humanas (Benjamin 1994), em pontos mais críticos das mediações culturais.

A partir de agora, o texto adentra narrativas de doloridos confrontos vividos em palcos de águas, matas e campos alagados, entre portugueses e nações indígenas, no processo de conquista dos Marajós a partir de 1616. A perspectiva é, ao visibilizar a importância desempenhada pela região para o entendimento mais inclusivo e contextualizado da história social da Amazônia[6], questionar por que suas memórias documentais ficaram nos subterrâneos da escrita de uma História Regional/Local, que luta por sair de uma condição marginal, frente aos ditos epicentros dominantes, construtos da História Nacional/Global (Mignolo 2003).

Ao revisitar textos de cronistas e historiadores, percebe-se que o modo como documentaram encontros, tragédias e negociações, entre conquistadores e populações a serem conquistadas, acabaram por consagrar uma memória religiosa, que entre as inúmeras derrotas e extermínios ocorridos nos Marajós, apresenta-se em vertente exclusivamente vencedora[7].

Em outras palavras, o ícone da Companhia de Jesus na Amazônia, padre Antônio Vieira, continuamente heroificado e até santificado, tanto pelos cronistas da Ordem, quanto pela historiografia regional, transforma-se na única arma que faz o presente marajoara não se esquecer de seu passado, ou melhor, o passado reatualizado desdobra-se em espelhos do presente. Não é o presente que parece manipular o passado, mas é a força de narrativas passadas quem dirige o casco da história presente.

Da expulsão da Companhia em 1759, até o início das políticas de re-

6 Para começar seu processo de conquista em 1616, os portugueses, escolhendo um ponto estratégico do Vale Amazônico, fundaram Belém e sua primeira fortificação, Forte do Presépio, visando melhor vigiar a região imersa em tempos de numerosos litígios. Sobre a chamada fundação de Belém, ver: (Cardoso 2002:33).

7 Sobre movimentos trilhados por memórias na confecção de imagens e representações de realidades, entre vários estudiosos, interessante leitura produziu Lowenthal (1998, vale ainda conferir Thomson 1997).

cristianização, iniciadas nas últimas décadas do século XIX, com novas ordens vindas da Europa, como a dos Agostinianos Recoletos que chegaram ao Pará, em 1899, assumindo, a partir de 1930, a região marajoara, o passado distancia-se do presente em 140 anos. Porém, a memória que se firmou como referência contra o esquecimento é a do "grande pacificador dos índios de Marajó", o padre Antônio Vieira.

Pelos fios do passado, o texto a partir de agora vai percorrer passagens da história colonial marajoara, refotografando rostos de sujeitos e suas contendas, desvendando maneiras como a escrita da história composta para falar do processo de conquista portuguesa da região, forjou uma memória religiosa como definidora dos caminhos que levaram a criação de um acordo de paz entre nações indígenas marajoaras e Coroa Portuguesa. Em outras palavras, o autor deste texto ao procurar recolocar o lugar social da região marajoara no entendimento da efetivação do projeto colonizador português no Vale Amazônico, com destaque para o seu lado ocidental, o Marajó das Florestas, vai desvelando o movimento de fabricação desta memória da Companhia de Jesus.

Conflitos entre rios e florestas

Os encontros entre nações estrangeiras, portuguesas e populações indígenas locais foram muitos. Do lado marajoara, diferentes etnias e cosmovisões de mundo apresentaram-se. Interesses diversos fizeram estrangeiros movimentarem-se, com a ajuda de saberes locais, por aquelas desconhecidas terras de "homens anfíbios"[8]. Mas as nações indígenas, guardiãs daquele imenso Vale, já com experiências de outros contatos[9], situadas em margens de rios e

8 Conforme Pereira, "os ibéricos queriam o El Dourado, índios procuravam uma mítica terra sem males e franceses queriam cana-de-açúcar, pau-brasil e outras mercadorias de interesse imediato do comércio. (Pereira 2007:198).

9 A expedição de Vicente Pinzón, em 1500, já havia estabelecido contato com os Aruãns, quando conseguiram reunir e levar várias amostras da produção indígenas, utensílios domésticos de barro, fibras, além de armas e instrumentos de música. (Netto 1885 apud Neto 1993:47).

igarapés sentiram os novos rumores, aguardaram a afirmação dos presságios e colocaram-se de sentinelas para não serem facilmente capturadas.

A montagem de uma estratégia geopolítica era fundamental para Portugal assegurar a posse efetiva da imensa região, com seu desaguar a perder de vista por labirínticos rios e florestas. Antes da conquista, no entanto, era preciso dominar e proteger rotas e roteiros entre o Maranhão e o Grão-Pará. "Nessa faixa litorânea localizavam-se os índios Tupinambás, em grande número. Era preciso, de um lado, garantir a navegação e seu controle entre São Luís e Belém, assim como um caminho fluvial-terrestre, pelo interior; e, de outro, ocupar a faixa litorânea, submetendo e/ou pacificando os índios, pela força e pelos métodos persuasivos disponíveis" (Maués 1995: 39).

O labirinto de ilhas, os "Marajós", e seus habitantes cravados na foz do território a ser conquistado, não assistiram, passivamente, àquelas estranhas chegadas de gentes tão diferentes de suas visões humanas. Experientes em contatos e guerras tribais anteriormente vividas, entre si e com outras nações, Aruãns, Sacacas, Marauanás, Caiás, Araris, Anajás, Muanás, Mapuás, Pacajás, entre outras e os batizados de Nheengaíbas[10], enfrentaram as armas portuguesas por quase 20 anos. Esse processo já demonstra quão difícil foi a conquista da Amazônia e como os nativos habitantes, "da ilha que estava atravessada na

10 O termo Nheengaíba aparece em variados trabalhos sobre a historiografia colonial Amazônica. O padre agostiniano Salvador Aguirre, provavelmente bebendo nestes escritos, assinalou que o termo é "debido a la dificultad de los idiomas de las tribus que la habitan" en las islas. (Aguirre 1992:325). Incapazes de entender a multiplicidade de línguas que estas nações indígenas falavam, os portugueses negativamente procuraram homogeneizar diferenças entre falares e modos de vida de ancestrais habitantes marajoaras. Em defesa desse modo de comunicação, apesar de defender o uso da língua geral, o Nheengatu, o padre João Daniel escreveu não entender porque se criou aquele sentido de má linguagem, pois quem dela teve conhecimento sabia ser uma das línguas mais perfeitas (Daniel 2004:370). O próprio padre Vieira distinguia o Nheengatu como língua boa e o Nheengaíba como língua má. De acordo com a professora Amarílis "tudo indica que a palavra Nheengaíba advenha dos índios de fala tupi que se supunham superior aos tapuios de fala travada - nome de um dos grupos indígenas mais resistentes dentre os quais se opuseram à opressão colonizadora e que, por isso, foram de imediato dizimados, possivelmente antes da chegada da Missão ao Norte" (Tupiassu 2008:44). Na dificuldade de utilizar outro termo mais apropriado, a partir de agora usarei Nheengaíba com este entendimento.

boca do rio Amazonas, de maior comprimento e largueza que todo o reino de Portugal",[11] posicionaram-se diante da voraz ganância lusitana.

Situados em diferentes pontos geográficos da grande ilha de Joanes, essas nações lutaram em defesa de seus territórios, modos de ser e viver. Imaginários e memórias sobre suas forças, resistências, habilidades em lidar com canoas, remos, arcos, flechas, táticas de esconderijos entre matas e rios, podem ser encontrados em crônicas de religiosos do século XVIII, historiadores e viajantes do XIX, além de obras que compõem a historiografia regional contemporânea.

O padre Jesuíta João Daniel foi um destes cronistas que, depois de viver 16 anos no Estado do Maranhão e Grão-Pará, redigiu memórias do Vale Amazônico, dando conta de uma multiplicidade de experiências cotidianas de habitantes da região. Segundo Salles, tematizando terra, homem e cultura, os dois volumes de sua obra "ornadas de mitos e símbolos, lembra a lavra do rapsodo, aquele que canta ou recita estórias populares, adaptando-as a seu modo sem perder a autenticidade" (Daniel 2004: 13)[12]. No intuito de falar das infrutíferas expedições portuguesas em suas primeiras tentativas para conquistar o "gentio" da grande ilha, cujas entrelinhas já deixam ver o processo de fabricação de uma memória que evoca a atuação dos missionários na região, escreveu o padre cronista:

> *Muito deu que fazer esta nação aos portugueses, com quem teve muitos debates, contendas, e guerras. (...) Expediam-se tropas contra eles, mas os Nheengaíbas (...) zombavam das tropas, escondendo-se por um labirinto de ilhas, e de quando e quando dando furiosas investidas, já em ligeiras canoinhas, que com a mesma ligeireza com que de repente acometiam, com a mesma se retiravam, e por entre as ilhas se escondiam as balas, e já de terra encobertas com as árvores, donde des-*

11 Padre Antônio Vieira em carta ao rei. In: Jurandir (1992: 5).

12 Salles, Vicente. Apresentação - Rapsódia Amazônica de João Daniel. Segundo o autor, é possível que o jesuíta tenha escrito sua obra nos cárceres da metrópole. Parte no forte Almeida, onde ficou de 1758-1762, parte na torre de São Julião, onde cumpriu os catorzes anos finais de sua vida (1762-1776) em regime de reclusão.

pediam chuveiros de flechas e taquaras sobre os passageiros e navegantes, que além do risco da vida, se viam impedidos a navegar o Amazonas, para onde não tinham outro caminho, senão pelo perigoso furo do Tajapuru (...)
(Daniel 2004: 368-9).

Apesar de, em 1623, os portugueses terem conquistado, na fronteira com a grande ilha de Joanes, os fortins flamengos ainda existentes em Santo Antônio de Gurupá e N. Srª do Desterro, construídos pelos holandeses e o forte de São José de Macapá, erigido pelos ingleses - objetivando assegurar a conquista do rio das Amazonas e expulsar "os piratas europeus" da região -, necessitavam organizar "entradas pelos sertões com o objetivo de descobrir terras, riquezas e escravizar os silvícolas" (Barroso 1953: 83). Para tanto, os colonizadores precisavam vencer outro obstáculo: dominar Aruãns, no lado oriental e Nheengaíbas, no lado ocidental, que povoavam o arquipélago de ponta a ponta.

O professor José Varella Pereira comenta que "afastados os estrangeiros, entretanto, a guerra não havia solução de continuidade, visto que os insulanos não se submetiam aos vencedores e nem permitiam passagem franca de canoas do Pará, através dos Estreitos de Breves[13] em direção ao rio das Amazonas" (Pereira 2007: 197). Para tanto, uma segunda expedição, organizada em 1654 pelo capitão Aires de Sousa Chicorro, capitão-mor do Grão-Pará, chefiada por João Bittencourt Muniz, composta de 80 arcabuzeiros e cerca de 500 selvagens Tupinambás, "deveria levar a destruição deshumana numa guerra injusta e inqualificável" (Barroso 1953:83) frente aos primitivos habitantes marajoaras.

13 Os estreitos de Breves, válvula de escape para a navegação amazônica fugir do temido cabo Maguari, na parte externa e oriental da ilha, posta em contato com o oceano, possuem canais caudalosos que se tornaram rotas obrigatórias de canoas a remo, à vela, navios gaiolas, transatlânticos, barcos motorizados, navios de linha, permitindo a povos e culturas viajarem em diferentes tempos e direções. Quem olha por cima da floresta a esse estreito, tem a impressão de que as embarcações estão afogadas na floresta, em função da reduzida largura da avenida fluvial e a imponência da flora. Leandro Tocantins acredita que, no ano 3000, a ilha, antigamente partida, será novamente soldada em suas partes desgarradas, transformando-se numa península (Tocantins 1988).

Vieira Barbosa narrou que, imaginando Muniz ser o conflito tranquilo e a vitória certa, mandou um emissário com um destacamento oferecer o perdão e a paz aos selvagens, com a condição de tornarem-se fiéis a El Rei. Não lhes inspirando confiança, travou-se novamente um "choque sangrento, horrível e desastroso para os invasores. Os Nu-Aruacs, como onças de suas selvas e campos sem fim, encurralaram-nos num cerco de musculosos guerreiros cor de ébano, pondo-os numa situação crítica. O troar mortífero, inútil e ineficaz dos mosquetes, era respondido pelo silvo das 'taquaras' e das flechas, que zunindo iam cravar-se balançantes no peito dos soldados de Muniz" (op. cit: 84).

À medida que avança a narrativa de Barbosa sobre "A conquista do Marajó", emerge um tom grandioso, cheio de lances cinematográficos, tornando o próximo combate uma espécie de épico da história regional, com o objetivo de enaltecer os filhos da terra, desqualificar os portugueses para chegar ao "Valor do Missionário". Barbosa conta que o capitão João Bittencourt Muniz, ao tomar conhecimento do resultado do contato, ficou "assombrado com o que viu; permaneceu como que pregado ao solo, com os movimentos instantaneamente paralisados" (op. cit: 84).

Os bravos Tupinambás entraram naquela luta com o apoio de portugueses e suas armas. Ao final da "batalha medonha e encarniçada", apesar de morrerem 250 Tupinambás, somente 30 portugueses e inúmeros habitantes da ilha, a expedição não saiu vitoriosa. No ano seguinte, organizou-se uma nova tentativa para acabar com a valentia dos bravos guerreiros marajoaras, sob a orientação do novo governador André Vidal de Negreiro, apoiada pela Câmara de Belém. Essa empreitada pretendia o extermínio e o cativeiro das nações marajoaras, mas "quem havia de pacificá-los eram os santos Missionários e não os portugueses, com os seus mosquetes e arcabuzes impiedosos, que lavraram o ódio, a perseguição, a fome, a miséria e a destruição no seio desses pobres seres, que apesar de serem bárbaros, eram também humanos" (op. cit.: 87).

Nessa narrativa, Barbosa colocou-se contra atitudes dos conquis-

tadores portugueses, mas ficou embebido na lógica de que o sucesso do projeto civilizador estaria assegurado somente com a presença da religião[14]. "Os jesuítas iluminados simplesmente pelo ideal cristão não encontraram nenhum obstáculo que os impossibilitassem de cumprirem os seus deveres religiosos. (...) Fazia esses sacrifícios inauditos e inenarráveis, para atrair os ameríndios à civilização" (Barroso 1953: 89).

O renomado historiador português, João Lúcio de Azevedo (1855-1933), especialista nos estudos sobre a Companhia de Jesus, conhecido entre os pesquisadores brasileiros que se debruçaram nos estudos coloniais a partir das primeiras décadas do século XX, narrou: "Em 1659, Vieira consegue reduzir as tribus de Marajó. O feito é extraordinário e quase milagroso. O que não tinha alcançado a força das armas, obtém a doçura do evangelizador, a fama repercutida de suas virtudes, a sublime confiança com que vai metter-se entre os cannibais: tal Anchieta entre os tamoyos" (Azevedo 1999: 73).

A valorização que Azevedo e Vieira Barbosa fizeram do papel dos religiosos, no processo de conquista da Amazônia, incorpora-os ao movimento de fabricação de uma memória sobre a Companhia de Jesus na região, com destaque para os feitos de padre Antonio Vieira. Como historiadores dos séculos XIX e XX, esta construção vinha sendo arquitetada desde o período colonial pelos próprios regulares. Cardoso e Chambouleyron (2003), por exemplo, trabalhando relatos jesuíticos no Maranhão e Grão-Pará do século XVII, captam, em diferentes passagens das crônicas e relações escritas pelos religiosos, um contínuo noticiar de martírios vividos pela Ordem[15].

14 Conforme Montero, o que se categoriza como religião "foi, desde o século XVI, o campo privilegiado no qual o Ocidente definiu e decifrou o Outro. Isso porque a religião (ao lado da noção de civilização) foi um dos conceitos mais generalizadores que a Europa pôde conceber para incorporar a alteridade cultural e fazê-la entrar em seu sistema de comunicação" (Montero 2006:61).

15 Os autores citando Torres-Londoño comentam que "a divulgação dos relatos do trabalho missionário e das dificuldades do apostolado, no interior da própria Companhia de Jesus, era uma forma de suscitar 'novas vocações' para a missão e apoios variados" (Torres-Londoño 1999:19 apud Cardoso e Chambouleyron 2003:58). Ainda nesse contexto, é preciso não esquecer que alguns desses relatos, ao atingirem públicos mais amplos, perenizavam uma imagem dos religiosos, "difundindo os relatos dos sofrimentos, dos martírios e dos trabalhos dos padres que lembravam hagiografias" (op. cit: 58).

Um episódio recorrente em obras que compõem a historiografia Amazônica a esse respeito é o naufrágio, ocorrido em 1643, com a viagem do "padre Antonio Figueira e quatorze missionários", saída de Portugal em direção ao Maranhão e Grão-Pará. Moreira Neto é um dos autores que apresenta essa narrativa:

> *Luís Figueira conseguiu recrutar, nos vários colégios da Companhia em Portugal, quatorze missionários, todos portugueses, a quem se deveriam somar mais dois, do Maranhão. O navio alcançou a ilha do Sol, nas proximidades de Belém, onde encalhou e mais tarde foi destruído pela maré. Parte dos passageiros, entre os quais Luís Figueira e outros padres, tomaram uma jangada e, com ela, foram dar à ilha de Marajó, onde os índios Aruans, em guerra com os portugueses, os mataram a todos* (Moreira Neto 1992: 67).

A persistência do fato na escrita da história regional fez algumas narrativas incorporarem ou silenciarem certos elementos[16]. Independente dessa questão, a qual abriria outra averiguação[17], interessa acompanhar a maneira como a própria escrita missionária foi sendo importante ferramenta, não somente contra o "naufrágio do esquecimento", mas como a Companhia gostaria de ser vista tanto pelo presente quanto pelo futuro.

Obviamente não se pretende negar o papel desempenhado pelos re-

16 A força dessa memória respingou até mesmo nos escritos de D. Amaury Castanho, bispo de Valença, uma diocese do Rio de Janeiro, quando esteve no final do ano de 1981 em terras da Prelazia de Marajó. Em suas lembranças, quando descreveu Salvaterra, mais precisamente uma de suas Comunidades de Base, Joanes, assinalou: "(...) lugar donde ya existió un convento de Cartujos de San Antonio, (...) La historia cuenta que alli naufragaron 5 jesuítas en su tentativa de evangelizar y fueron matados con flechas por los indios". (Castanho 1983:249).

17 Em Cardoso e Chambouleyron (2003:33-4) lê-se que a caravela trazia 16 religiosos da Companhia de Jesus e o recém-nomeado governador do Maranhão, Pedro de Albuquerque. Três religiosos conseguiram se salvar com a ajuda de um batel, auxiliados por homens de Belém enviados para prestar socorro. Entre os sobreviventes estava o irmão Nicolau Teixeira, relator do episódio.

ligiosos como grupo de destaque na conquista da Amazônia, - que, para o caso marajoara, a atuação de Vieira, como insiste Pereira (2007), foi fundamental[18] -, mas sinalizar que o próprio historiador, muitas vezes sem observar armadilhas do documento ou da informação que recebe de outras pesquisas, ao passá-la adiante sem inquiri-la e cotejá-la a outros enunciados históricos, vai contribuindo para reatualizar a memória de determinado(s) sujeito(s), ajudando na reconstrução de sua(s) identidade(s) social(is). Como reflexo, outros rostos e trajetórias vão sendo desfiguradas.

Apoiado nos debates acalorados por Pereira (op. cit.), é possível dizer que, quando se discute a conquista da Amazônia, geralmente não se leva em conta o lugar estratégico que os Marajós desempenharam nesse processo. Como se vinha acompanhando anteriormente, as expedições organizadas por capitães portugueses, apoiados pelos Tupinambás para derrotar Aruãns e nações Nheengaíbas, não obtiveram sucesso, apesar de o medo das armas de fogo os terem forçado a destruir suas aldeias da beira do rio, construindo lugarejos no centro daquela ilha alinhavada por igarapés, igapós e lagos. "Que não podendo esses índios ser localizados em nenhuma parte ficaram eles habitando toda a ilha, e lutando com táticas de guerrilha e uso de setas envenenadas que apareciam de repente e atacavam para recuar, rapidamente, em suas canoas a velas de jupati, diante da exasperação dos colonos e seus arqueiros desarvorados" (Pereira 2007: 197).

A exposição acima é parte de fragmentos de uma carta escrita pelo padre Vieira à Coroa Portuguesa, depois que conseguiu um acordo de paz, entre os dias 22 a 27 de agosto de 1659, com chefes das sete nações Nheengaíbas no rio Mapuá, no interior daquele que ficaria conhecido mais de um século depois, como o espaço rural do município de Breves (op. cit.: 197). A partir dali, finalmente minimizaram-se antigas hostilidades, iniciadas desde a tomada

18 Os trabalhos que Pereira vem redigindo e discutindo, baseia-se na obra de Azevedo (1999). Em entrevista a Lílian Leitão intitulada "O acordo que sela a conquista lusitana", Pereira já vinha expôs o lugar social do padre Vieira na história marajoara (Pereira 2005:36).

do Forte de Santo Antônio em Gurupá, o que não significou a efetivação de um acordo de cavalheiros, fossem com religiosos ou com colonos portugueses.

Sobre a saga da Companhia pelos rios da Amazônia, o padre João Daniel, em suas memórias de cárcere, escreveu que inúmeros inconvenientes, praticados por parte dos portugueses, para tentar vencer os Nheengaíbas com balas de escopeta, só deixaram de ocorrer quando as "armas do Evangelho como prudência, mansidão e paciência" entraram em cenas da conquista. "O grande Vieira, expondo a sua vida pela dos portugueses, e aumento da pátria, se ofereceu" para ir até os bravos guerreiros, "acompanhado do seu Santo Cristo, o melhor peito de aço" de todos os confrontos, usando a mesma tática com a qual a Companhia "conseguiu a paz nas maiores empresas dos portugueses em todas as suas dilatadas conquistas da Ásia, África" e agora da América (Daniel 2004: 369).

Daniel conta ter sido, com essa arma, que o padre Vieira meteu-se entre os indômitos Nheengaíbas, sendo bem recebido, "próspero sinal de sua embaixada, e faustos anúncios do desejado efeito. Propôs-lhes com a sua inata eloquência e natural retórica as conveniências da paz com os portugueses, os grandes danos da guerra e, sobretudo, os muitos bens da fé de Cristo, que lhes ia pregar" (op. cit.).

Deixando os Nheengaíbas menos bravos, relata Daniel, Antônio Vieira tirou do peito a imagem do Santo Cristo e entregou aos índios, "dizendo-lhes que ali lhes deixava aquele tesouro que mais estimava, e lho dava por penhor do muito que os amava; que considerassem diante dele as grandes conveniências, que lhes propunha, e que esperava depois lhe dessem resposta do que ajustassem entre todos" (op. cit.); feito isso retornou para Belém.

No ano seguinte, depois de voltar de Lisboa, "o grande Vieira" reencontrou-se com os Nheengaíbas do rio Mapuá. Ao desembarcar, os índios foram levar-lhe "a dita imagem que lhes tinha deixado em refém e com o mesmo respeito a veneraram em todo aquele ano que a tiveram consigo" (op. cit.). Conta Daniel que depois de colocarem a imagem nas mãos do padre e tendo discutido entre si a proposta apresentada, cessaram as per-

niciosas guerras de 20 anos, resolvendo abraçar a fé de Cristo e fazer pazes com os portugueses (op. cit.).

Aquele tratado, firmado em 1659, assegurava a implementação de duas linhas de frente da política portuguesa no Vale Amazônico: a liberdade para se navegar pelos estreitos de Breves, porta de entrada à extração de muitos haveres, riquezas e passagem obrigatória para quem desejasse alcançar Macapá e a Guiana Francesa; e afirmava a presença e importância da missão jesuítica na pacificação do gentio através dos aldeamentos.

No caso dos Marajós, após o acordo que possibilitou o trafegar livre das canoas pelos estreitos da grande ilha, os missionários da Companhia criaram um primeiro aldeamento no sítio do próprio Mapuá, iniciando o difícil processo de catequização daqueles que aceitaram ali morar. O padre João Daniel conta que, depois, esse aldeamento foi transferido para a missão da Ilha de Guaricuru (Melgaço) (op. cit.: 369-370), dedicada com uma boa e bizarra Igreja ao glorioso São Miguel, além de boas casas de residência dos seus vigários e diretores (op. cit.: 392).

Esta missão era composta por índios Nheengaíba, Mamaianás e alguns poucos Chapouna. Além da aldeia de Guaricuru, os religiosos fundaram próximo dali a aldeia Arucará, de onde se originou a Vila de Portel, e a aldeia Araticu, transformada depois da expulsão dos religiosos, em 1759, em vila de Oeiras (op. cit.), hoje Oeiras do Pará, terra de onde se desmembrou o município de Bagre.

O cronista da Companhia narrou que a aldeia de Araticu estava situada em grande planície, com muita fartura de peixe e caça. Compunha-se de índios de várias nações; dentre essas ganharam destaque, nas escrituras, Guaianases e Maraanuns. Já a aldeia Guaricuru tinha, em sua frente, uma linda baía e um furo para o Tajapuru. Era muito farta e muito sadia porque estava sempre lavada pelos ventos.

No fim daquela larga baía, encontrava-se outra formada pelas águas dos rios Pacajá e Guanapu (Anapu). Às margens daquela nova baia

localizada em terreno alto, na parte sul, estava a "grandiosa missão de Arucará", hoje vila de Portel. "É a mais populosa de todas as que tinham a seu cargo os missionários jesuítas, com uma bela Igreja não só no material, mas também no formal de bons ornamentos. Compõe-se das nações Nheengaíbas, Mamaianases, Oriquenas e Pacajazes" (op. cit.: 393).

Seguindo o percurso do cronista jesuíta, deixando a parte sul em direção ao Cabo Norte, o cruzamento das águas do Amazonas com o rio Xingu, faz avistar a fortaleza de Gurupá. Ali existia uma "povoação de portugueses anexa com seu vigário, e com um muito devoto convento de religiosos capuchos da província da Piedade, donde costumavam prover todas as missões da sua administração. Ao pé há uma pequena povoação de índios" (op. cit.: 394).

Foram os capuchos da Piedade os construtores das primeiras povoações dos Aruãns, aldeados nas ilhas Caviana, Mexiana e de Santo Antônio, hoje Chaves[19], na chamada contra-costa dos Marajós, na parte norte do Amazonas. Sem maiores delongas, Daniel vai deixando rastros daquilo que considerou como bom trabalho realizado por esses missionários e modos como catequizaram o gentio marajoara.

O passado na esteira do presente

Como membro da Companhia, Daniel, nas passagens em que falou das nações indígenas marajoaras, especialmente da parte florestal, construiu uma memória harmônica de vivências entre religiosos e habitantes da região. Deixando de lado, por exemplo, a tese da inconstância da alma selvagem, tão discutida entre os estudiosos do período, aspecto fundante na leitura dos tempos de recristianização da Igreja na Amazônia Marajoara, sua escrita beira um tom romanesco.

19 Sobre a história de Chaves, Maciel afirma que "registros históricos (mesmo sem indicar quais são eles) informam ter a origem do município derivada de uma antiga aldeia de índios aruãns, catequizados pelos padres Capuchos, da Província de Santo Antônio, os quais instalaram seus assentamentos no ponto em que hoje é a cidade" (Maciel 2000:34).

O padre jesuíta procurou mostrar que qualidades como afetividade, justiça e honestidade, apresentadas pelos filhos das robustas nações Nheengaíbas, foram resultantes do belo processo de educação cristã conseguido pelos religiosos. Por outro lado, não deixou de engrossar a tinta quando discorreu sobre a expulsão da Ordem pela Lei Pombalina, apontando veementemente estragos causados à vida das populações locais.

A força dessas memórias fez-se presente nos primeiros escritos produzidos pela Ordem dos Agostinianos Recoletos, ao assumirem, em outubro de 1930, a Prelazia de Marajó. "Expulsados los jesuitas en 1759 por el masón Pombal, todo quedó en el mayor abandono. Los indios se dispersaron, el culto quedó interrumpido o continuado en algunos lugares por sacerdotes poco celosos. Las Iglesias fueron desapareciendo, quedando hoy, y no completa, la iglesia de Monsarás" (Livro de Coisas Notáveis de Soure, 1930: 1-2).

Memórias coloniais redigidas por D. Frei Caetano Brandão, bispo do Grão-Pará, na Era Pombalina, foram recuperadas em escritos agostinianos para mostrar que a ignorância religiosa dos marajoaras de Breves era retrato do abandono espiritual, ao qual ficaram relegados esses moradores, depois que a Coroa expulsou os padres da Companhia de Jesus da região.

> *(...) No ano de 1786, a 12 de Junho aportamos a um pequeno lugar denominado Breves. Consta de alguns moradores pardos ou índios. Não tem igreja, nem capela, e dista da freguesia que é a vila de Melgaço um dia de viagem, por isso se acham muitos ignorantes na doutrina. Perguntando a um grande número de mulheres e meninos quem era a Mãe de N. S. Jesus Cristo não souberam responder-me. Preguei e ensinei o que pude em tão pouco tempo. Recomendei a um homem mais inteligente que instruísse aos meninos, para o que lhe dei alguns livros. Crismei, visitei-os nas suas casas estimulando-os ao trabalho corporal e ao de salvação, e às cinco horas da tarde os deixamos* (Soares 1946: 138).

Cinquenta e três anos depois que Frei José reescrevia o que noticiou o prelado para que a memória da Companhia de Jesus e seus feitos não fossem esquecidos da história marajoara, isto é, em 1999, os bispos da Prelazia de Marajó e da Diocese de Ponta de Pedras, em pronunciamento sobre a triste situação econômica e de vida da região, não deixaram de homenagear padre Vieira e nominá-lo como inspiração daquela nova luta religiosa e social: "Diante dessa situação, os bispos da região de Marajó sentem-se no dever de homenagear o Pe. Antônio Vieira, cujo terceiro centenário de sua morte comemoraram em 1997 as Igrejas de Portugal e do Brasil. Vieira chefiou, nos idos de 1659, a primeira expedição missionária ao Marajó e proclamou, em carta dirigida ao rei de Portugal, o extraordinário êxito da sua missão" (Pronunciamento, 1999:s/nº).

Conforme as escrituras dos bispos, Vieira, por ser "perseguido pelos colonizadores, foi obrigado a voltar para Portugal e lá, no memorável Sermão de Epifania, proclamou a exigência evangélica para adotar um posicionamento da Igreja diante das injustiças praticadas contra o povo, sobretudo pelas Câmaras de Belém e São Luis" (op. cit.).

Na imorredoura memória do padre que não se curvou diante dos poderosos, os bispos marajoaras, mais de 300 anos depois, vestiram-se como Vieira para entrar, na arena da luta social, em defesa da dignidade, justiça e em prol de populações marajoaras subjugadas por poderes locais e regionais. Como se pode perceber, a confecção das teias do passado, cuja moldura é o retrato do erudito padre missionário, foi tão artisticamente tecida, que suas vestes e seus exemplos são reutilizados como armas na invenção de um presente às vivências marajoaras.

Por fim, é preciso ainda recuperar aspectos da ambígua importância dos missionários coloniais na história da região. No próprio pronunciamento dos bispos é possível depreender tais dimensões. Se o padre Antônio Vieira foi o único a conseguir estabelecer o acordo de paz em 1659, depois das sequentes derrotas portuguesas para as nações Nheengaíbas, tornando possível o acesso e tráfego de canoas e embarcações aos rios marajoaras, acabou abrindo as portas da região à escravização e extermínio dos aborígenes. "Esse contato 'pacífico' teve efeitos perversos para as populações indígenas que foram deculturadas, destribalizadas, e dispersas pelo território amazônico e pela costa norte da

América do Sul" (op. cit.).

As sofridas pelejas enfrentadas por homens e mulheres amazônidas empurradas para a contramão de benesses produzidas pela abertura da região ao capital internacional, na atualidade, precisam, mais do que nunca, de acordo com a visão dos religiosos marajoaras e amazônicos, de um "Vieira a brandir o martelo de sua eloquência em favor dos sem-voz e sem-nada, solicitando aos 'com tudo' a conversão do coração e das atitudes, porque se não houver conversão, serão camelos tentando abrir o buraco da agulha para entrar no Reino dos céus" (Mata 2005: 46).

Nutrindo-se de aspectos do viver missionário colonial para reforçar sua atuação em territórios do grande labirinto de ilhas, a Ordem dos Agostinianos Recoletos recriou, na contemporaneidade, papéis exercidos pelos Jesuítas. Nesses meandros, manipulou memórias históricas, projetando-as conforme suas conveniências, justificando, entre os sentidos de sua presença na região, a necessidade de não esquecer os precursores da missão em tempos de recristianização.

Referências Bibliográficas

Azevedo João Lúcio. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização.* Belém: SECULT, 1999.

Aguirre, Salvador. La Prelatura de Marajó (Brasil). In: *Misiones de los Agustinos Recoletos. Actas del Congreso Misional O.A.R.* (Madrid, 27 agosto – 1 septiembre 1991). Studia 5. Roma, 1992. (Institutum Historicum Augustinianorum Recollectorum)

Barroso, Antônio Emílio Vieira. *Marajó: estudo etnográfico, geológico, geográfico na grandiosa ilha da foz do rio Amazonas.* Manaus: Associação de Imprensa do Amazonas, 1953.

Benjamin, Walter. "Sobre o conceito de História", In: *Obras Escolhidas,* vol. 1, SP, Brasiliense, 7ª edição, 1994.

Cardoso, Alírio Carvalho. Belém na conquista da Amazônia: antecedentes à fundação e os primeiros anos. In: Fontes, Edilza (org.) *Contando a História do Pará. Da conquista á sociedade da borracha.* Vol. I. Belém: E. Motion, 2002.

Cardoso, Alírio Carvalho e Chambouleyron, Rafael. Fronteiras da Cristandade: relatos Jesuíticos no Maranhão e Grão-Pará (Século XVII). In: Priore, Mary Del e Gomes, Flávio. (org.) *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e história.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, pp. 33-60.

Castanho, D. Amaury. Una visita diferente. In: *Boletin de la Província de Santo Tomas de Villanueva da Ordem dos Agostinianos Recoletos.* Año XLII, octubre-diciembre, 1983, nº 515, p. 249.

Daniel, João (1722-1776). *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas.* V.1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

Jurandir, Dalcídio. *Marajó.* 3ª ed. Belém: CEJUP, 1992.

Landes, Edgar (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latinoamericanas.* Tradução Júlio César Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

Livro de Coisas Notáveis da Paróquia de Soure. 19 de outubro de 1930, digitalizado.

Lowenthal, David. Como conhecemos o passado. In: *Projeto História 17.* São Paulo: PUC-SP/EDUC, nov/1998.

Luxardo, Líbero. *Marajó: terra anfíbia.* Belém: Grafisa, 1978.

Maciel, Ana Amélia Barros de Araújo. *O manto do Marajó: Chaves de aldeia dos índios Aruãns à cidade.* Imperatriz: Ética, 2000.

Mata, Pe. Raimundo Possidônio C. A Igreja na Amazônia – Resgate Histórico. In: Mata, Pe. Raimundo Possidônio C. e Tada, Ir. Cecília (orgs.). *Amazônia, desafios e perspectivas para a missão.* São Paulo: Paulinas, 2005.

Maués, Raymundo Heraldo. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico.* Belém: CEJUP, 1995.

Mignolo, Walter D. *Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limitar.* Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

Montero, Paula (org.) *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural.* São Paulo: Globo, 2006.

Moreira Neto, Carlos Eduardo. Os principais grupos missionários que atuaram na Amazônia brasileira entre 1607 e 1759. In: Hoornaert, Eduardo (coord.) *História da Igreja na Amazônia.* Petrópolis: Vozes, 1992 (Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina – CEHILA).

Netto, Ladislau. Investigação sobre arqueologia brasileira. *Arquivos do Museu Nacional.* Rio de Janeiro, 1885 apud Neto, Miranda. *Marajó: desafio da Amazônia.* 2ª ed. Belém: CEJUP, 1993.

Pereira, José Varella. Em entrevista a Lílian Leitão - O acordo que sela a conquista lusitana. In: *Amazônia em Outras Palavras.* IPAR – Instituto de Pastoral Regional, nº 13, Belém, Dezembro/2005, pp. 35-37.

_____. Atualidade de Antônio Vieira na Amazônia: uma controvérsia do século XVI para reanimar o século XXI. In: Antônio Vieira - *Asas da Palavra.* Revista do Curso de Letras do CCHE. Belém: Unama, v.10, nº 23, 2007. Semestral, pp. 193-207.

Pronunciamento – *O povo marajoara na ótica da Igreja Católica.* Belém, 1999, p. s/nº.

Sarlo, Beatriz. *Paisagens Imaginárias: intelectuais, arte e meio de comunicação.* São Paulo: EDUSP, 1997.

Soares, Fr. José do S. Coração de Jesus. In: *Boletin de la Província de Santo Tomas de Villanueva da Ordem dos Agostinianos Recoletos.* Ano XXV, septimbre, 1946, num. 282.

Thomson, Alistair. Recompondo a Memória: questão sobre a relação entre História Oral e as memórias. In: *Projeto História 15.* São Paulo: PUC/SP, novembro, 1997.

Tuplassu, Amarílis. *A palavra divina na surdez do rio Babel – com cartas e papéis do Pe. Vieira.* Belém: EDUFPA, 2008.

Tocantins, Leandro. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia.* 8ª ed. RJ: Record, 1988.

AS ÁFRICAS NOS MARAJÓS

Visões, fugas e redes de contatos

Agenor Sarraf Pacheco

Percursos e visões

O ano de 2006 abriu clareiras em minha perspectiva de leitura da realidade social marajoara e ampliou interesses de pesquisa. Aluno do curso de Doutorado em História Social, na PUC-SP, até aquele momento estive preocupado com encontros, negociações e tensões estabelecidas entre marajoaras e religiosos agostinianos, a partir de 1930, quando da fundação da Prelazia de Marajó, em Soure, e a retomada do projeto recristianizador católico entre campos e florestas.

A convite da Secretaria Municipal de Educação de Melgaço, Maria Antonieta Antonacci, da PUC-SP, orientadora de minha pesquisa, cortou o sul do Brasil para realizar com 180 professores rurais e urbanos o curso

de *Culturas Negras em Diáspora*, ajudando a dirimir necessidades surgidas com a criação da Lei 10.639/03, quando tornou obrigatório em toda a Educação Básica o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Os ensinamentos, orientações e provocações apresentadas por Antonieta levaram-me a questionar: quem somos nós marajoaras? Qual a composição étnica das populações que apareciam nos escritos dos padres agostinianos com os quais estava dialogando desde 2005, ao ingressar no doutorado em História? Seriam negros, índios, brancos, mestiços, mulatos, afro-descendentes, índios, afroindígenas?

Se havia pessoas de muitas cores, poderes e saberes morando na cidade e em povoados rurais do município de Melgaço, realidade marajoara onde estou situado desde 1983, por que nunca procuramos saber suas origens? Como vivem, quais suas práticas sociais, religiosidades, saberes, patrimônios materiais e sensíveis? Mesmo que, nos Marajós, o processo de colonização tenha sido tão intenso, levando à dizimação das antigas nações indígenas, o que ainda persistiam de seus universos de crenças, costumes, tradições?

Baseado na orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o curso incentivou não somente a inserção, na proposta curricular dos municípios marajoaras, de temáticas referentes a histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, como estimulou os professores a realizarem pesquisas, envolvendo seus próprios alunos e a comunidade escolar. Na condição de um dos organizadores do evento, ao acompanhar a montagem do curso e estudar o material selecionado, fui tomando notas e questionando visões que, até naquele momento, eram divulgadas sobre a presença negra na Amazônia e no Marajó das Florestas.

Entre os autores discutidos no curso, Flávio Gomes, com sua *Hidra e os Pântanos* (2005), e Eurípedes Funes, em *Nasci nas Matas Nunca Tive Senhor* (1995), estimularam os professores a perceberem riquezas dessas narrativas e aprendizagens a serem exploradas no espaço das salas de aula marajoaras, além de indicarem inúmeras fontes de investigação e nomes de

outros pesquisadores inseridos na temática.

Partindo do pressuposto de que antigos amores intelectuais cegam a visão ou fazem ver outras práticas sociais com pouca paixão, deixando-as à margem da história escrita, remanescente de uma experiência de trabalho com memórias orais de melgacenses para entender o fazer-se da cidade (Pacheco 2006), pouco consegui saber de traços étnicos presentes não somente em suas fisionomias, mas em suas práticas e leituras de mundo. O máximo a que cheguei foi dizer serem descendentes de índios, negros, nordestinos, reproduzindo certo olhar generalizante, que pouco contribui para entender e ver mais de perto suas cosmovisões, enfim, suas identidades culturais.

Por esses termos, reexaminar velhos materiais e fazer novas perguntas, procurando recuperar costumes perdidos e crenças que os embasavam (Negro 2001: 234) tornou-se urgente. Conforme orientações de Thomson (1997: 57) - "experiências novas ampliam constantemente as imagens antigas e no final exigem e geram novas formas de compreensão" - o caráter inesgotável das fontes históricas exigiu caminho de volta a parte da documentação examinada no mestrado. Lembranças de um documentário escrito por um professor melgacense, filho de pais nordestinos que, no final do século XIX e primeiras décadas do XX, alcançaram a então próspera intendência de Melgaço, no auge do "ouro negro", aguçaram a retomada de antigos materiais (Moura 1976: 6).

O caminho de volta, no entanto, apresentou-se desconhecido, pois convicções e certezas das primeiras leituras já não eram tão confiáveis. Tive clareza de estar iniciando um novo diálogo com escritos do professor Gabriel Severiano de Moura e cheio de novas perguntas. O documentário daquele professor, produzido na década de 70 do século passado, procurando reunir diferentes papéis escritos avulsos relacionados à perda da autonomia da intendência de Melgaço, esforçou-se para mostrar que sua terra natal era ancestral e merecia respeito e reconhecimento histórico (para maiores detalhes ver Pacheco 2006: 57-65). Revirei as páginas do antigo documento histórico e lentamente fui fazendo a releitura. De repente, a página onde se lê – *Uma piada sobre os cabanos* –

chamou atenção e um quebra-cabeça sobre a composição étnico-populacional parecia desenhar-se.

> *Sobre os cabanos, contam os antigos, historinhas interessantes. Uma é que eles, por onde andavam, deixavam muito dinheiro, ouro, jóias, pratas, etc. etc., enterrados com medo de serem roubados. E em Melgaço, então, havia muita gente ficando rica desenterrando botijas de cabanos (mas precisava primeiro sonhar com os locais onde o tesouro estaria escondido). Sonhasse três (03) vezes, e não contasse o sonho a ninguém, nem tivesse ambição, o negócio estava seguro. Do contrário, o tesouro virava encantamento, por arte do "bicho do pé de pato"* (Moura 1976: 6).

Uma Melgaço cabana foi à primeira pista evidenciada por esta narrativa. Até então, nenhuma novidade, apesar de pouco se saber sobre como a localidade participou daquele movimento. O quebra-cabeça constituiu-se de modo mais visível quando voltei ao que o professor escreveu acima. Contou que um grupo de revoltosos, rechaçados e na refrega da revolução de 1835-40, veio refugiar-se em Melgaço. A presença do banco de areia a margear a frente da localidade foi aspecto primordial para aqueles cabanos aportarem e criarem ali suas novas habitações. A decisão fez muitos moradores, notadamente descendentes dos pejorativamente batizados de "Nheengaíbas", evadirem-se às bandas do rio Anapu, fronteira com o município de Portel.

Quatro décadas depois da evasão dessas famílias, nos tempos iniciais da borracha, novos migrantes e imigrantes passaram a habitar o povoado, entre eles nordestinos, sírios libaneses, turcos, judeus marroquinos. Esse processo fez Melgaço voltar à sua rotina de trabalho e intensificou sua produção extrativista, quando foi restaurada a antiga capelinha de São Miguel. Nas letras do professor Gabriel, antes, aquele espaço sagrado era muito pequeno e não tinha seus altares de cedro do Líbano, bordados artisticamente, o que se conservava até o tempo da redação daqueles escritos.

O líder cabano, diz o narrador, era fervoroso devoto de São Miguel Arcanjo. Diante destas informações, mesclas de trabalhadores refugiados, um líder devoto de um santo guerreiro, história de tesouros enterrados sinalizavam importantes contextos. Mas o que essas memórias revelavam e o que ainda escondiam? As pistas precisaram seguir seu curso para poder completar aquele quebra-cabeças que já começava a sinalizar clareiras.

Curiosamente segui lendo as próximas páginas como alguém que procura um tesouro, não era certamente uma botija, mas talvez a arte para abrir o baú de memórias, suporte necessário para redigir versões de outras histórias a interessar não somente para uns, mas às muitas gentes de nossa região e, talvez, a outros "estrangeiros" em relação aos Marajós. Em seguida, um novo título reapareceu daqueles escritos: *Outro gracejo sobre botijas de dinheiro enterrado*. Deixei-me envolver pelo que estava escrito:

> *Já é do meu tempo. Por volta do ano de 1915, o meu pai era dono de grandes lavouras, sítio, e de vários canaviais. Possuía um engenho, a junta de bois, onde se fabricava açúcar mascavo, mel, rapadura, cachaça, etc., naturalmente contava com avultado número de trabalhadores. Um deles, vindo também do Nordeste, nos tempos das grandes secas de 1877 e 1888, aliás, tinha sido escravo. Certo dia, ainda de madrugada, bateu lá em casa, no maior escândalo do mundo, despertou todos nós. Meu pai veio atendê-lo às pressas. – O que foi? O que foi? Seu Domingos, que diabo já lhe aconteceu? – Seu Gabrié! Falou ele muito nervoso. – Vim pedi a vosmecê pra me emprestá toda ferramenta qui tivé no barracão. Os ferro de cova, as pá, as picareta, enxada, enxadeco e os carrim de mão, tudim. Soinei sinôsim cum a butija enterrada no pé da castanheira grande, lá no cento[1] e quero já, já, arrancá a bicha. – Tú tá doido, negro dos seiscentos diabos! Tu ainda vai acreditar em conversa de alma?... Apoi sim nho sim, e eu quero a ferramenta e é já, tem qui sê anti do dia amaincê. – Então leva lá o que tu quiseres e me deixa em paz. Lá se foi o preto com bem uns dez companheiros, e o dia amanheceu, entrou pela tarde e nada. Já à tardinha, quase noite, vem chegando de volta o pobre preto, com os outros parceiros, suados, tristes, com uma fome danada, perderam um dia de*

1 Refere-se ao centro, espaço das roças de mandioca.

> *trabalho, desconfiados... – Taí seu Gabrié seus carrim e seus ferro, muito brigado. Trabaiemo qui nem burro cavando buraco e a gente só encontrava era nim de saúba. O dinheiro encantou-se di repente em furmiga...* (Moura 1976: 7).

As conclusões a que o professor chegou, na condição de memorialista, apesar de apontar preconceitos, não poderia negar sabedorias, crenças e cosmovisões de culturas negras no constituir-se das identidades locais. Ao dizer que "foi uma pendenga durante muito tempo essa ignorância do pobre preto, velho Domingos, em toda a cidade" e por fim "vejam só que herança negativa essa dos valentes cabanos, perante a crendice popular", diferentes sujeitos sociais e contextos históricos, começaram a se cruzar e exigir discernimento.

O final do curso de *Culturas Negras em Diáspora* tinha me levado para outras viagens, a princípio sem rios, mas cheias de reviravoltas, deixando-me *mareado*[2]. Indagações não paravam de aparecer, em meu universo de preocupações, para entender o fazer-se de realidades marajoaras. Se no passado o município de Melgaço tinha sido uma importante aldeia habitada por diferentes nações indígenas, o que aconteceu, então, com esses guardiões da floresta? Onde encontrar indícios de suas vivências, modos de organização social, saberes, crenças, tradições?

Sabia que falar em Nheengaíbas era um desqualificativo elaborado por colonizadores ocidentais para negar a multiplicidade de línguas faladas por aqueles ameríndios. Para os europeus, sempre foi mais fácil excluir do que procurar entender imaginários, linguagens, simbologias de mundos tão díspares a seus referentes. Outra questão inquietante foi a presença negra na Cabanagem e na construção do altar em estilo barroco da Igreja de São Miguel. Uma memória popular perenizou que, em Melgaço, aquele altar teria sido mão-de-obra de índios, negros, mestiços. Tal evidência, de certa forma, era uma peça que

2 Essa expressão foi cunhada por D. Antônio de Almeida Lustosa, arcebispo de Belém, quando, percorrendo por quase oito anos os rios da Amazônia (1932-1940), a observar aspectos da vida na região, para além da visita pastoral, sentiu muito enjoo em função das fortes ondas que batiam em sua embarcação (Lustosa 1976).

fazia sentido com os escritos do professor. Sobre esta percepção, narrativa do memorialista deixou impressões:

> *Um grupo de revoltosos rechaçado na refrega aqui veio refugiar-se. (...) Com a chegada de novos habitantes, entre 1832 e 1836, voltou Melgaço à sua rotina de atividades de trabalho produtivo, quando foi erigida (ou melhor) restaurada a antiga capelinha de São Miguel, em estilo barroco, com seus altares ornamentados em desenho artístico, (arte portuguesa). Antes, a antiga capela era muito pequena e não tinha ainda seus altares de cedro do Líbano bordados artisticamente, o que até esta data não foram modificados* (Moura 1976: 14).

Outra memória sobre a construção do altar barroco em Melgaço assinala que a monumental construção aconteceu entre os séculos XVII e XVIII, no contexto da fundação e desenvolvimento da aldeia Guarycuru, sob a direção da missão jesuítica. D. José Luís Azcona, bispo da Prelazia de Marajó, em comentário recente (agosto/2009) sobre pesquisa por mim desenvolvida na região, defende a ideia deste altar como obra agenciada pelos padres jesuítas pela profunda semelhança com o altar da Igreja do Carmo em Belém. Até o momento, o escrito mais antigo sobre a Igreja de São Miguel já recuperado, assinala apenas a existência de uma "bizarra igreja, e uma galeria para residência de seu pároco" (Daniel 2004: 392). Por hora, sigo com o registro do professor Gabriel, associando o altar ao tempo cabanal, sem deixar de continuar buscando outras pistas capazes de permitir maiores entendimentos sobre este inquietante e misterioso passado colonial e imperial marajoara.

Seguindo viagens em busca de novos documentos, narrativas e estudos sobre a presença africana na Amazônia Marajoara, entrei em contato com o livro *Escravidão Negra no Grão-Pará sécs. XVII-XIX*, do historiador José Maia Bezerra Neto, e fiquei impressionado com os dados populacionais, de 1823, dos municípios marajoaras, com grande destaque para o elevado número de habitantes de Melgaço. Vejamos esta descrição:

Em Muaná dos 3524 habitantes, 503 eram escravos e 3021 livres não identificados; Cachoeira – 3463 habitantes, 130 brancos, 531 escravos, 2802 livres não identificados; Chaves – 1853 habitantes, 44 brancos, 447 escravos, 1362 livres não identificados; Monsarás – 857 habitantes, 88 brancos, 249 escravos, 190 índios, 130 mestiços, 200 livres não identificados; Monforte – 664 habitantes, 33 brancos, 124 escravos, 367 índios, 140 mestiços; Salvaterra – 497 habitantes, 46 brancos, 31 escravos, 296 índios, 124 mestiços; Soure – 366 habitantes, 26 brancos, 155 escravos, 44 índios, 141 mestiços e Breves – 227 habitantes, 80 escravos, 147 livres não identificados e Melgaço 5.719 habitantes, distribuídos entre 1.021 brancos, 1.140 escravos, 1.440 índios e 2.118 mestiços (Baena 2004: 260-268; 282-284).

Esses dados, extraídos da tese de doutorado da professora Rosa Acevedo Marin (apud Bezerra-Neto 2001), ao trabalhar com o *Ensayo corographico sobre a província do Pará,* de 1839, – produzido por um dos primeiros pesquisadores do antigo Grão-Pará, Antonio Ladislau Monteiro Baena – entre outras surpresas, traziam uma população melgacense composta por elevado número de escravos e mestiços, sem silenciar o forte quantitativo indígena.

No contexto provincial, tal número elevado de moradores em município que, em 1823, foi classificado em *outras regiões,* só perdendo para Belém, com 12.467 habitantes, sendo 5.543 brancos, 5.715 escravos, 1.109 mestiços; Cametá com 9.450 habitantes, 1.382 escravos e 8.068 arrolados como livres não identificados e Bragança, que possuindo 6.847 habitantes, com 4.480 brancos, 482 escravos e 1.885 livres não identificados, projetou perspectivas a serem levadas em consideração.

O que aconteceu com essa população escrava, que tudo indica ser negra, moradora do município? Teria sido dizimada, como foram incontáveis nações indígenas que viviam daqui pra lá e de lá pra cá em suas rápidas canoas, em consonância com o regime das águas? A presença dessa população negra em desconhecido e pouco estudado lado ocidental marajoara questionava leituras sobre dinâmicas de colonização, trabalho

e dominação produzidas, até então, pela historiografia Amazônica.

A cobiça portuguesa pelas terras marajoaras transformou campos e florestas em territórios de importantes produções econômicas, sustentadas pelo viveiro de homens, mulheres e culturas ali reunidas e em tentativas de submissão. É possível que os primeiros africanos tenham sido introduzidos na região a partir de 1644, junto com as primeiras cabeças de gado vacum transportadas das Ilhas de Cabo Verde.

Nesse mesmo contexto, enquanto Jesuítas fundavam, na parte de florestas, as aldeias Guaricuru (Melgaço), Arucará (Portel) e Araticu (Oeiras), explorando a coleta das drogas do sertão, o cultivo da cana de açúcar e da mandioca, no lado dos campos, outros jesuítas, juntamente com mercedários, carmelitas, franciscanos e colonos portugueses cuidavam de barganhar concessão de terras junto à Coroa para construir suas inúmeras fazendas, roças de mandioca e outros gêneros, além de mapear espaços de pesca, utilizando, inicialmente, mão-de-obra nativa e depois de africanos recolhidos em diversos portos do continente negro. Na segunda parte deste texto, encaminho a discussão para o processo de colonização do grande arquipélago, formação dos latifúndios, introdução da mão-de-obra negra, fugas e práticas de solidariedade entre negros e índios na constituição de mocambos e na ancestral prática do roubo do gado. Por hora, sigamos desvelando indícios que nos permitirão melhor enxergar rostos africanos, indígenas, mestiços e afroindígenas entre campos e florestas, desfazendo equívocos e silêncios historiográficos.

Aspecto importante para ser contextualizado é a forma esquemática como a historiografia paraense concebeu os Marajós. Campos de presença negra e florestas de presença indígena; nessa representação fatal, pesquisadores interessados pela história regional esqueceram-se de acompanhar a constante movimentação interna (do campo para a floresta e vice-versa) e externa (da região para Belém, Maranhão, Macapá, Guiana Francesa e também no seu sentido inverso), que nações, com suas tradições, credos e experiências, empreenderam na luta por sua existência física e cultural.

Mesmo que essas populações vivessem num arquipélago, não estão/

estavam fadadas ao ilhamento de suas alteridades. A região, ao cravar-se na garganta do grande rio, tornou-se ponto obrigatório de passagem entre o sul e o norte paraense. Desse modo, é impossível, depois de estatísticas populacionais de 1833, confeccionadas por Monteiro Baena, como foi visto anteriormente, não questionar esse modo classificatório e separatista de pensar a construção das identidades marajoaras.

Ainda que seja notória a inclinação de viajantes, etnólogos, literatos e escritores pela descrição do cotidiano dos campos e seus moradores negros, indicando ser ali o palco de maior predominância africana na região, não se pode mais fechar os olhos para constantes fugas internas e externas e formações de quilombos, quase sempre mestiços, ocorridas entre os séculos XVII e XIX, em Gurupá, Melgaço, Portel, Oeiras, Anajás, como trazem Vergolino-Henry & Figueiredo (1990) e, nos últimos 10 anos, Flavio Gomes (2005).

Se populações negras do período colonial, em parceria com nações indígenas como Nheengaíba, Mamainase, Chapouna, que trabalharam em engenhos, roças de mandioca, construção da igreja de São Miguel em Melgaço, ou no forte de Gurupá e nordestinos de descendência negra embrenhados em seringais da floresta, conseguiram, com maior facilidade, misturar-se a portugueses, judeus, turcos, norte-americanos entre outros que para cá se dirigiram, a escrita da história precisa ultrapassar a cegueira de ver o Marajó das Florestas como tão somente constituído pela identidade indígena.

O padre jesuíta português, João Daniel, em sua estada pelo grande Vale Amazônico entre 1741-1757, ao descrever costumes e práticas dos "muito alvos, como os brancos" índios pacajás, uma das nações recrutada para a missão jesuíta da aldeia de Arucará, hoje, município de Portel, deixa importante evidencia não apenas das fugas de escravos negros do Maranhão para este lado ocidental marajoara, mas das trocas culturais entre negros desertores e índios pacajás em torno do hábito de usar roupas.

> *A nação pacajá (...) foi a única nação de índios que na América lusitana se achou com alguma cobertura, com que cobriam a sua honestidade, tanto homens, como mulheres; estas usando de umas saias curtas, e aqueles de calções, não porque tivessem este uso de seu princípio, e criação de seus avós, mas porque fugindo do Maranhão uns escravos, foram parar nas cabeceiras deste rio Pacajá, e deles aprenderam os índios este bom costume.* (Daniel 2004: 372)

Não há mais dúvida de que esta parte da região também se constituiu em focos de mestiçagens e recorrentes contatos culturais. As vilas de populações de cor no interior de Melgaço, Portel, Breves, Bagre, Anajás, Afuá, as comunidades reconhecidamente quilombolas de Gurupá ou famílias negras, habitantes de espaços urbanos e rurais nestes municípios de florestas, são fortes indicativos para se rever formulações unívocas e singulares de Marajó. A fragilidade desse olhar pode estar na carência de investigações arqueológicas, antropológicas e históricas mais aprofundadas sobre o Marajó das Florestas, seja do período colonial para o contemporâneo, ou em períodos anteriores à colonização.

A descoberta, nos últimos anos, de alguns sambaquis nesta região começou a chamar a atenção de órgãos responsáveis por pesquisas arqueológicas, especialmente o IPHAN e a UFPA[3]. Teses e estudos que gestaram importantes referências sobre grupos humanos e seus artefatos, como a conhecida cerâmica marajoara, estiveram plenamente centralizadas nos tesos localizados no Marajó dos Campos. Essa opção tem profundos significados políticos e ajuda a aproximar entendimentos da fabricação restrita de Marajó que o conhecimento

3 Em 2006, arqueólogos Denise Schaan e Fernando Marques ministraram palestras a convite da Secretaria Municipal de Educação de Melgaço a professores e alunos sobre a arqueologia na Amazônia e no Marajó dos Campos. No dia seguinte, os dois pesquisadores e eu visitamos dois sítios arqueológicos existentes no município, ambos sambaquis. O Inventário que gerou este livro também possibilitou colocar no mapa o patrimônio arqueológico da região. Já no mês de março de 2009, uma escavação feita pela empresa de celular Vivo para a instalação de uma antena telefônica móvel, numa área de recente povoamento na cidade-floresta Melgaço, topou com um grande sambaqui. Isso gerou a necessidade de acordo entre os órgãos competentes sobre o estudo a ser feito no local. Espera-se, a partir de agora, que sejam iniciadas pesquisas mais profundas sobre os modos de vida de populações ancestrais habitantes deste lado do Marajó das Florestas.

produzido sobre a região representou à Amazônia e ao mundo.

Nessa perspectiva, retomar inspirações de Mignolo (2003), para problematizar escritas de histórias locais dominantes e excludentes, que parecem ter bebido na lógica da colonialidade do saber, é fundamentalmente imprescindível. Urge, então, a necessidade de novas e constantes pesquisas sobre campos e florestas, que permitam a elaboração de saberes mais amplos, densos e democráticos, inclusivos e sensíveis, ao respeito pelas semelhanças e, especialmente, pelas diferenças locais.

Diásporas africanas pelos Marajós

O relato da botija enterrada que se encantou, contado por Gabriel Moura[4] e apresentado na primeira parte deste capítulo, longe de ser retalho de uma história fantasiosa, ajuda a repensar sinais de vivências polifônicas urdidas por populações africanas que rasgaram o período colonial e fizeram-se ver e sentir de diferentes formas na construção da nação brasileira. Apesar das margens a que foram relegadas nas histórias sobre a Amazônia, pelo menos até a década de 1940, suas movimentações foram surpreendidas em diferentes escrituras elaboradas desde o período colonial.

Segundo Édison Carneiro, a Amazônia e automaticamente o arquipélago dos Marajós, "à primeira vista parece ter sofrido tão somente a influência dos aborígines" (Nascimento 1982: 167)[5], no entanto, nações e culturas africanas inscreveram-se com todo seu modo de vida, no âmago do fazer-se marajoara, pluralizando a paisagem cultural amazônica. Objetivando sinalizar quais africanos alcançaram os territórios amazônicos, recorremos a Vergolino-Henry & Figueiredo (1990), quando abordaram, em seu rico levantamento documental, a procedência dos africanos escravizados em terras paraoaras.

Para os autores, os escravos encontrados na Capitania do Grão-Pará, no período que vai de 1753 a 1801, na fase da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, responsável pelo tráfico de africanos para a região, eram oriundos dos seguintes portos: Bissau e Cacheu, então Guiné Portuguesa e atual República da Guiné-Bissau; Luanda, Benguela e Cabinda, antigo Reino de Angola e atual República Popular de Angola; Moçambique na Costa Oriental ou Contra Costa, atual República Popular de Moçambique (op. cit: 49).

Já Vicente Salles (2005), no afã de superar dificuldades apontadas pela documentação de época para focalizar a procedência de negros que cruzaram águas da Amazônia paraense, já que nos inventários essas informações muitas vezes são evasivas, como atestou Nunes Pereira ao "compulsar 69 inventários no Cartório de Cachoeira e 10 no de Soure, localidades da Ilha de Marajó", retomou o trabalho de Vergolino-Henry & Figueiredo (1990) e trouxe novos conhecimentos, inventariando a que origens culturais pertenciam negros, duramente subjugados, nesse chão. "Reunindo agora todos esses informes, ficamos sabendo que, do grupo banto, vieram representantes das chamadas nações – Angola, Congo, Benguela, Cabinda, Moçambique, Moxincongo, Maúa ou Macua, Caçanje etc. Do grupo sudanês entraram – Mina, Fãnti-Achânti, Mali ou Maí ou Mandinga, Fula, Fulupe ou Fulupo, Bijogó ou Bixagô" (Salles 2005: 84).

A partir de movimento iniciado por Nunes Pereira, primeiro etnólogo a se debruçar sobre códices, antigos inventários e manuscritos para perscrutar a presença africana na Amazônia, com destaque à grande Ilha de Marajó, houve investimentos acadêmicos para pesquisar raízes históricas que dessem conta da formação dessa mestiça população. Ganhou destaque, nessa investida, a busca por elementos configuradores de povos africanos em diásporas: falares, dançares, performances, cantorias, crenças, religiosidades, saberes e costumes, tem emergido em grandes expressões e mesclas culturais.

Antes de Vicente Salles - pesquisador considerado pela historio-

4 Filho de pais cearenses que alcançaram os "Marajós", nas últimas décadas do século XIX, este professor nasceu em 1910, na fazenda N. Srª de Fátima, na localidade Pacoval, em frente à cidade de Melgaço, e faleceu em Belém, nos idos da década de 1980. Para saber mais, ver Pacheco (2006: 57-65).

5 A afirmativa foi redigida por Carneiro em parecer sobre a tese *O negro na Ilha Grande de Marajó*, escrita em 1943 pelo veterinário, etnólogo e naturalista Manoel Nunes Pereira. Esse estudioso era filho de uma iniciada no Tambor de Mina, nasceu em São Luís do Maranhão a 26/06/1891 e faleceu no Rio de Janeiro a 26/02/1985. Sobre a trajetória de Pereira ler Costa (1997).

grafia Amazônica como pioneiro nos estudos da presença africana na região – concluir, em 1964, *O Negro no Pará,* publicado em 1971 e apontado por Arthur Cezar Ferreira Reis "como uma verdadeira revolução nos estudos amazônicos, pelo que revela, (...) anuncia, (...) corrige, (...) afirma, (...) incorpora (...)" (Salles 2005), o maranhense Nunes Pereira, duas décadas antes, já vinha realizando importantes levantamentos documentais sobre negros escravizados na Amazônia Marajoara.

Para produzir sua "tese", Pereira dialogou com documentos do Arquivo Público do Pará e de duas localidades dos campos marajoaras: Cachoeira do Arari e Soure. Na primeira compulsou, no cartório da cidade, inventários que abrangiam o período de 1803 a 1876[6]. No segundo, encontrou não somente descrições de escravos, como também um "precioso manuscrito" – pertencente às irmãs Jesoína Gonçalves de Leão e Carolina Rosa da Silveira Gonçalves – da autoria do memorialista capitão Calandrini da Silva Pacheco (Pereira 1952, 1982).

Ao dialogar com a documentação, Pereira (1952: 184) ainda recorreu a "pronunciamentos de historiadores e etnólogos luso-brasileiros", como afirmou Ferreira Reis. Desse modo, situam-se, nos finais do século XVII, a introdução dos primeiros africanos na Amazônia, quando a política de colonização portuguesa, neste imenso vale, estava ameaçada por série de motivos, entre os quais o modo de vida indígena, seus "conceitos de liberdade" (op. cit.: 182), suas práticas de insubmissão a formas de organização social e políticas diferenciadas da cosmovisão européia, além de contarem com as chamadas proteções missionárias. A partir destes entraves, a metrópole optou pela inserção do braço negro no vale Amazônico.

Nunes Pereira assinalou que a índole dos nativos, sua precária agricultura, seu nomadismo incontrolável, aspectos de sua cultura material e espiritual, o colocaram em choque com o conquistador e colonizador. "Certo a sua colaboração, aqui e acolá, poderia dar esplêndidos e compensadores resultados, mas não era com índios, supersticiosos e andarengos, que se poderia assentar, só com eles, um Estado à feição dos que constituíam a Península Ibérica, por exemplo. Não seria com índios, preados e descidos das suas aldeias, no fundo da selva e à beira de lagos e de campos, que se criaria, em pleno trópico, a Feliz Lusitânia!" (Pereira 1952: 158).

Para Salles, o trabalho de evangelização promovido pelas ordens religiosas coloniais nos Marajós resultou em consequência funesta para os "negros da terra", pois inúmeras tribos sucumbiram em curto espaço de tempo. A escassez de mão-de-obra nativa exigiu a premência de recompor a paisagem humana com "alguns 'africanos', diversificando, desta forma, o fácies étnico do Marajoara" (Salles 2005: 152). Recuperando Miranda Neto, o autor ainda redigiu: "Os indígenas, mais tarde os negros africanos e principalmente o elemento mestiço que então se formou, muito auxiliaram o colono na pecuária no Marajó. José Veríssimo, em 1885, já observara que o negro constituiu a maior parcela da população da ilha" (op. cit.: 152).

É importante lembrar que se o Brasil, em 1680, estava dividido em Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grão-Pará, a chamada ilha Grande de Joanes não configurava nos quadros dessa divisão, por ter se constituído em capitania doada por D. Afonso VI ao seu secretário de Estado, Antônio de Sousa Macedo, em 1665. Somente depois de três gerações e baronias (abril de 1754) é que foi extinta a donataria e reunida a capitania aos bens da Coroa e fazenda real. Nesse tempo, grande parte das terras já estava em mãos de concessionários de sesmarias doados pelos donatários da vasta extensão territorial. Sobre esses processos, esclarece Teixeira:

> *Aproveitando-se do costume, então vigente, de concederem-se sesmarias, de preferência a pessoas fidalgas ou com posse bastante para construir engenhos, com exclusão das classes pobres e desfavorecidas, muitos súditos do rei de Portugal pediram concessões de terras em Marajó, principalmente onde pretendiam fundar fazendas de criação, alegando aos dona-*

6 Conforme Pereira (1952: 1982), o entendimento de como se deu a introdução do "elemento africano" em Marajó, adquiriu nas notas que colheu durante as consultas que fez ao Arquivo Público do Pará, uma vez que a documentação encontrada em Cachoeira e Soure não alcançavam os primeiros tempos da chegada de africanos na região.

> *tários, capitães-mores e governadores que "eram homens de muita posse e família" ou que "eram homens assim de gente como de criação que a um morador são pertencentes" ou que "tem muita fábrica de gado de toda a sorte e escravos como qualquer morador"*(Teixeira 1952: 741).

Esse modelo de distribuição de terras explica a enorme concentração fundiária ainda hoje extremamente visível entre campos e florestas. Na região de campos, relações de poder historicamente estabelecidas entre famílias influentes, religiosos, "contemplados", sesmeiros, barganhando para si a maior extensão de terra possível, originou um processo de desigualdade social sem precedentes na história da Amazônia.

Conforme Soares, a doação da ilha à família do capitão-mor Antônio de Sousa Macedo correspondeu a um objetivo estratégico da Coroa (Soares 2002: 23-4). Controlar e povoar uma região de fronteira com o Cabo Norte e a Guiana Francesa para conter a onda da intrusa presença estrangeira (holandeses, franceses, ingleses, irlandeses), além da necessidade de explorar riquezas existentes em seus rios e florestas (op. cit.:28).

> *"o processo de concentração de terras e de expropriação dos índios tornou-se mais intenso, direcionado e violento. As terras da ilha passaram a ser divididas em sesmarias, doadas pelos capitães-mores, que cediam as terras em trocas de sua ocupação. Foi nesse momento que a população indígena local passou a sofrer maiores pressões, expropriadas de suas terras e escravização, pois com a chegada dos colonos acentuou-se ainda mais a necessidade de tornar a ilha um local lucrativo à metrópole"* (op. cit.).

Soares aborda ainda que, no correr de 100 anos (1725-1823), as terras do arquipélago foram continuamente distribuídas e ocupadas por famílias de prestígio político, erigindo sítios e fazendas próximas a rios e igarapés. Estas propriedades configuraram-se em espaços de trabalho e moradia de uma profusão de "agregados", vaqueiros e pequenos agricultores.

Um mundo múltiétnico de interesses e perspectivas diversas foi ali fortemente constituído, já a partir de 1702, quando El-Rei determinou a transferência do gado de Belém e cercanias aos pastos da ilha, visando incentivo à criação e efetivar o processo colonizador que há mais de meio século já vinha sendo tentado sem sucesso, dado as guerras entre Aruãs e Nheengaíbas contra portugueses. O naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, ao visitar a região nesse período, encontrou médios e numerosos rebanhos, sob os cuidados de índios e negros (Nunes 1952: 166).

Em 1758, o Marquês de Pombal confiscou as fazendas dos jesuítas, com o pretexto da falta legal de posse. Por carta régia de 1760, D. José I mandou ratear e repartir, em junta governativa, essas fazendas: para oficiais militares e pessoas casadas, vindas do Reino e estabelecidas no Pará; oficiais brasileiros e casados; pessoas distintas, também casadas, residentes no Estado, que não possuíam bens de raiz competentes; excluídos os que não tivessem terras próprias sem benfeitorias e as que não mostrassem capacidade para a última (Teixeira 1952: 746-7).

Os Annais do Arquivo Público de 1968 documentaram que, em 1760, foi dividida a grande fortuna acumulada pelos religiosos nos Marajós. As fazendas foram divididas em 22 quinhões, algumas, conforme aponta Soares, por seu tamanho, tornaram-se vilas após o confisco. Somente os Jesuítas detinham posse de sete fazendas, quatro no rio Arari e três no Rio Marajó-açu. O gado perfazia 134.465 cabeças. Mesmo depois que os filhos de Loyola foram expulsos, Soares ainda assinala que os mercedários, proprietários da Fazenda São Lourenço, no rio Paracauari, possuíam um total de 33 trabalhadores, somados escravos e livres, sobressaindo-se em relação a outros proprietários leigos (Soares 2002: 23-4).

Na *ilha fantasma,* como batizou Nunes Pereira a ilha grande de Joanes, porque "sua imagem desdobrava em inúmeras outras, dentro das doces águas que a banhavam" (Pereira 1952: 157), o povoamento foi assegurado com a formação dos currais a partir das últimas duas décadas do século XVII. O etnólogo defende a tese de que Portugal só lentamente percebeu

não poder contar com nações indígenas à formação, em bases menos flutuantes, de um modelo econômico necessário ao desenvolvimento da região Amazônica, assim como não podia sustentar-se apenas na lavoura como obra de penetração e conquista em que o pastoreio tanto evidenciou em outras realidades brasileiras (op. cit.: 158).

Os campos marajoaras, então, ficaram divididos entre dois tipos específicos de mão-de-obra: negros vaqueiros e índios roceiros (Soares 2002: 51)[7]. Obviamente negros, índios, mulatos, pardos, cafuzos, crioulos e mestiços estavam inseridos e se cruzando em diferentes ofícios, sustentando a fronteira colonial. Em fazendas de gado e açúcar, pesqueiros, roças de mandioca, algodão, arroz, tabaco, florestas de drogas do sertão, sementes oleaginosas, olarias de tijolos, fortificações, essas populações pobres recriaram modos de trabalho, trocas comerciais, crenças, tradições, assim como saberes e religiosidades.

Nos caminhos abertos por Pereira e esgarçados por Salles (2005), Vergolino-Henry & Figueiredo (1990), Bezerra Neto (2001) e Gomes (2005), para citar os principais, torna-se possível apreender que, com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, o tráfico de escravos africanos para a Amazônia intensificou-se. Antes desse período, Pereira (1952: 162) não duvida de que houvesse aparecido, por essas bandas de cá, "negros escravos e negros livres ou mesmo forros, de parceria, cantando, dançando no convés, ou gemendo e agonizando no fundo do porão de um ou outro tumbeiro".

A pesquisa desenvolvida por Vergolino-Henry & Figueiredo (1990), em códices do Arquivo Público do Estado do Pará, nos finais da década de 1970, demonstra a enorme preocupação de diversos moradores de Belém e de vilas situadas no interior do estado em relação à introdução de escravos negros na região. Uma multiplicidade de pedidos encaminhados aos poderes estaduais

7 Segundo Soares (2005: 51) a categoria roceiro possui laços estreitos com a atividade indígena, responsável por plantar e colher os alimentos que sustentavam a ilha. Os vaqueiros cuidavam e transportavam o gado, sustentáculos da maioria das fazendas.

ou metropolitanos expressa a urgência dessa mão-de-obra africana, especialmente no contexto da Era Pombalina, quando foi criada e funcionou a Companhia Geral de Comércio (1755-1778), traficando quase 30.000 africanos para o Maranhão e Grão-Pará.

Todos os estudiosos do tema são unânimes em afirmar a dura relação de força entre poderes coloniais, metropolitanos e moradores de São Luís e Belém em torno da aquisição do africano. Apesar da desvantagem que o Grão-Pará levou nessa "cana de braço", Gomes (2005: 46) assinala que "sem considerar o tráfico negreiro via iniciativa particular e ilegal – o contrabando e a introdução de escravos crioulos de outras capitanias –, de 1755 a 1820 entraram 53.217 africanos escravizados na Amazônia".

A população escrava negra e africana nos Setecentos estava, de fato, espalhada pela Amazônia. Podia estar nas lavouras – onde trabalhava junto com os índios –, ou na coleta das 'drogas', no transporte das canoas e nas obras das fortificações militares que pontilhavam o Grão-Pará, em função dos temores de invasões estrangeiras. A floresta já estava enegrecida" (op. cit.: 49).

Os primeiros africanos introduzidos no Marajó dos Campos inseriram-se, inicialmente, na lavoura, disputando e partilhando espaços com índios em seus "putiruns[8], alegres e movimentados, nas roças imensas" (Pereira 1952: 166). A experiência e os saberes em lidar com o gado, entretanto, seduziram-nos às fazendas de criatório, recriando a vida pastoril em seus universos de liberdade e aventura que a montagem em lombos de cavalos podia promover. "Há no negro, como no índio (...) um índice de indivíduo em pleno desenvolvimento cultural – uma admirável capacidade para lidar com os animais domésticos, bovinos e caprinos (...)" (op. cit.: 166).

A relação que culturas comunitárias, constituídas em cosmologias de unidades cósmicas, em universos de tradições orais estabelecem com animais está plenamente assentada na lógica de intercâmbios homem/natureza, homem/animal (Antonacci 2005). A afetividade, cuidado e trato com seus ani-

8 Trabalho realizado em coletividade. No Acre chama-se adjuntório e, em Melgaço, convidado.

mais domésticos ou 'cherimbabos' ainda hoje são facilmente captáveis, quer na cidade de Soure, onde muitas casas possuem um búfalo de estimação que parece fazer parte da família, ou em Portel, nos inúmeros quintais onde famílias criam pintos, porcos, patos, galinhas.

Missionários capuchos, mercedários, jesuítas e carmelitas como os primeiros donos das sesmarias e colonos, sob o comando do duro trabalho desenvolvido por africanos e indígenas, expandiram a cultura vaqueira nos campos marajoaras. Inicialmente, confiaram o gado a vaqueiros indígenas, exímios sábios do regime das águas e mistérios da natureza, capazes de distinguir tempos e espaços propícios ou hostis ao criatório. "Também confiaram à dedicação e à coragem dos negros escravos, à proporção que se iam enriquecendo de larga escravatura" (Pereira 1952: 167).

O mundo colonial marajoara sustentava-se e expandia-se sob a faina de índios e negros, cotidianamente envolvidos nos mais diversos ofícios, lidando com temporalidades e animais que aterrorizavam o gado vacum. Cruzaram mondongos[9] e balsedos, espaços disputados pelo gado na invernada e verão marajoara com jacarés, sucuris, aves, tigres, capivaras, porcos e antas. Em rodeios e ferras, corpos nativos e, especialmente, da diáspora, expressaram habilidades no trato com o boi.

Dentro da casa grande também assumiram os mais variados trabalhos domésticos. Foram ora vaqueiros, pescadores, lavradores, marujos, ora operários. Nesses universos de trabalho, dominação, astúcias e resistências, trocas culturais entre negros e índios em torno de saberes para curar a si mesmo e ao gado, como murrinhas dos bezerros, Nunes Pereira deixou ver, "rezas e ervas miraculosas que o índio" revelava ao negro. Compartilharam ainda fumos, bebidas produzidas de mandioca, altamente fermentada, que resguardavam valores, significações sociais e mágico-religiosas (op. cit.: 175).

9 Atoleiros formados por pequenos lagos e infinitas plantas palustres, por entre os quais se arrastam milhares de répteis. No princípio do inverno, recolhem grande parte das águas pluviais; mas, enchendo-se rapidamente começam a extravasar pelos seus escoadouros naturais, rios mais diversos existentes na região (Pereira 1956: 121).

"Escravizara-se à paisagem da Ilha Grande de Marajó, que lhe lembrava, talvez, a d'África longínqua: com seus pântanos, rios, lagos, mares, estepes, areiais e brenhas" (op. cit.: 169). Os africanos conseguiram melhor se situar, inicialmente, em regiões de campos que lhes permitiram desenvolverem práticas de trabalho e moradia semelhantes à sua terra natal. Assim, tornaram-se lavradores, vaqueiros, curtidores, oleiros, alimentando-se "fartamente de abundante caça, consoante certas normas sócio-religiosas das suas tribos ou nações" (op. cit.: 173).

Por meio de memórias do capitão Calandrini, Nunes Pereira recompõe nomes de algumas famílias que fizeram riqueza em campos marajoaras: Joaquim Ângelo Gonçalves, nascido em 1770, era proprietário de Santo Antônio, Teso, ilha das Palhas, em Maguari, com muito escravos e gado. Miguel Arcanjo Gonçalves, nascido em 1790, teve em seu poderio as fazendas Anjos, Pindobas e São Cristóvão, com vasto gado e escravaria. Raimundo Antônio Gonçalves, nascido em 1799, era dono das fazendas Santos Reis, Bentevi, Glória, Livramento e muito gado e escravos. O próprio memorialista açambarcava as porteiras Conceição, Nazaré, Dominguinho, Desterro, Limpo Grande e Cajueiro, "onde passou largo tempo da sua vida com os seus escravos, a sua gadaria e a sua cavalhada" (op. cit.: 168)[10].

Da farta documentação produzida pelo bispo missionário português D. Fr. Caetano Brandão, em suas incursões pastorais pela diocese do Grão-Pará (1783 e 1789), tempos do Marquês de Pombal, o anticristo agostiniano, Salles retém visitas realizadas pelo religioso em diferentes fazendas nos raios dos campos marajoaras. Para compor seus registros, a autoridade eclesiástica não perdeu de vista o grande número de escravos negros encontrados nas fazendas

10 As fazendas de maior escravaria, identificadas por Pereira (1952), foram as dos religiosos - Arari, São João, São Jerônimo, São Pedro Nolasco, São José, Guajará, Retiro Fortaleza, Retiro Boa Vista, Jenipapucu. Porém, somente na fazenda São Lourenço, pertencente à Coroa, existia 65 escravos que foram dados a inventário. Entre os inventários trabalhados pelo etnólogo, 946 escravos foram registrados. Entre esses inventários, 80 escravos, pertencentes aos mercedários, não foram descritos.

dos Carmelitas[11], as únicas ordens que, pelas boas relações mantidas com o estado português, "haviam escapado, até então, à expulsão iniciada no consulado pombalino" (Salles 2005: 153).

Frei Caetano tomou nota que nestas fazendas alguns negros aprendiam determinados ofícios e a religião. Comoveu-se quando ouviu duas pretinhas que, ao cantarem louvores divinos, "faziam uma admirável consonância de primeira e segunda voz" (op. cit.). Uma homenagem feita por escravos ao prelado o deixou sentimentalmente comovido. "Cantou-se um *Te Deum;* e os escravos e escravas cantaram o Bendito Sejais e outras modas com tanta graça e doçura que não pude suster as lágrimas" (op. cit.).

A propriedade dos padres mercedários em Cachoeira do Arari era a mais pujante de toda a ilha. "Tinha rancho de escravos bem regulado e possuía mais de 150 escravos entre machos e fêmeas" (op. cit.: 235). Gomes & Queiroz, em diálogo com Ramos, que trabalhou memórias deixadas por Frei Caetano evidenciam passagens dessa composição, retratando a crítica do prelado a colonos que julgaram africanos como autênticas máquinas de trabalho, "esquecendo-se de sua condição de pessoas e sujeitando-os a maus-tratos", resultando em "escravos aleijados de mãos e pés, com as costas e os 'lugares inferiores' feitos em retalhos, que ele atribuía à falta de temor a Deus e ao próximo" (Gomes & Queiroz, 2003: 144 apud Ramos 2000: 341-348).

Estas atitudes, conforme estes estudiosos, divergiam de outras que revelavam senhores mais zelosos e preocupados pela instrução de seus escravos, empregando-os, inclusive, em obras de caridade. Frei Caetano teria, nesse período de visita, confessado e crismado escravos que trabalhavam em lavouras nas proximidades de Macapá e na ilha de Marajó. Segundo Marçal, na acepção de Ramos, a crítica promovida por este prelado, demonstra uma posição original, ao conceber escravos africanos como gentes de Deus

11 Fontenele (2008: 79), bebendo em informações do historiador português João Lúcio Azevedo, diz que quando Mendonça Furtado chegou ao Grão-Pará "encontrou 63 aldeamentos missionários, dos quais 19 pertenciam aos jesuítas, 15 aos carmelitas, nove aos da Província de Santo Antônio, sete aos da Província da Conceição, 10 aos da Província da Piedade e três aos de Nossa Senhora das Mercês".

que deveriam ser ensinados, respeitados e não torturados, para que fossem transformados em colonos prósperos e pudessem gozar das riquezas existentes no território amazônico.

A leitura de Ramos, da experiência de Frei Caetano Brandão, diverge do pensamento e da prática dominante nos períodos colonial e imperial, quando a Igreja, sob a égide do padroado, foi instituição que referendou a escravização de nações africanas em território brasileiro. Para além dessa leitura, são visíveis os esforços de um bispo responsável por uma imensa plaga, num tempo de "abandono espiritual", em conhecer e acompanhar como almas indígenas e africanas viviam a religião católica.

Nesse contexto, é importante retomar a parada em Breves, feita por Frei Caetano em 12 de junho de 1786. Ali encontrou alguns moradores pardos e índios sem igreja, capela, distante um dia de viagem da Vila São Miguel de Melgaço, lugar mais próximo para obter alguma instrução religiosa. As demonstrações de ignorância da doutrina cristã, expressas por estes moradores, deixaram o religioso completamente decepcionado. Quando perguntou a um grande número de mulheres e meninos quem era a Mãe de Jesus, calaram-se.

Para minimizar esta distância com a religião católica, o bispo recomendou e orientou, com livros sagrados, a um homem que percebeu ser dotado de maior inteligência para instruir os curumins do povoado. "Crismei, visitei-os nas suas casas estimulando-os ao trabalho corporal e ao de salvação, e às cinco horas da tarde os deixamos" (Soares 1946: 138).

Os escravos africanos reinventaram uma economia de subsistência, aclimatada com seus tempos de descanso e de fugas. Unindo-se a grupos indígenas que não estavam acostumados com o lucro, africanos conseguiram desestabilizar a economia regional, mas sustentaram vidas de populações, viventes entre rios, campos e florestas.

Em defesa de significados de liberdade frente à exploração intensa de seus corpos e culturas, índios e negros reconfiguraram cartografias marajoaras, pintando uma floresta, alinhavada por rios, plena de fugitivos (Gomes 2005). No inventário de Inácio Monteiro, de 1886, Pereira escreveu que entre

os chamados semoventes estão pretos fujões, sob a pecha, 'escravos que estão em fugas'. Tratava-se de três negros e uma negra; entre eles um era cego de um olho, com 35 anos, e foi avaliado em 400$000. "A preta fujona Margarida fora avaliada em 200$000 e tinha 40 anos de idade" (1952: 186).

O movimento de fugas de escravos abriu-se em várias direções. Se habitavam em Soure, poderiam ser encontrados em Gurupá. Se debandavam de Macapá, não era de estranhar que tivessem se embrenhado pras bandas de Melgaço. Num ir e vir contínuo, por fora e mais precisamente por dentro da ilha, para livrarem-se das tormentas do cabo Maguari ou da pororoca de Chaves, negros, índios, mestiços optaram muitas vezes em navegar pelos estreitos de Breves, indo "socar-se" na fronteira Pará/Amapá/Guiana-Francesa ou vice-versa.

Os Marajós foram corredores por onde essas comunidades de fugitivos testavam e traçavam sinuosas práticas de liberdade. Em 1809, entre outras pessoas, um médico francês foi preso na Vila de Chaves, suspeito de ter sido "o motor do levantamento dos pretos remetidos de Caiena para o Pará em um barco" (Baena 1969: 276-7).

Documentos produzidos por poderes locais, em correspondências oficiais desde o século XVIII, ou anúncios de jornais do XIX, permitem rever rotas de homens em fugas entre cantos e encruzilhadas da imensa floresta marajoara. O trabalho de Flávio Gomes, ao imiscuir-se pelos variados espaços amazônicos e fronteiriços, situando o período de 1732 a 1816, visibiliza não apenas o Marajó dos Campos, alinhavado em complexas experiências históricas na constituição de mocambos e quilombos.

Talvez pela dificuldade de acesso e longínquas beiras de rios, o Marajó das Florestas, com terrenos movediços e embaralhados, transformaram-se em territórios mais pisados e provisoriamente habitados por índios e negros que, vivendo situações-limite, reconfiguraram sentidos de suas existências físicas e espirituais. Essas fugas, para pântanos desconhecidos e inalcançáveis por autoridades e capitães-do-mato, podem ter agenciado um rico mundo de vivências que ficou nas dobras da história, porque se esgarçou dos fios da escravidão. Certamente africanos e "indianos" (Baena 1969), que escaparam pela tangente dos olhares de seus algozes, tempos depois conseguiram misturar-se com outros grupos espalhados pela região.

Um dos espaços marajoaras, recorrentemente citado por historiadores como Salles (2005), Vergolino-Henry & Figueiredo (1990) e Gomes (2005), é o consistente mocambo erigido por pretos, índios, cafuzos e pardos no rio Anajás, em fronteira de campos e florestas, ou no rio Macacos, interior do atual município de Breves e ainda em Chaves. Autoridades em pane exigiram do Governo da Província, em 1787, o desbaratar desses maliciosos agrupamentos humanos. Mencionando os principais mocambos desse período, Baena (1969: 271) escreveu: "Outro mais considerável no rio Anajás, composto de escravos, soldados desertores e foragidos. E quatro que estão no rio dos Macacos, um deles nas terras de André Correa Picanço, e outro nas de José Furtado de Mendonça, juiz ordinário da Vila de Chaves, os quais todos estão combinados com os supra-referidos".

Para o lado do rio Arari, nos finais do século XVIII, Gomes (1969: 271) recompõe notícias de movimentos de fugidos e roubos de gado, com tentativas de evitar fugas de negros da Fazenda Real, "que se vão introduzir em mucambos por aqueles matos". Na vila de Monforte, dois pretos que andavam fugidos foram capturados. De Portel, ventilavam-se variadas reclamações de que índios abandonavam seus serviços e "que as povoações eram "compostas de mucambos que só aparecem quando querem". Diligências eram enviadas a esta vila para acompanhar índios descidos do Pacajá ou destruir um mocambo do rio Arapari.

Escravos de Soure debandavam para o Arauari, rio de muitos mocambos. "Da vila de Monsarás, nos matos de Ponta de Pedras se acham amocambadas 40 pessoas entre grandes e pequenos, vivendo como no sertão sem missa nem confissão" (op. cit.). Foram encaminhadas duas escoltas de Cachoeira para conter recorrente absurdo vividos por parte de índios, pretos e soldados desertores. Para as bandas de Melgaço, faziam-se prisioneiros homens de identidades desconhecidas.

Na vila de Chaves, um mulato vivia realizando ofícios como vaqueiro, carpinteiro e marceneiro, "tinha a vida vaga ou incerta" (op. cit.). "Da ilha de Joanes chegavam notícias de que cafuzos, mamelucos, índios e pretos, que lidavam com o gado, estavam burlando o fisco. O problema dos roubos articulava-se com o comércio clandestino. Por meio dessas redes de trocas, fugitivos, amocambados e desertores vendiam os produtos de suas roças, obtendo, em troca, sobretudo, pólvora, armas de fogo e aguardente" (op. cit.: 82-3).

Em meados do século XVIII, no rio Pracupijó, ligado a Portel, era ventilada a "existência de índios escondidos com criminosos e negros". Na região de Melgaço, pretos, mulatos e índios eram retirados de um mocambo, enquanto em Ponta de Pedras, houve lutas para desfazer um ajuntamento de índios, mulatos e criminosos, "de que é cabeça um mulato chamado Narciso que foi dos padres da Companhia" (op. cit.).

A capacidade de inventar resistências e reatualizar suas tradições, em meio ao clima de perseguição, agenciado por proprietários e poderes locais, fez negros e índios embrenharem-se para diferentes cantos do território amazônico, erigindo provisórios mocambos. Flávio Gomes surpreende, ainda na documentação pesquisada, escravos fugidos da Vila de Mazagão, no Amapá, encontrados em Gurupá, em suas "casas de pau-a-pique, trabalhando em colheita de bastante arroz, milho [...] há mais, de quatro anos" (op.cit. : 53).

> *Esses quilombolas praticavam roubos e mantinham comércio nas povoações próximas. Solidariedades entre índios e negros naquela terra comum que os escravizava começavam a aparecer. Índios em Salvaterra invadiram a cadeia para dar fuga ao 'preto Manoel José'. (...) Também de Gurupá noticiava-se que índios e cafuzos andavam juntos. (...) Em Joanes e Monsarás foi preso o preto fugido Miguel, conhecido como ladrão de gado, por meio de quem se soube que os índios locais 'tinham comércio com os ditos fugidos'* (op.cit.: 67).

Um combinatório de cumplicidades e alianças, desaguando em diversos interesses, firmava-se entre homens em fuga, moradores e comerciantes em trânsito pelos rios da região. Vendedores ou compradores de gêneros produ-

zidos ou extraídos da própria floresta, por essas comunidades de fugitivos, erigiram, em meio aos tempos de perseguição, uma economia de troca nas bordas do capitalismo mercantilista. Se solidariedades eram alinhavadas, tensões, disputas e delações também complexificaram mundos coloniais e imperiais "En el Corazón de la Amazonía" (Madri 1979: 29)[12]. Gomes (2005: 77) conta que, "em Joanes, no ano de 1762, índios desertores foram intimidados pelos pretos numa ocasião".

Notícias de jornais, transcritas por Salles, ajudam a situar os Marajós nessas rotas de homens em busca da liberdade e nos raios de perseguições. Em 1852, *O Grão-Pará* publicou que, do engenho Palheta, distrito da Vila Muaná, fugiram da propriedade de Manoel Antônio Cardoso Amanajás, em um escaler, cinco escravos de sua propriedade em direção ao Amazonas. Eram eles: Felipe, "preto retinto figura ordinária", 22 anos, dentes partidos, um tanto vergado, toca viola, sabe ler, tem um risco no rosto, deve ter sinais de surras, "padeceu boubas de que deve ter cravos". Este mesmo Felipe esteve em fuga anos atrás, quando ainda era mais jovem e não tinha barba, mas recuperado em 1847. O segundo era Manoel, irmão deste tocador e leitor, "preto retinto, rosto redondo, figura ordinária, gordo, pés grossos", detinha o ofício de ferreiro, sofreu do mesmo mal de seu irmão, possuía 21 anos e não tinha barba. Completam o retrato dos fugitivos Ignês e seus dois filhos gêmeos e pretos. Ela de cor tapuia, tinha falta de parte do nariz. Eles um menino de nome José e uma menina de nome Luzia (O Grão-Pará 1852: 4 apud Salles 2005: 354)[13].

12 A expressão "El Corazón de la Amazonía" foi a metáfora elaborada pelo padre agostiniano recoleto Teodoro C. Madri para falar da grande importância da ilha de Marajó à existência e vivência da Amazônia. Na visão deste religioso, a ilha é o músculo cardíaco que desempenha as funções de bomba aspirante e "impelente", já que introduz nas profundidades do oceano Atlântico as águas barrentas, que "han circulado por las venas amplias purificadas por las artérias de los rios inmensos de água limpia. Como El corazón con aurículas y ventrículos tiene también dos partes: derecha e izquierda, en comunicación contínua". Utilizamos esta metáfora como título central de nossa tese de doutorado (Pacheco 2009).

13 O noticiário completou sua informação dizendo: "A pessoa que os apreen-

Em 1854, era Tomás Tavares Bastos, proprietário do engenho de S. Marçal, do rio Arari, quem solicitou anúncio em relação a três escravos fugidos. Estava na busca dos conhecidos, por aquelas bandas, negros e crioulos: Francisco, preto, nação Caçanje, aparentando idade de 40 anos; Simão, crioulo retinto, reforçado, semelhante a Francisco possuía a cara redonda e muito falante e Boaventura, crioulo, alto, magro, um tanto acafuzado, tinha os dedos grandes dos pés metidos para dentro. Tanto Boaventura, quanto Simão tinham pouco mais de 25 anos e raros fios de barba (Treze de Maio 1854: 4 apud Salles 2005: 357).

No mesmo ano e desespero, encontrava-se Manoel Antônio da Cunha Vidim, porque seu escravo Bernardo fujão, que já tinha andado pelas bandas de Muaná, havia mais uma vez desaparecido. Com características físicas e psicológicas, Bernardo era descrito como preto crioulo, exímio carpinteiro, fala baixa, nasalar e fina, com um dente quebrado na frente superior da boca, com andar semelhante a um "porco", fino em mentiras e juras que faz por Deus e todos os santos, protesta sempre quando recebe coitos (Treze de Maio 1854: 4, apud Salles 2005: 358). Em 1866, fugia de Belém Raimundo, mulato moço, que possivelmente embarcou para as ilhas (Jornal do Pará 1866: 3 apud Salles 2005: 359). Anteriormente, em 1850, fugiu da Santa Casa de Misericórdia, Jesuíno, preto fulo, estatura regular, carapinha um pouco branca, voz grossa, idade de 50 a 60 anos, de quem se suspeitava ter se metido na ilha Caviana (O Planeta 1850: 8 apud Salles 2005: 358).

Em tempos mais recuados, 1791, conforme narra Vergolino-Henry (1990), a partir de documento de diversos com governadores do Pará, instruções em detalhes foram dadas a Manuel Joaquim de Abreu para que ajudantes de praças pudessem realizar, da melhor maneira possível, diligências em regiões marajoaras e araguarinas, visando a captura de fugitivos brancos, índios ou negros.

Assim, o governador de Macapá, João Vasco Manuel Braun, informou que duas canoas municiadas e guarnecidas de soldados, com os índios mais habilidosos, ágeis do trato com o remo e conhecedores do regime das águas e dos ventos, saíram em busca de fugitivos nas ilhas Caviana e Mexiana (Vergolino-Henry & Figueiredo 1990: 58-9). Do mesmo modo, em 1765 era noticiado por autoridades locais que pretos fugidos de Caiena estavam vivendo por aquelas ilhas marajoaras (Chaves 1765, apud Vergolino-Henry & Figueiredo 1990: 86). Já em 1790, o cabo Clemente da Silva era encaminhado e orientado a fazer sutil e pacífica diligência na vila de Portel, em busca do sitio de Antônio Luiz Soares, onde estavam quatro escravos criminosos e dois soldados desertores. Deveria usar a força e prender o responsável somente se ele tentasse rebelar-se contra o representante da autoridade policial (Vergolino-Henry & Figueiredo 1990: 193).

Negros e índios viviam em fugas. Autoridades locais e estaduais mobilizavam-se para conter o movimento. Comerciantes ambulantes e moradores faziam vista grossa. Canoas eram colocadas nas fronteiras sul e norte dos Marajós. Uma região com diferentes brechas expressava tremor e temor com notícias de deserções de escravos nas Guianas e nas Américas.

Por esses enredos, é possível dizer que dentre as regiões para onde singraram filhos das Áfricas diaspóricas, a ilha e o arquipélago marajoaras ganharam expressão, não apenas por sua posição estratégica, como pela potencialidade de suas terras para criação, plantio e coleta das chamadas drogas-do-sertão. Espaços de fazendas de gado, engenhos de açúcar, roças de produção da farinha[14], matas de coletas de frutos nativos, tornaram-se palco de esforços, trabalho e vivências de negros da África que, juntamente com "negros da terra", configuraram as faces da mão-de-obra duramente explorada ao longo dos séculos XVIII e XIX.

A partir dos estudos de Pereira (1944), Salles (2005), Vergolino-

der entregando a seu senhor no engenho Palheta ou recolhendo-os na Cadeia do Pará, receberá de gratificação duzentos mil réis. Anajás, 28 de dezembro de 1851".

14 A respeito dessa cultura agrícola, Vergolino-Henry & Figueiredo (1990: 54) afirmam que no século XVIII, "uma produção expressiva da Capitania e do Estado era a farinha, destacando-se as vilas de Oeiras, Melgaço e Portel como 'Impérios das Farinhas do Estado'".

Henry (1990) e Gomes (2005) foi possível reconstituir o tabuleiro de xadrez, para usar metáfora criada por Robert Slenes (apud Gomes 2005: 16), onde africanos, indígenas e seus descendentes, em terras marajoaras, esforçaram-se para tomar as principais posições ainda que em jogadas desiguais, desviando-se ao máximo de processos de reescravidão.

Uma cartografia de vivências, partilhas e reafirmações de identidades, crenças, ritos, símbolos e saberes, foram, então, fortemente redesenhadas. Fosse em Soure, Salvaterra (Joanes, Monsarás, Condeixa), Ponta de Pedras, Chaves, ilhas Caviana, Mexiana, Cabo Maguari, Cachoeira, rios Anajás, Arari, Arauary, Pracuúba, na parte de campos; ou Gurupá, Melgaço, Portel, Oeiras (Bagre), São Sebastião, rios Macacos e Mapuá (Breves), Tajapuru e Buiussu (Melgaço/Breves), Anapu (Portel), nos espaços de floresta, rotas sustentadas por raízes culturais foram tracejadas por negros e índios em busca de modos de viver para além dos instituídos por grupos e poderes coloniais.

Traços de culturas festivas, sonoras, comunitárias e astuciosamente transgressoras ou declaradamente resistentes ali foram reconstruídos. Por isso, em 1797, Antônio Denis Couto reclamava em correspondência ao presidente da província do Pará, Sr. Francisco de Souza Coutinho, que nove escravos, acompanhando o capataz de sua fazenda com 60 reses para vender no mercado de Belém, à noite se embriagaram "formando um grande batuque". O pedido para cessar o barulho e acomodarem-se os fez renovarem mais ainda "o dito batuque". Não conseguindo conter a situação, o capataz deu-lhes "duas cipoadas em um dos cabeças com quem estavam todos os escravos meios alevantados". Incapazes de se subordinar, como relatava o capataz em tradução por seu senhor, ao presidente da província, o comunicado ainda contava que estes batuqueiros fugiram, dentre os quais estavam os cabeças, o mulato Nicolau, José, seu filho Matias, José Mulato, Luís Gonzaga, Martinho, Clemente, João de Campos, Lisbão, Luis, Miguel, Craveiro, "desamparando todos os serviços de fazenda" (Vergolino-Henry & Figueiredo, 1990: 33-4).

Em tempos aparentemente tranquilos, ou de guerras e festas, jogadas foram ensaiadas por quilombolas para livrarem-se do peso da escravidão a eles

impostos nos Marajós e em outras regiões amazônicas. Cooperações foram, então, construídas. Novos relacionamentos tecidos. Velhos mantidos e fortalecidos. Desenharam uma teia de intercâmbios transculturais que deixavam completamente embaraçados os fios da escravidão instalada na Província.

No Marajó dos Campos, como foi possível observar do denso estudo de Gomes (2005: 51-2), entre alianças e solidariedades estabelecidas por índios, vaqueiros escravos e quilombolas, estava a prática do roubo do gado. "Era do conhecimento geral que os quilombolas roubavam gado e comercializavam carnes e couro". Precisando conter os prejuízos causados aos fazendeiros, autoridades provinciais criaram determinações para vigiar e revistar canoas que navegavam pelos rios da região.

Nas memórias do capitão Calandrini, recuperadas por Nunes Pereira, o administrador da Fazenda Nacional São Lourenço, que possuía 65 escravos, ao perder algumas dessas "peças" para fugas, resolveu levantar uma guarita na ilha Tucumã "para vigiar o gado e batê-lo para dentro" (Pereira 1952: 179). Naquele espaço, estava o negro fujão Januário, que era visto não somente como um ladrão de gado, mas um "autêntico quilombola". Nas considerações de Pereira, não era de estranhar que senhores mandassem negros a fazendas vizinhas roubar gado ou abatê-los por pura perversidade.

A intricada constelação de sujeitos, interesses e conveniências tornou a prática do roubo do gado, nascida na colônia, uma grande e consistente instituição. Extensa e múltipla é a documentação existente sobre esse modo de vida constituído no mundo clandestino das fazendas. É possível dizer: os autores que escreveram sobre a região não deixaram de tocar nesta complicada prática, que para uns representava sustento, para outros aumento de suas riquezas, poderes e prestígios políticos. Jornais, desde meados do século XIX e durante todo o XX, recorrentemente estiveram a contar artimanhas de gentes e grupos variados, inclusive "a boa gente", que se envolveram com o furto da gadaria alheia.

Uma quadrilha de ladrões de gado, que há muito tempo vinha agindo na ilha do Marajó, foi desbaratada na sexta-

> *feira à noite. Os ladrões de gado usavam um barco com nome apagado e agiam livremente (...) O Sr. Arnaldo Queiroz era quem comandava a quadrilha e se intitula dono de uma nesga de terra, inclusive com porto para desembarque de boi furtado. Com ele no barco, além da tripulação, viajava o vaqueiro "bacurau", empregado da fazenda Trindade, e um outro vaqueiro conhecido pelo apelido de "Matupiri". O gado era levado para a fazenda de Arnaldo Queiroz e depois transportado para a cidade de Abaetetuba onde já havia compradores (...) Todos os que estavam no barco foram levados para o Delegado de Polícia de Soure, onde foi aberto rigoroso inquérito. Pelos depoimentos prestados, existe muita gente boa envolvida no caso do furto de gado do Marajó* (A Província do Pará 1972: 2).

Enquanto quilombolas do passado roubavam uma ou outra rês para a alimentação de seus co-irmãos, quadrilhas especializadas para enriquecer elites formaram-se. Traçaram milimétrica e previamente rotas para tráficos da gadaria pilhada. Fazendeiros que reclamam às autoridades das baixas em seu rebanho, seja pelas enchentes, doenças, ou roubo do gado, são os mesmos que sustentam os exímios ladrões de gados traficados em portos brasileiros ou internacionais.

Como homens, equipamentos e ideias cruzaram, desceram ou subiram, tanto no passado, como no presente, os estreitos de Breves, em rotas Pará-Guiana e vice-versa, ilegalmente o gado das fazendas marajoaras também singrava e desapareceria entre águas doces e salgadas, rumo a outros paragens e mercados consumidores. Defendendo a tese dessa prática como uma instituição, Salles apresenta notícia de jornal demonstrando o movimento trilhado pelo furto do gado.

Inicialmente, um ou outro vaqueiro furtava uma rês de uma ou outra fazenda, mas sempre muito às escondidas, temendo cruel punição. Nos meados do século XIX, entretanto, proprietários montavam e capitaneavam, com grande prazer, grossas quadrilhas de pretos, brancos e pardos "na diligência de apanhar em alto dia quanto gado lhe é possível de seu vizinho, sem receio de responsabilidade alguma" (*Publicação Paraense* 1850: 4 apud Salles 2005: 154).

Documentação presente no jornal *A Província do Pará*, no período de 1940 a 1980, por exemplo, está plena de informações desse movimentado cotidiano que constituiu e arregimentou uma forte e ilegal economia regional. Nesses meandros, duas fisionomias de ladrões de gado foram caricaturadas. O gebrista, que furta por estar desempregado, sem condições de adquirir materiais para sua pesca, ou porque a região está em tempo de calamidade e escassez de alimentos, em função das fortes cheias e secas, enfim, com dificuldade de garantir sua existência por outros meios legais. E o ladrão de quadrilha, que juntamente com outros tornou-se especialista em desaparecer com grande número de cabeças de gado do dia para a noite (*A Província do Pará* 1947, 1955, 1966, 1971, 1972).

Representantes de poderes políticos locais e do próprio estado estavam, muitas vezes, por trás dos fortes esquemas montados à pilhagem do gado. Torna-se, desse mod, compreensível, porque algumas quadrilhas descritas nos matutinos apareciam completamente equipadas com embarcações modernas e potentes armas de fogo, agindo livremente por rios e fazendas marajoaras. Ao furtarem o gado, os ladrões ainda tinham a preocupação de escolher os das melhores raças, como nelore, adquiridas fora do Pará, além de aproveitarem para saquear outros animais como porcos, galinhas, carneiros.

Uma antiga instituição, criada ainda no século XIX, foi retomada nos anos de 1950: a Polícia Rural, que visava combater, entre outros crimes, o roubo do gado. Nos jornais da primeira metade do século XX, esforços de fazendeiros por criar essa instituição vigilante mostraram-se intrigantes. Fazendeiros culpavam poderes locais pela inoperância em dotar o município de serviços de segurança pública.

Autoridades políticas assinalavam que os próprios fazendeiros precisavam criar seus esquemas de segurança, porque era impossível adentrar nesse universo no qual não se sabia quem era o ladrão e quem era o roubado. Pecuaristas, então, apelavam para instâncias maiores, mas também não conseguiam criar um pensamento consonante que usasse seu poder de barganha para obter proventos.

Desde a década de 1940, criadores de gado já vinham fomentando a Associação Rural dos Pecuaristas do Pará (ARPP). Por meio desta associação, além de criarem as Exposições-Feira em 1952, objetivando promover o gado na região, estabeleceram acordo para ajudar na captura dos animais roubados, mas encontrado vivo: criou-se um carimbo próprio para marcar o rebanho particular (Pinheiro 2008). Todas as reses deveriam ter, no mínimo, duas marcas: a da fazenda, inscrita no seu quarto traseiro e a da malhada, feita na orelha. Uma terceira ainda podia ser registrada no dorso do animal para representar sua era. Gallo (1980: 76), em conversa com pescadores que conheciam ou se envolviam com o cotidiano do furto do gado, tomou conhecimento de que é muito fácil adulterar esses sinais. Pegando um pedaço de pau com um arame pontudo, risca-se a marca dele em cima de outra, borra-se os velhos sinais e surgem novos como se fossem antigos.

As medidas são insuficientes para enfrentar a problemática do furto do bovino também por outras razões. Nas invernadas marajoaras, as cheias tornavam anteriores áreas de pastagens navegáveis para embarcações, inclusive de grande porte, facilitando aproximação de *tesos e marombas*[15] e o consequente sequestro do gado. Desse modo, fazendeiros em defesa de seus interesses, bens e patrimônios, acabaram, em muitas situações, organizando, por conta própria, emboscadas para debelar homens armados que invadiam suas propriedades.

A arquitetura da instituição roubo do gado desenvolveu "um perfeito serviço logístico de informações, venda e cobertura a todo nível" (Gallo 1980: 73). A fazenda a ser saqueada era minimamente estudada. Como o nível de parentesco é muito grande na região, contou padre Gallo, tornava-se fácil saber quando o vigia e a ronda estariam ausentes. Soma-se a isso a frágil fiscalização que tornava praticamente livre o movimento da "perpétua sangria do gado". "Apesar das falhas da fiscalização, algum peixinho ficava malhado na rede, mas conseguia escapulir" (op. cit.: 77), assina o padre, referindo-se ao poder de barganha que o "padrinho" do ladrão de gado possuía diante das autoridades policiais.

Um sistema de proteção era montado para livrar o ladrão de gado das punições da justiça, quando surpreendido em atividade. Padre Giovanni comentou que "o pior era que, em última análise, essa profissão virava instrumento eleitoral: cobertura em troca de votos. De fato, na hora H, vai cobrar votos" (op. cit.: 85). Procurando posicionar-se contra continuidades e aliciamentos promovidos pela prática, este religioso italiano ainda assinalou: "Faço apelo às autoridades. Chegou a hora de abrir os olhos, de largar pau sem misericórdia. Não digo sobre o pescador, ele é só um joguete, um explorado, uma vítima, ele só ganha as migalhas que transbordam do prato cheio do padrinho que dá cobertura".

Nestas condições, a chamada "gente boa" proprietária de homens, terras, rios e paisagens ajudou a perenizar traços de um modo de viver em perigo, dilacerou valores ancestrais e colocou os Marajós em outras rotas de contatos, costumes e experiências sociais. De certo, os marajoaras não foram passivos, facilmente manipuláveis e muito menos vítimas de um processo que fabricou novas redes de dominação e poder na região.

Nas desiguais lutas estabelecidas em torno de sua existência, muitas famílias ainda hoje continuam a pelejar para defender sua dignidade; não constituem um movimento social organizado, mas suas vozes, quando reclamam contra o preço baixo de seus produtos, escolas para seus filhos estudarem na floresta, postos médicos equipados, ampliação de programas sociais, falta de emprego no setor público, entre tantas outras mazelas da vida moderna, compõem ecos de resistência contra um modelo de desenvolvimento social excludente e seletivo feito quase sempre para aquela gente boa e seus herdeiros.

O longo, descontínuo e sinuoso período colonial levou os Marajós e os marajoaras para outras fronteiras de trabalho, unindo mais uma vez campos e florestas. Em meados do século XIX, depois que cessaram os temores e tremores da cabanagem, alguns fazendeiros, procurando livrar-se dos problemas que atingiram a vida nos pastos (enchentes, secas, doenças, roubos, queda do preço da carne), migraram com seus braços de trabalho para prósperas

15 Espaços para livrar o gado dos tempos de enchentes. Tesos são áreas de terras mais altas e marombas são espécies de jangadas de madeira cobertas com palha.

regiões de verdejantes seringais no coração da região, especialmente em sua parte florestal.

Salles (2005: 155) assinala que esses proprietários rurais, em pane com uma eminente ruína, deixaram suas fazendas e partiram com seus "escravos e fâmulos para os seringais vizinhos", pois a economia bovina não conseguia mais quitar um terço de suas dívidas mensais. Nesse terreno, emergiram outros povoados marajoaras (Anajás, Afuá), assim como outros rostos e vozes conformados por nordestinos, alguns poucos judeus marroquinos e sírios libaneses que se misturaram com índios, negros, mulatos, cafuzos, portugueses, talhando novas fisionomias étnicas da/na região. Nas idas e vindas, recriaram costumes, renovaram e readaptaram rituais, festas e tradições na ambiguidade de viveres sempre domados e regidos pelo invencível império das águas. Nestas simbioses, as Áfricas foram recriadas nos Marajós, assim como as identidades de homens e mulheres marajoaras de matrizes multiétnicas vêm sendo reinventadas ao longo da história regional.

Referências Bibliográficas

Acevedo-Marín, Rosa Elizabeth. *Du travail esclave au travail libre: Le Pará (Bresil) sous le regime colonial et sous l'Empire (XVII e XIX e siecles).* Tese de doutorado. Paris: École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1985.

Aguirre, Salvador. *La prelatura de Marajó (Brasil).* In: Institutum Historicum Augustinianorum Recollectorum. Vol. XV, Roma, 1992.

Antonacci, Maria Antonieta. Corpos Negros: desafiando verdades. In: Bueno, Maria Lucia & Castro, Ana Lúcia (org.). *Corpo, território da cultura.* São Paulo: Annablume, 2005, pp. 27-62.

Baena, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará.* Belém: UFPA, 1969. (Coleção Amazônica – Série José Veríssimo)

Bezerra Neto, José Maria. *Escravidão Negra no Grão-Pará (sécs. XVII-XIX).* Belém: Paka-Tatu, 2001.

Costa, Selda Vale da. *Labirintos do Saber: Nunes Pereira e as culturas Amazônicas.* Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 1997.

Fontenele, Francisca Nescylene. *Grão-Pará pombalino: trabalho, desigualdades e relações de poder.* Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: PUC-SP, 2008.

Funes, Eurípedes. *"Nasci nas matas, nunca tive senhor". História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas.* Tese de doutorado em História Social. São Paulo: USP, 1995.

Gallo, Giovanni. O ladrão de gado. In: *Marajó: a ditadura da água.* Belém: SECULT, 1980.

Gomes, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVII-XIX).* São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

Gomes, Flávio dos Santos & Queiroz, Jonas Marçal. Em outras margens: Escravidão africana, fronteiras e etnicidade na Amazônia In: Priore, Mary e Gomes, Flávio dos Santos (Org.) *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, pp. 141-163.

Lustosa, D. Antônio de Almeida. *No estuário Amazônico – "À Margem da Visita Pastoral".* Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

Madri, Teodoro C. La Prelacía de Marajó cumplió cincuenta años. In: *Boletin de la Província de Santo Tomas de Villanueva da Ordem dos Agostinianos Recoletos.* Ano LIX, enero-febrero de 1979, num. 494.

Moura, Gabriel Severiano. *Melgaço por dentro (1770-1976).* Melgaço, Datilografado, 1976.

Mignolo, Walter D. *Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limitar.* Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

Nascimento, Abdias do (org.). *O Negro Revoltado.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

Negro, Antônio Luigi e SILVA, Sérgio (org.) E. P. Thompson – As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

Pacheco, Agenor Sarraf. *À margem dos Marajós: cotidiano, memórias e imagens da "Cidade-Floresta" Melgaço.* Belém: Paka-Tatu, 2006.

____. O garoto, um anel de ouro e muitas histórias: *arqueologia e patrimônio no Marajó das Florestas.* Texto-base para a oficina do projeto Por Campos e Florestas. Belém: UFPA, 2008.

____. *En el Corazón de la Amazonía: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoaras.* Tese de Doutorado em História Social, PUC-SP, 2009.

Pereira, Manoel Nunes. Negros Escravos na Amazônia. In: *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, 1944.* Rio de Janeiro: IBGE, 1952, V. 3, pp. 153-185.

____. A ilha de Marajó – Estudo Econômico-social. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola em cooperação com a Divisão da Caça e Pesca do DNPA, 1956. (Série Estudos Brasileiros, nº 8)

____. O negro na Ilha Grande de Marajó. In: Nascimento, Abdias do (Org.). O Negro Revoltado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, pp. 167-189.

Pinheiro, Jouberth Roberto Lima. *Entre jornais e memorialistas: trajetórias da cultura do gado no Marajó dos Campos nas décadas de 1950-1970.* Monografia de Conclusão do Curso de Bacharelado e Licenciatura Plena em História pela UFPA. Belém, 2008.

Ramos, Luís Antônio de Oliveira. Escravismo na Amazônia: Perspectivas Episcopais. In: Silva, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: Colonização e Escravidão.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 341-348.

Salles, Vicente. *O negro no Pará sob o regime da escravidão.* 3ª ed. rev. ampl. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

Slenes, Robert W. Apresentação – O Escravismo por um fio? In: Gomes, Flávio. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVII-XIX).* São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

Soares, Eliane Cristina Lopes. Roceiros e vaqueiros na ilha grande de Joanes no período colonial. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Belém: NAEA/UFPA, 2002.

Soares, Fr. José do S. Coração de Jesus. In: *Boletin de la Província de Santo Tomas de Villanueva da Ordem dos Agostinianos Recoletos.* Ano XXV, Septimbre/1946, número 282.

Teixeira, José Ferreira. O Arquipélago de Marajó. *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia realizado na cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal) de 7 a 16 de setembro de 1944.* Vol. VIII. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1952, pp. 713-807.

Thomson, Alistair. "Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e a memória. *Projeto História 14.* São Paulo: PUC/SP, nº 14, 1997, pp.

Vergolino-Henry, Anaíza & Figueiredo, Arthur Napoleão. *A Presença Africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica.* Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

Documentos Citados

Chaves, 28 de agosto de 1765, Antônio de Oliveira Pantoja apud VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A Presença Africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica.* Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 86.

Série Correspondência de diversos com governadores, 1791, 266/26 apud VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A Presença Africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica.* Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, pp. 58-9.

Série Correspondência dos governadores com diversos. Belém, 13 de setembro de 1790 apud VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A Presença Africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica.* Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 193.

Diversos com Governadores 295/70, Arari, 07 de junho de 1797 apud Chaves, 28 de agosto de 1765, Antônio de Oliveira Pantoja apud VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A Presença Africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica.* Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, pp. 33-4.

Publicação Paraense, Belém, ano 02, n. 89, 18 mar. 1850, cad.1, p. 04 apud SALLES, Vicente. Documentário – parte 6. In: *O negro no Pará sob o regime da escravidão.* 3ª ed. rev. ampl. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005, p. 154.

O planeta, Belém, ano 02, nº 73 e 74, 17 de ago. 1850, p. 08 apud SALLES, Vicente. Documentário – parte 6. In: *O negro no Pará sob o regime da escravidão.* 3ª ed. rev. ampl. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005, pp. 354-370.

O Grão-Pará, ano 1, n. 30, 3 jan. 1852 apud SALLES, Vicente. Documentário – parte 6. In: *O negro no Pará sob o regime da escravidão.* 3ª ed. rev. ampl. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005, pp. 354-370.

Treze de Maio, Belém, n. 316, 17 abr. 1854 apud SALLES, Vicente. Documentário – parte 6. In: *O negro no Pará sob o regime da escravidão.* 3ª ed. rev. ampl. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005, pp. 354-370.

Jornal do Pará, Belém, ano 05, n. 10, 23 nov. 1866, p. 03 apud SALLES, Vicente. Documentário – parte 6. In: *O negro no Pará sob o regime da escravidão.* 3ª ed. rev. ampl. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005, pp. 354-370.

A Província do Pará, 29 de fevereiro de 1972. "Quadrilha de ladrões de gado 'estourada' na ilha de Marajó", p. 02.

A Província do Pará, 05 de março de 1947; 04 de março de 1955; 16 de junho de 1966; 14 de janeiro de 1971; 18 de fevereiro de 1971; 29 de fevereiro de 1972.

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MARAJÓ DOS CAMPOS

Denise Pahl Schaan
Cristiane Pires Martins
Vera Lúcia Mendes Portal

As Sociedades Complexas

A ilha de Marajó se localiza no estuário amazônico, sendo banhada pelo rio Amazonas apenas em sua porção oeste, onde a acumulação de sedimentos do rio originou áreas um pouco mais elevadas nesse arquipélago que é predominantemente plano. Já na porção leste da ilha, dominada por campos que permanecem alagados de fevereiro a junho, desenvolveu-se uma das mais intrigantes culturas da América pré-colombiana.

As pesquisas arqueológicas indicam que a ilha esteve habitada há, pelo menos, 3.500 anos. Durante os primeiros 1.500 anos, o registro arqueoló-

gico indica a existência de pequenas vilas, de, no máximo, 150m², ocupando os diversos ecossistemas: campos baixos e altos, floresta inundada e de terra firme, galerias de floresta ao longo dos rios e zona intermediária entre campo e floresta. Aquelas populações viviam da caça, pesca, coleta e provavelmente da cultura da mandioca. A informação que se possui desses primeiros povos vem principalmente da cerâmica, bastante duradoura e em geral bem acabada, encontrada na forma de vasilhas de paredes grossas e pesadas (devido ao antiplástico de cacos moídos), mas pouco expressiva em termos decorativos[1]. A proporção de fragmentos decorados encontrados nos sítios é pequena, o que indica o uso meramente doméstico e o reduzido caráter cerimonial e festivo dessa cultura material.

Durante os 1.500 anos que precederam a emergência de sociedades complexas, os "povos da floresta tropical" (Meggers e Evans 1957) sofreram com o clima implacável da ilha. Recebendo chuvas torrenciais e inundações devastadoras de fevereiro a maio, e assistindo à terra secar sob o tórrido sol do Equador, tornando-se ressequida e estéril, de agosto a dezembro, os povos nativos aprenderam sobre as dinâmicas ecológicas da ilha. Seu maior problema - a água que tudo inunda e depois desaparece - era, também seu mais precioso bem. Um bem e um recurso a ser aproveitado, manejado e controlado. Juntamente com a subida e descida das águas, vinham respectivamente a falta e a abundância da vida aquática. Espalhados pelos campos inundados durante o inverno, os peixes reproduziam-se às centenas de milhares, buscando voltar aos rios com a descida das águas. No entanto, no retorno aos rios, milhares de peixes acabavam ficando presos nas águas rasas das cabeceiras dos igarapés e lagos. Observando essa dinâmica, as populações nativas passaram a manipular conscientemente a ecologia, construindo lagos e barragens. A pesca intensiva nas cabeceiras dos rios e a possibilidade de controlar a oferta de água

1 Meggers e Evans (1957) foram os responsáveis pela caracterização cultural dessas primeiras ocupações, a que denominaram fases Ananatuba, Mangueiras, Formiga e Acauã, através da tipologia da cerâmica. Estas seriam "fases da floresta tropical", como descritas por Lowie no Handbook of South American Indians (Steward 1948).

acabou por determinar que aqueles seriam os melhores lugares para erguerem moradias permanentes. Em poucas décadas, sistemas de controle hidráulico disseminaram-se pela ilha, reproduzindo técnicas de manejo onde quer que as condições ecológicas fossem favoráveis. Nesses locais, a implantação de lagos e barragens pode ter emergido inicialmente através da cooperação entre famílias (Stanish 2004), mas parece que a partir de certo momento o acesso aos recursos passou a ser controlado por grupos restritos de pessoas que justificavam sua posição dominante por meio de sua relação com antepassados reais e míticos. Sugiram assim os diversos "cacicados" da ilha de Marajó, que ocuparam por cerca de 900 anos as áreas sazonalmente inundáveis dos campos.

Esses cacicados surgiram a partir do século V, quando imensas plataformas de terra, com até 12m de altura e 2 a 3 hectares em área, passaram a ser erguidas imponentemente sobre a paisagem tediosamente plana dos campos, consistentemente localizados nas cabeceiras de rios e junto a lagos extremamente piscosos. Ao lado de cada monte (chamados localmente de tesos) encontra-se uma depressão ou espécie de cratera, de onde foi retirada a terra para construí-lo. Nessas "baixas", as águas ficam represadas desde o início do período da seca, quando os campos são drenados por um complexo sistema de rios e canais, virtualmente invisíveis durante os cinco meses de inundação. A fauna aquática retida em lagos e nas "baixas" ao lado dos tesos não é desprezível. Ainda hoje a pesca nesses locais é extremamente rentável, concorrendo com a pecuária que domina a região.

Os tesos marajoaras são sempre encontrados em agrupamentos, onde um, dois ou três tesos eram destinados à moradia da elite e ao culto aos antepassados, enquanto que em um número maior deles há evidência somente de moradia das pessoas comuns (onde se encontra cerâmica doméstica e ausência de cerâmica cerimonial (Meggers e Evans 1957, Roosevelt 1991, Schaan 2007). Esses agrupamentos mostram diferenças entre si em sua distribuição em relação ao acesso aos recursos naturais (lagos e igarapés) e também quanto à forma, decoração e iconografia dos artefatos.

A construção dos tesos parece ter surgido como um efeito secundá-

rio do manejo hidráulico que passa a ser experimentado nas cabeceiras de rios a partir do início da era Cristã. A necessidade de contar com uma moradia elevada junto aos reservatórios de peixes veio a calhar também como uma maneira de exercer controle sobre áreas de recursos naturais extremamente abundantes. Percebe-se que em diversas sociedades complexas, a construção de tesos e estruturas megalíticas junto a áreas de recursos naturais desejados é entendida como uma maneira de reclamar direitos sobre estes recursos. Propõe-se, portanto, que a localização dos tesos cerimoniais junto aos reservatórios de peixes indica a existência, no passado, de restrições sociais ao acesso a esses recursos, o que sugere estratificação social. A habilidade da elite de mobilizar excedente é também visível por meio da remoção de volumes consideráveis de terra para construir os locais para residência e espaço cerimonial - o que evidencia o controle exercido sobre a mão-de-obra. Entendemos, entretanto, que esse controle se dava principalmente no plano simbólico, por meio da veneração de ancestrais míticos que teriam o poder de garantir fertilidade e abundância (Schaan 2007). A imprevisibilidade da extensão dos invernos e dos verões, a dependência da fauna aquática, e os conflitos que provavelmente surgiram em torno do acesso à tão abundante, mas circunscrito recurso[2], demandaram uma maior dependência da boa vontade dos espíritos protetores, e uma dependência do diálogo com o sobrenatural, mediado por chefes e pajés. Na cerâmica - em sua forma, usos e iconografia - percebe-se o enorme dispêndio de tempo dedicado à performance ritual e à produção dos objetos e cenários que a compunham. Apesar de a cerâmica não ser certamente o único suporte material sobre o qual a vida simbólica se expressava, nossa análise é limitada a ela, por sua durabilidade na floresta tropical.

Em Marajó, a coincidência entre espaço cerimonial, sepultamentos de indivíduos da elite e evidências para festas (abundantes fragmentos de cerâmica cerimonial e vasilhas domésticas utilizadas possivelmente para a produção de bebidas fermentadas) (Schaan 2004, 2006) sugere controle sobre a religião e ideologia.

Ao erigirem tesos cada vez maiores e mais altos, os antigos marajoaras buscavam distinguir-se na paisagem, dominando pelos campos até onde sua vista alcançava. Hoje em dia os tesos são ainda imponentes na paisagem, sendo procurados pela população como local de moradia e para refúgio do gado durante a estação chuvosa, quando tudo o mais alaga. Além disso, as urnas funerárias de cerâmica que os tesos contêm e que vez ou outra aparecem nos barrancos, devido à erosão causada pela chuva e pisotear do gado, são desenterradas para servirem como recipiente para guardar farinha ou "aparar" água (Schaan 2007). Curiosamente, os tesos não são tão freqüentemente referidos como locais onde acontecem "visagens", as assombrações referidas pelos habitantes da Amazônia. Geralmente os locais de visagem são associados com antigas moradias, em terrenos onde ainda se percebem restos de vigas, telhas e objetos dos séculos XIX e XX. A memória dos antigos habitantes dos tesos parece ter se perdido, ainda que o manejo hidráulico, com a construção de barragens em igarapés e lagos, e a fabricação de cerâmica tenha se perpetuado de diversas formas através dos tempos.

Arqueologia em Santa Cruz do Arari

O município de Santa Cruz do Arari foi também foco do inventário realizado em 2008 e 2009. Esse município, ao contrário dos demais estudados nesse projeto, está localizado na região dos campos naturais, na margem oeste do lago Arari. Possui uma área de mais de mil quilômetros quadrados, estando limitado a norte e oeste pelo município de Chaves, a sul por Ponta de Pedras e a leste pelo município de Cachoeira do Arari. Sua população chega a seis mil habitantes.

A distância de Belém a Santa Cruz é de 179 km, o que parece perto, mas não quando se descobre que se leva cerca de 8 horas para chegar lá. **O** acesso ao município é feito por via fluvial, partindo-se de Belém até o porto

2 Para Carneiro (2007), os conflitos por terra em áreas circunscritas teriam sido fundamentais para a emergência de lideranças de guerra e a conseqüente transformação sociopolítica das sociedades amazônicas.
.

do Camará (município de Salvaterra), de onde se segue por via terrestre até a cidade de Santa Cruz. Durante a época de chuvas não é possível o acesso por via terrestre e, nesse caso, o acesso a partir de Belém se dá por barcos que atravessam a baía de Marajó e tomam o rio Arari até a sede do município, tornando o percurso em geral mais longo, dependendo das marés.

A cobertura vegetal é típica de savanas alagáveis, ocorrendo pequenas áreas de vegetação arbustiva e semi-arbustiva localizadas ao longo dos principais cursos d'água. A topografia é plana, salientando-se na paisagem "ilhas" de mata (tesos), que são elevações naturais existentes sobre paleocanais, a maioria delas tendo sido aumentadas pela construção artificial a cargo dos indígenas.

Os principais rios do município são o Arari, o Mocoões, o Anajás-Mirim e o Apií. O rio Mocoões (que marca seu limite oeste com o município de Chaves) se interliga com o rio Cururu através do canal do Cururu. Do rio Mocoões parte o canal Mocoões - com extensão de 21 km -, que se liga com o rio Anajás-Mirim, afluente do rio Arari. O rio Anajás-Mirim demarca o limite sul com o município de Ponta de Pedras. O rio Apií, que está à leste, faz limite entre Santa Cruz do Arari e o município de Cachoeira do Arari, desaguando no lago Arari.

Atualmente a principal atividade econômica do município é a pecuária (gado bovino e bubalino).

Sítios já conhecidos

A área dos campos alagados, onde se localiza o município de Santa Cruz do Arari, foi intensamente pesquisada desde o século XIX. Mesmo assim, a maior parte dos sítios encontrados esteve localizada nos municípios de Ponta de Pedras, Chaves e Cachoeira do Arari. Assim sendo, anteriormente à nossa pesquisa, quatro sítios na região estavam registrados: PA-JO-17: Flor do Anajás, PA-JO-18: Coroca, PA-JO-19 e PA-JO-20. Todos esses sítios foram localizados pelo etnólogo Peter Paul Hilbert no início da década e 1950, e a descrição foi publicada na monografia de Meggers e Evans (1957: 179; 203).

Durante a pesquisa, o sítio Flor do Anajás foi visitado com o objetivo de o georeferenciar e complementar algumas informações necessárias para sua inclusão no cadastro do IPHAN. Localiza-se a 80m a norte da foz do rio Anajás-Mirim (área conhecida localmente como *Flor do Anajás*), e a oeste do rio Arari, ou seja, na sua margem direita. Encontra-se num barranco onde foi evidenciada grande quantidade de material cerâmico disperso em superfície e no barranco em direção ao rio Arari. Foram coletados alguns destes fragmentos, entre eles um aplique modelado. A área apresenta, aproximadamente, de 3 a 4 metros de altura em relação ao nível do rio (mês de novembro, período de estiagem das chuvas), 30m de largura, e 80m de comprimento. Na parte mais elevada do teso existe uma casa de madeira (já bem antiga segundo os guias), de propriedade de José Roberto Boulhosa, que é dono dessa área que integra a Fazenda Menino Jesus. Ao redor da casa e do teso observamos algumas retiradas de terra recentes.

O sítio PA-JO-18: Coroca (que também foi escavado por Hilbert) foi caracterizado por ele como sítio-habitação da fase Formiga, possuindo 25m por 4-8m de área, e 1m a 1,5m de altura (Meggers e Evans 1957: 226-267). Esse e os sítios PA-JO-19 e PA-JO-20 não foram localizados durante a prospecção, uma vez que as informações de localização descritas pelo pesquisador foram insuficientes para que pudéssemos encontrar os sítios. Os moradores locais também não os conhecem.

Resultados do Levantamento

Realizamos a prospecção oportunística por via terrestre[3] (uma vez que neste período do ano os rios estão secos ou com os níveis de água bastante reduzidos), em áreas indicadas pelos moradores locais e guias, e em outras utilizando indicadores da paisagem. Desta forma, realizamos a pesquisa em

3 Os guias informaram que as estradas de terra são abertas a cada ano pelos fazendeiros do município durante o período do verão para facilitar a circulação, transporte e escoamento de produtos. De forma que essas estradas, geralmente, recebem o nome das fazendas, retiros ou localidades. O mesmo acontece com os igarapés formados no período das cheias.

fazendas e retiros às margens do Lago Arari, dos rios Arari e Anajás-Mirim, e alguns igarapés tributários destes.

No geral, os sítios localizados em sedes de fazendas apresentaram-se bastante alterados e com material cerâmico fragmentado exposto em superfície. Já naqueles sítios localizados em áreas preservadas de mata e cobertos por folhagens, foi comum observarmos a perturbação por movimentação de gado.

Em alguns sítios alterados por construções de estruturas de fazendas não foi possível estimarmos suas dimensões de largura e comprimento, uma vez que essas áreas apresentam solo revirado e as extremidades das áreas elevadas geralmente ocupadas por estruturas de currais. O mesmo ocorreu em áreas com grandes extensões de terra firme e mata. Neste último caso, registramos em caderneta de campo a porção do sítio em que identificamos material arqueológico.

Apesar de a pesquisa estar restrita ao município de Santa Cruz do Arari, realizamos ainda pesquisa em algumas áreas dos municípios vizinhos, como em Chaves e Cachoeira do Arari, devido à proximidade. No município de Chaves, localizamos os sítios Chaves I e II, durante a pesquisa realizada em um trecho do rio Mocoões na sua margem direita (estando em frente aos sítios Santo Elias I e II de Santa Cruz do Arari, na margem esquerda do rio Mocoões), e os sítios Apií, Santa Luzia e Santa Helena, ao norte do Lago Arari, em terras que são também do município de Chaves. No município de Cachoeira do Arari localizamos o sítio Zebulândia e a ocorrência Diamantina, quando fomos visitar o sítio PA-JO-01: Pacoval.

Os proprietários das Fazendas Apií, Santa Luzia e Santa Helena informaram que suas áreas se localizam no município de Santa Cruz do Arari, porém de acordo com o mapa de localização dos sítios arqueológicos produzido no âmbito do inventário as áreas se encontram no município de Chaves.

Além dos sítios e ocorrências arqueológicas localizadas foram registradas duas coleções particulares constituídas de artefatos cerâmicos, tais como vasilhames cerâmicos inteiros com decorações plástica e pintada.

A pesquisa decorrente do inventário em Santa Cruz do Arari apresentou como resultado a localização e registro de 24 sítios e 8 ocorrências arqueológicas, além de 10 áreas com potencial arqueológico, com vestígios caracterizados por material pré-colonial (fragmentos cerâmicos). Esses sítios encontram-se descritos ao final desse volume.

Coleção de Isabel Machado

Consta de um vasilhame cerâmico sob a guarda de Isabel Machado, proprietária da fazenda Glória. A peça teria sido coletada por seu pai no município de Anajás.

Coleção de Helena Castro

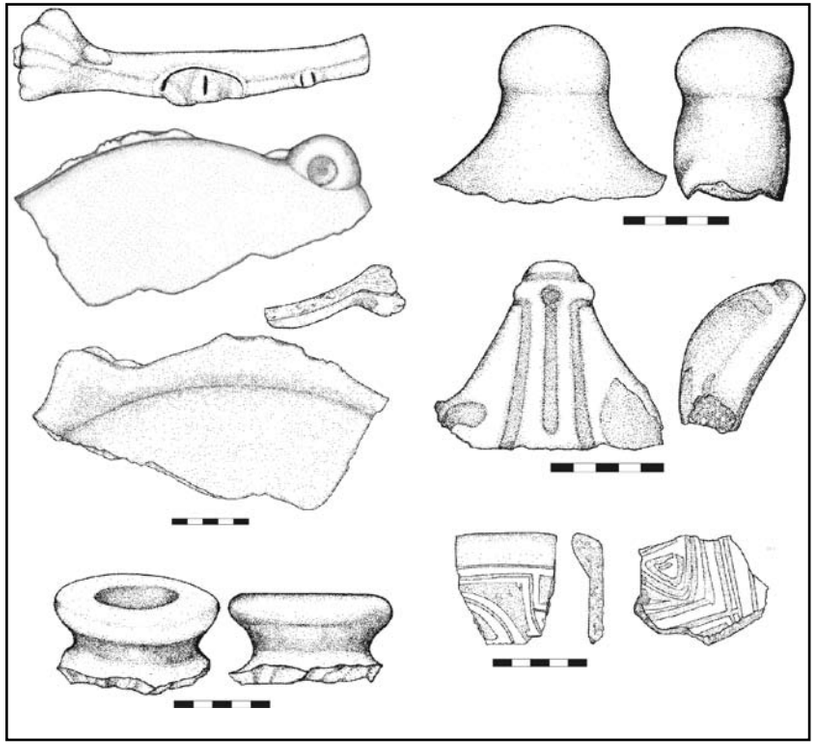
Consta de sete vasilhames cerâmicos inteiros com decorações incisa e engobo branco, sob a guarda de Helena Lobato Castro, proprietária da fazenda Santa Luzia, no município de Chaves. As peças teriam sido coletadas por seu pai no Teso do Urubu, sítio Camutins, igarapé do Camutins.

O material arqueológico de Santa Cruz e municípios vizinhos

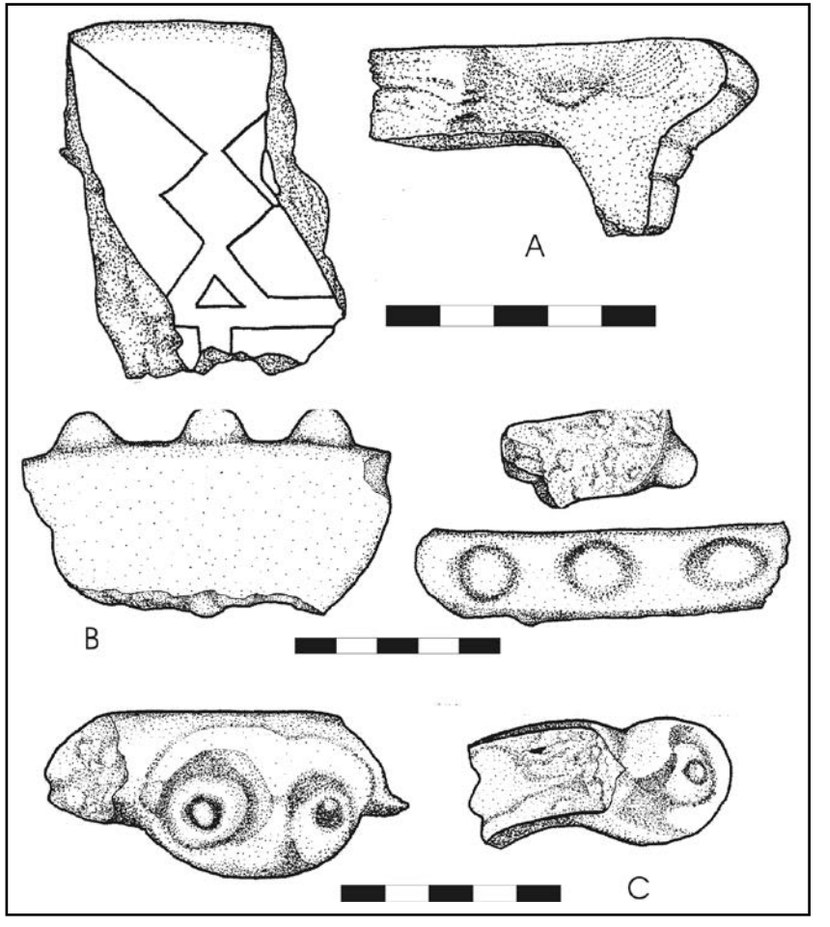
O material arqueológico identificado em Santa Cruz do Arari assim como em sítios próximos nos municípios de Chaves e Cachoeira do Arari é material característico da fase Marajoara, apresentando decoração pintada, excisa e incisa, com engobo, uso abundante de apliques e representações de figuras antropomorfas e zoomorfas. Nos casos em que o material estava fora de contexto e com perigo de se perder, foi coletado. Ao todo, nessa região, foram coletados 100 fragmentos de cerâmica, sendo 15 de sítios localizados no município de Chaves, 15 de Cachoeira do Arari e o restante (70) de Santa Cruz do Arari.

O material foi higienizado, catalogado, analisado e está sob a guarda do Núcleo de Pesquisa e Ensino em Arqueologia da Universidade Federal do Pará.

Prancha 1 – Fragmentos coletados em Santa Cruz do Arari
Ilustração: Deise Lobo

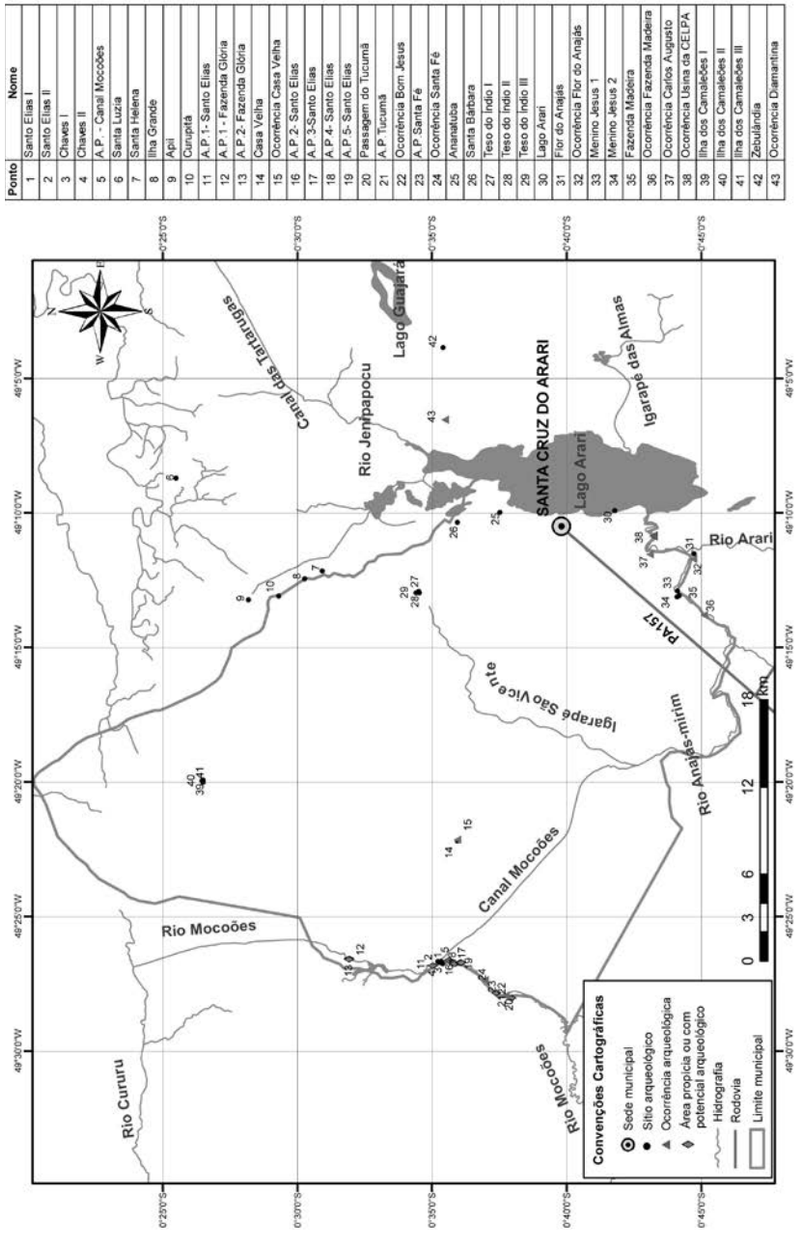


Prancha 2 – Fragmentos coletados em Chaves (A e B) e Cachoeira do Arari (C) Ilustração: Deise Lobo.



Quadro I - Material Arqueológico Coletado em Santa Cruz (SC), Chaves (CH) e Cachoeira do Arari (CA)

NR- 1	NR- 2	Sítio	Material	Quant.	Descrição
SC- 1	1	Casa Velha	Cerâmica	2	Fragmentos
SC-2	1	Flor do Anajás	Cerâmica	15	Quatro micro-fragmentos, 1 fragmento de alça, 10 fragmentos de corpo
	2	Flor do Anajás	Cerâmica	4	Fragmentos de cerâmica de torno
SC-3	1	Ilha dos Camaleões I	Cerâmica	4	Fragmentos
SC 4	1	Ilha Grande	Cerâmica	1	Base
SC-5	1	Lago Arari	Cerâmica	12	Cerâmica decorada, com marca de aplique, bordas
	2		Cerâmica	1	Um fragmento de urna Joanes Pintado
	3		Cerâmica	1	Um aplique, decoração plástica
	4		Cerâmica	1	Um aplique
	5		Cerâmica	2	Uma base e um fragmento de corpo
	6		Argila	1	Argila queimada
	7		Cerâmica	1	Fragmento de prato com aplique e modelado
SC- 6	1	Pass. do Tucumã	Cerâmica	2	Quatro fragmentos de uma mesma vasilha
SC- 7	1	Santo Elias I	Cerâmica	4	Fragmentos
SC- 8	1	Teso do índio I	Cerâmica	3	Fragmentos
SC- 9	1	Teso do índio II	Cerâmica	4	Fragmentos
SC- 10	1	Teso do Índio III	Cerâmica	4	Fragmentos
SC- 11	1	Oc. Usina da CELPA	Cerâmica	6	Fragmentos e um microfragmento
SC- 12	1	Oc. Fazenda Madeira	Cerâmica	2	Microfragmentos
CH- 1	1	Apií	Cerâmica	1	Borda com apliques
CH- 2	1	Chaves I	Cerâmica	4	Fragmentos
CH-3	1	Chaves II	Cerâmica	1	Fragmentos
CH-4	1	Santa Luzia	Cerâmica	8	Fragmentos
	2			1	Um fragmento de banquinho com incisões
CA-1	1	Ocorrência Diamantina	Cerâmica	2	Fragmentos
CA-2	1	Zebulândia	Cerâmica	10	Fragmentos
	2			1	Aplique zoomorfo (cabeça de tartaruga)
	3			2	Dois fragmentos de banquinho
			Total	100	



Sítios, ocorrências e áreas propícias ou com potencial arqueológico localizadas no município de Santa Cruz do Arari, Ilha de Marajó, Pará

DENISE PAHL SCHAAN
CRISTIANE PIRES MARTINS
VERA LÚCIA MENDES PORTAL

Referências Bibliográficas

Carneiro, R. L. A Base Ecológica dos Cacicados Amazônicos. *Revista de Arqueologia* 20:117-154, 2007.

Meggers, B. J., & Evans, C. *Archeological investigations at the mouth of the Amazon.* Vol. Bulletin 167. Washington, D.C., Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology U.S. Govt. Print. Off, 1957.

Roosevelt, A. C. *Moundbuilders of the Amazon : geophysical archaeology on Marajo Island, Brazil.* San Diego: Academic Press, 1991.

Schaan, D. P. The Camutins Chiefdom: Rise and Development of Complex Societies on Marajó Island, Brazilian Amazon. Tese de Doutorado, University of Pittsburgh, 2004.

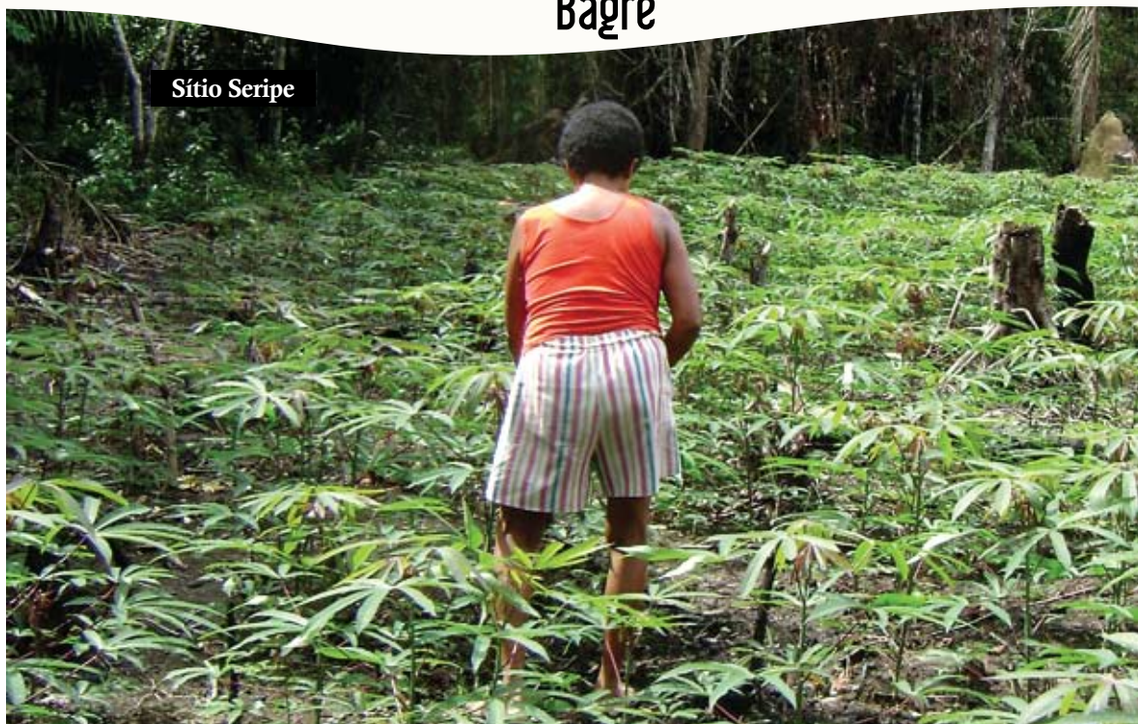
_.Manejo ecológico e o desenvolvimento de sociedades complexas na ilha de Marajó, Brasil. In: Morcote, G., Mora, S., &Franky, C. (Org.). *Pueblos y Paisajes Antiguos de la Selva Amazónica.* Bogotá, Washington: Taraxacum, pp. 349-365, 2006.

_.Os Filhos da Serpente: Rito, Mito e Subsistência nos Cacicados da Ilha de Marajó. *International Journal of South American Archaeology* 1: 50-56 (http://www.ijsa.syllabapress.com/issues/articles/ijsa00006.pdf), 2007.

Stanish, C. The evolution of chiefdoms: an economic anthropological model. In: Feinman, G. M. & Nicholas, L. M. (Org.). *Archaeological Perspectives on Political Economies.* Salt Lake City: The University of Utah Press, pp. 7-24, 2004.

Sambaqui Galiléia, moradores

Bagre



Sítio Seripe

Sítio Porto de Oieiras

Sítio Paraíso

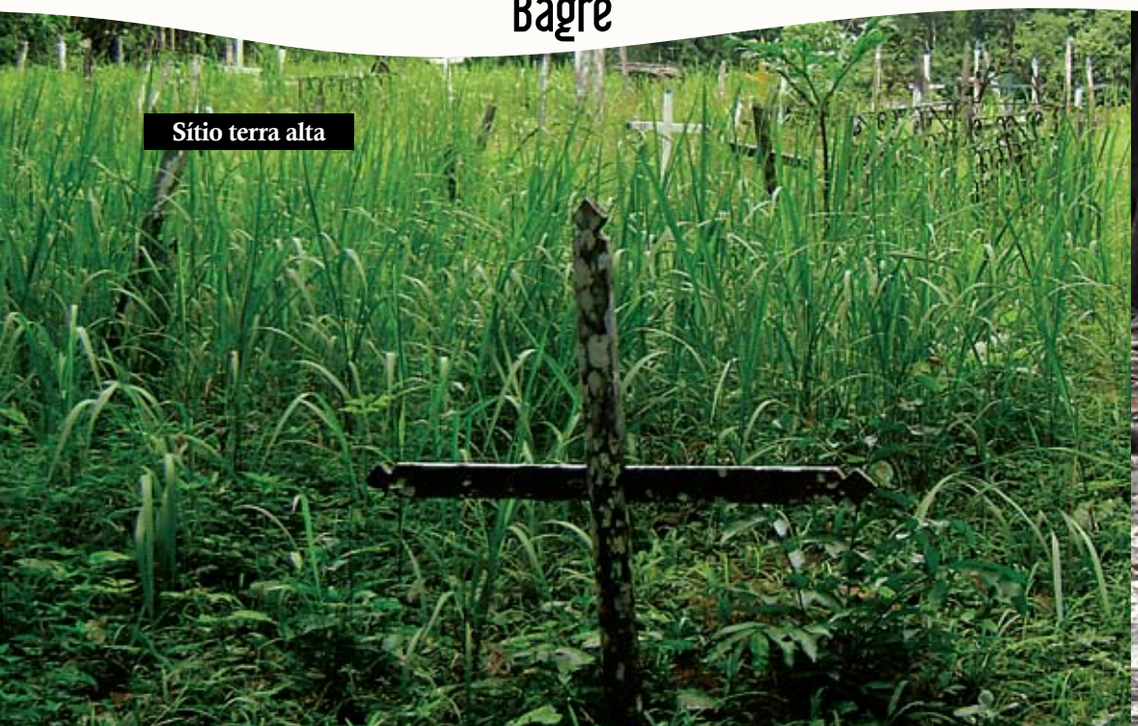
Sambaqui Galiléia

Artefato lítico, sitio Pereira

Sítio Urucuzal

Área de terra preta, sítio Flexal

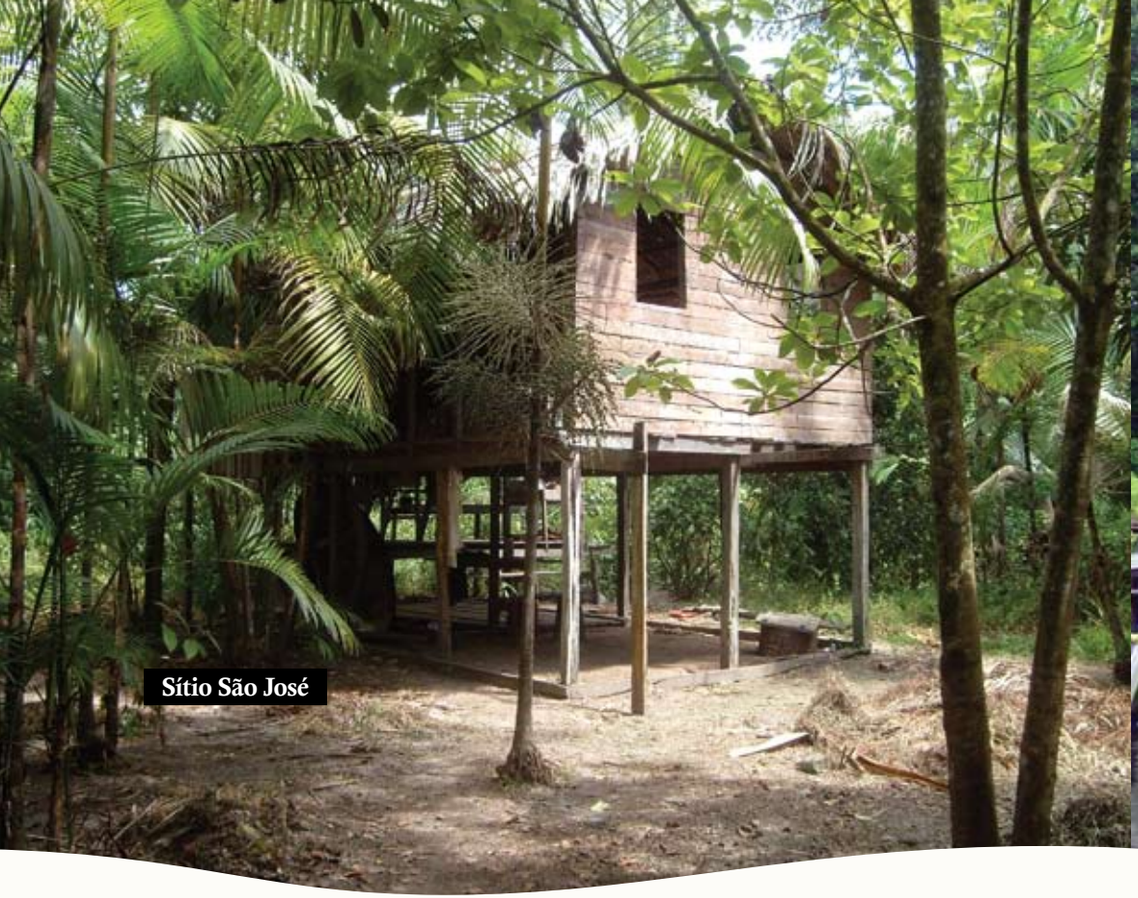
Bagre



Sítio terra alta

Bagre

Sítio Tatituquara



Sítio São José

Sítio Badajós

Sítio São José

Sítio Periquitinho

Puxador

Antonio Lemos

Posse Nazaré I

Breves

Posse Nazaré II

Santa Luzia

Breves

Santa Luzia

Cemitério no Carrazedo

Coleção Arlete Pantoja

Gurupá

Cerâmica no sítio do Herculano

Gurupá

Sítio Camutá do Pucuruí II

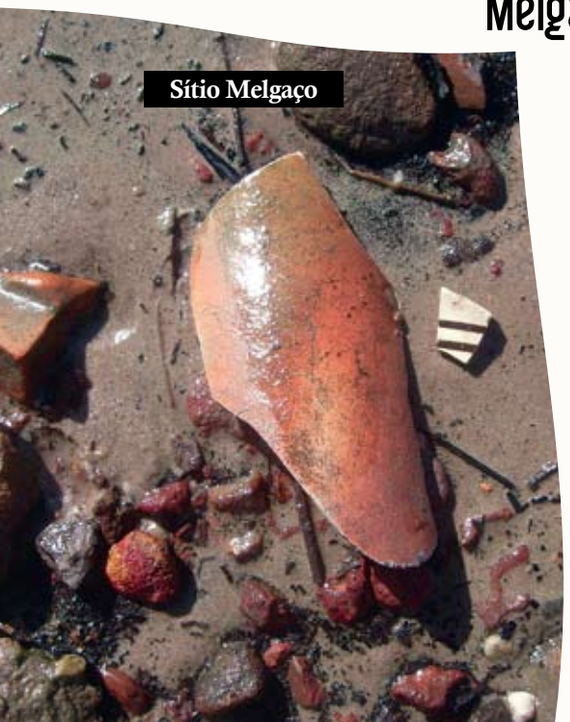
Melgaço

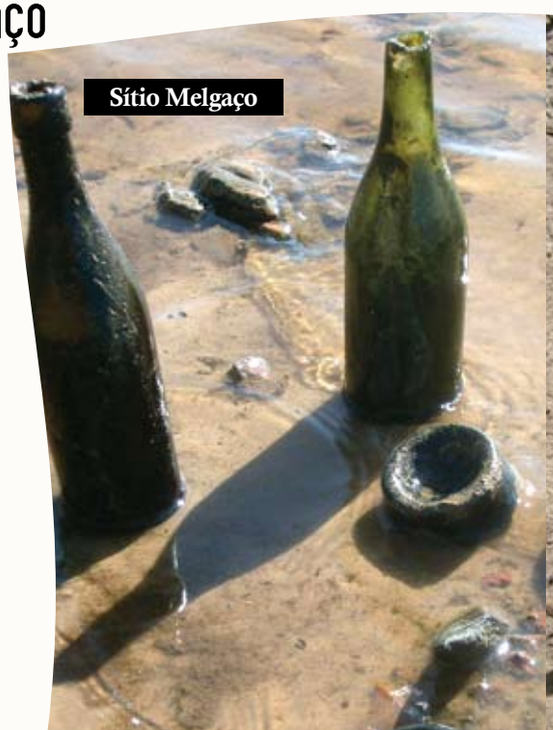
Sítio São Miguel Arcanjo

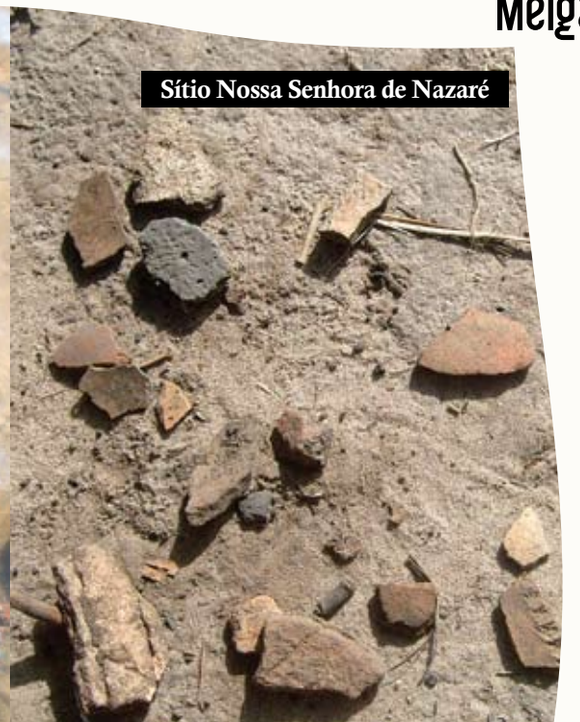
Sítio Santa Luzia

Sítio Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

Melgaço


Sítio Melgaço


Sítio Melgaço


Sítio Nossa Senhora de Nazaré

Melgaço

Sítio Melgaço

Cachimbos coletados por moradores locais na praia da cidade de Melgaço

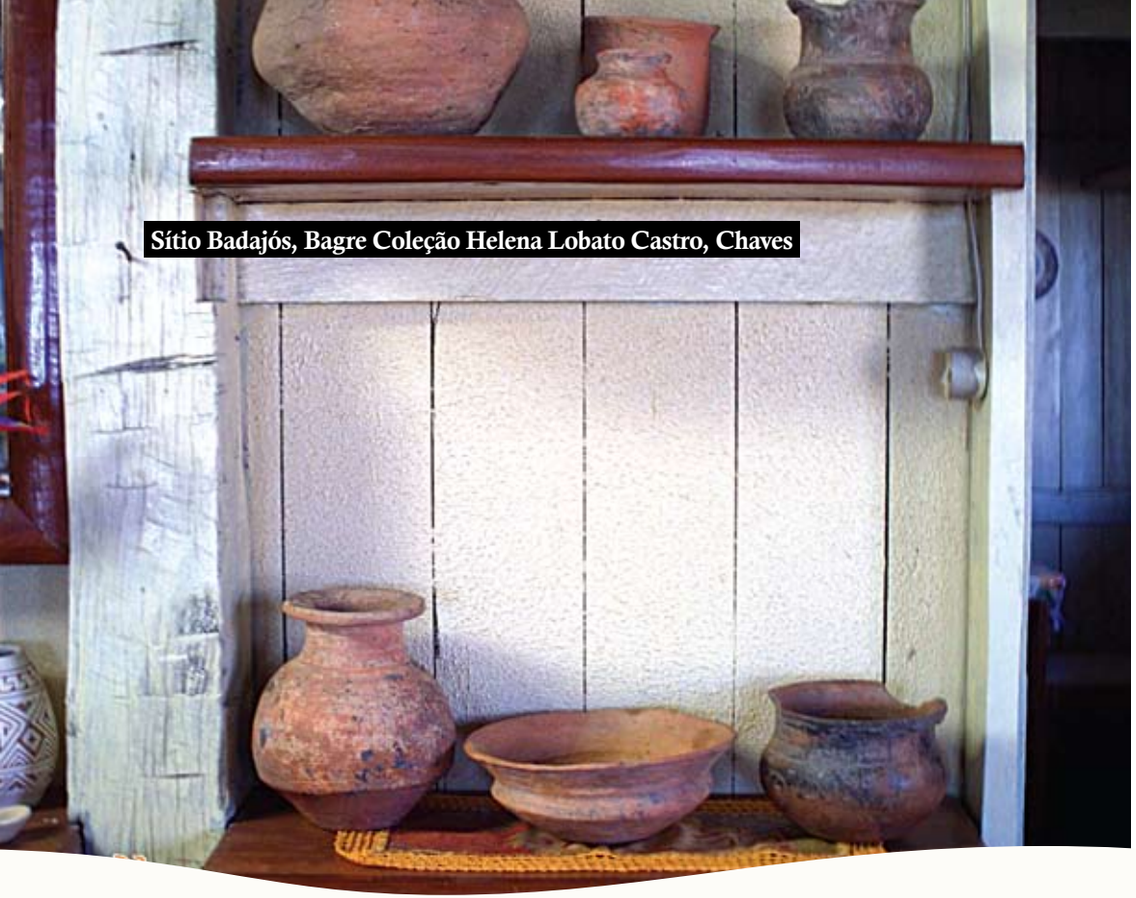
Sítio Melgaço

Melgaço

Moedas coletadas na frente da cidade de Melgaço por moradores

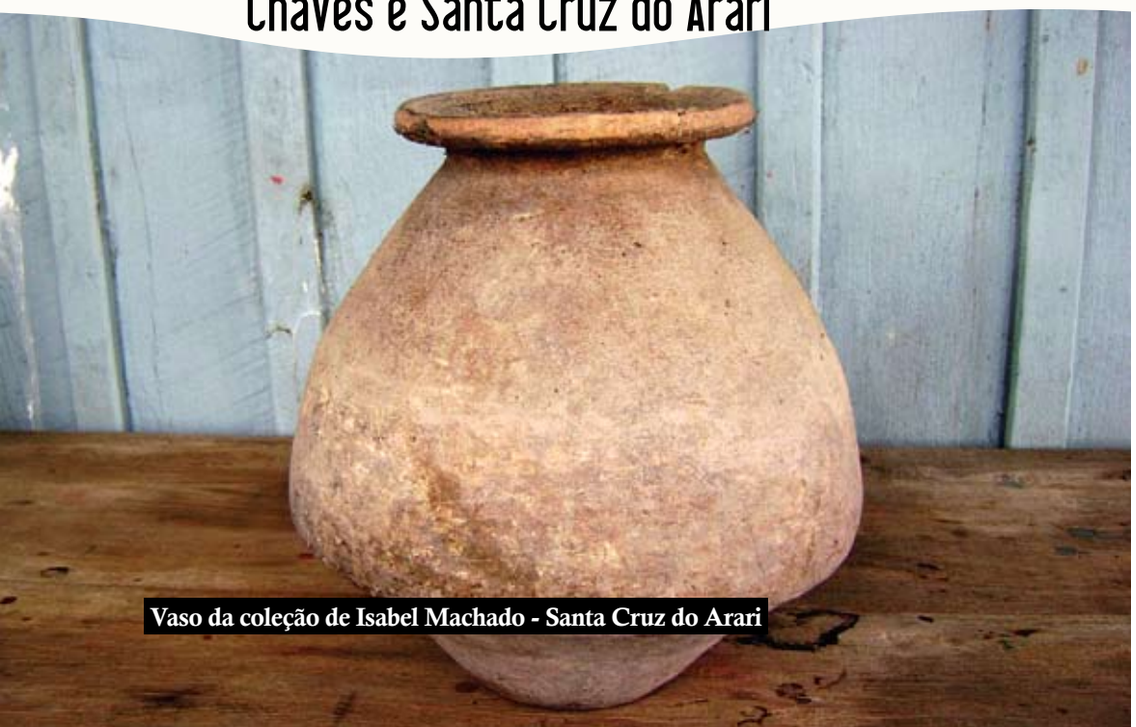
Melgaço

Sitio Ilha Santa Cruz



Sítio Badajós, Bagre Coleção Helena Lobato Castro, Chaves

Chaves e Santa Cruz do Arari



Vaso da coleção de Isabel Machado - Santa Cruz do Arari

ARQUEOLOGIA DO MARAJÓ DAS FLORESTAS

Fragmentos de um desafio

Cristiane Pires Martins
Denise Pahl Schaan
Wagner Fernando da Veiga e Silva

Do ponto de vista arqueológico, a Ilha do Marajó vem sendo explorada desde o final do século XIX. No entanto, as pesquisas se desenvolveram principalmente na porção leste da ilha e pouco se sabia sobre a ocupação pré-colonial de sua porção oeste e dos grupos que por ali passaram. As pesquisas do *Inventário Arqueológico* revelaram o grande potencial arqueológico dessa região do Marajó, através da localização de diversos sítios arqueológicos pré-coloniais (cerâmicos, lito-cerâmicos, multi-componenciais e sambaquis) e históricos. Foram encontrados e registrados 169 sítios arqueológicos e 31 áreas de ocorrência de material arqueológico nos seis municípios pesquisados. As ocorrências

arqueológicas encontradas foram predominantemente de fragmentos de cerâmica. Caracterizou-se como ocorrência arqueológica locais onde se percebeu presença pontual de fragmentos cerâmicos não associados a outros tipos de vestígios. Desta forma, foram classificados como ocorrências isoladas, até que se façam pesquisas mais amplas que possam indicar se existem sítios arqueológicos associados.

Os sítios arqueológicos podem ser classificados pelos tipos de vestígios arqueológicos encontrados (cerâmico, lítico, conchas, ossos, etc), por sua posição na paisagem (sítios a céu aberto, sob abrigo, etc), por sua funcionalidade (habitação, cemitério, cerimonial, etc), por seu contexto de deposição (em superfície, em profundidade), pelas estruturas presentes e assim por diante. Os sítios encontrados na área de pesquisa são em geral sítios a céu aberto, cerâmicos ou lito-cerâmicos, com vestígios em superfície e em profundidade, parecendo ser antigos locais de habitação. Sítios lito-cerâmicos foram identificados nos municípios de Bagre (8) e em Gurupá (1), onde encontramos lâminas e fragmentos de lâminas de machado polidas e lascas, associados à cerâmica e terra preta arqueológica arqueológica (TPA)[1].

Os sítios podem ainda ser classificados com relação ao período de ocupação. São denominados de s*ítios Pré-Coloniais* aqueles que pertencem ao período anterior à chegada dos europeus nas Américas, e s*ítios Históricos* aqueles locais habitados após o início da colonização até os dias de hoje.

Em visita aos municípios pesquisados localizamos dezenas de sítios arqueológicos em áreas elevadas de terra firme, em barrancos de praias, às margens de rios, igarapés e furos, bem como nas sedes municipais e seu entorno, como é o caso dos sítios existentes nos núcleos urbanos de Melgaço, Portel e Gurupá. Nestes locais são encontrados variados vestígios arqueológicos, tais como fragmentos de vasilhames e outros objetos feitos de cerâmica, fragmentos

1 A Terra Preta Arqueológica (TPA) é um solo modificado como conseqüência das atividades de descarte humanas que adicionam matéria orgânica e carvão vegetal ao solo, enriquecendo-o, desta forma, ainda que não intencionalmente, com elementos químicos como o fósforo, o cálcio, o magnésio e o manganês, que aumentam sua fertilidade (Sombroek, 1966; Kern e Kampf, 1989)

de louças e faianças portuguesas decorados com pinturas coloridas, garrafas de grés que continham bebidas importadas, antigas moedas de bronze, pingentes, fragmentos de rodelas de fuso, cachimbos de cerâmica, assim como carapaças de moluscos e outros restos faunísticos nos sítios do tipo sambaqui. Localizamos, ainda, casarões antigos da época áurea da borracha e cemitérios com enterramentos do século XIX. Ocorreram ainda artefatos líticos (lâminas de machado polidas e lascas) e áreas com TPA.

Sítios históricos foram registrados nos municípios de Breves, Gurupá, Portel e Melgaço, representando 14% do total de sítios identificados. Nestes locais, se encontram materiais de origem européia associados à cerâmica indígena. Na literatura sobre o histórico da colonização e constituição desses municípios são mencionadas missões religiosas e fortificações destinadas à subjugação dos povos indígenas que ali viviam, cuja mão-de-obra foi utilizada no trabalho agrícola e nas primeiras construções de alvenaria realizadas nos municípios. A arqueologia confirma tal contato, uma vez que nos sítios arqueológicos encontramos materiais de origens portuguesa e indígena. Entre a população atual também é comum encontrarmos objetos que pertenceram aos colonos europeus sendo reutilizados ou compondo coleções pessoais.

Os sítios pré-coloniais representam 86% dos sítios encontrados: são sítios cerâmicos (145 sítios), lito-cerâmicos (9), e três sambaquis[2] (um em Bagre e dois em Melgaço).

A seguir expomos brevemente o panorama da arqueologia em cada um dos municípios pesquisados.

Bagre

O município de Bagre possui uma área de 4.397 km², estando limitado a norte pelos municípios de Breves e Curralinho, a sul pelos municípios de

2 A palavra “sambaqui” vem do Tupi e quer dizer “amontoado de conchas”. Na Amazônia esses sítios apresentam terra preta mistura a grandes quantidades de carapaças de moluscos e fragmentos de cerâmica, além de diversos outros vestígios faunísticos e ósseos. São elevações de terra formadas por grupos que habitaram preferencialmente ambientes litorâneos e/ou ribeirinhos.

Portel (rio Jaguarajó) e Baião, a leste por Oeiras do Pará (limite no rio Mocajuba) e Baião e a oeste por Portel. Sua população supera os 18 mil habitantes. O município está a 190 km de distância da capital do estado, Belém. O acesso ao município a partir de Belém pode ser feito por via fluvial, inicialmente até Breves (percurso de 14 horas, aproximadamente), de onde se segue de lancha até a cidade de Bagre, por mais uma hora.

O principal rio da região é o Jacundá, que corta o município em sentido sudeste-noroeste, e que tem como principais afluentes os iguarapés Águas-Claras, Açu, Braço, Repartimento do Jacundá e o rio Juruparu, que deságua na Baía das Bocas. O rio Panaúba, em sua foz, na baía das Araras, banha a sede municipal, tendo como seus principais afluentes o rio Tachi, Cajarí e os igarapés Pirarucu e Pimental. Ao norte está a baía das Bocas, limite com Melgaço, e baía das Araras, limite com Curralinho, onde se situam vários furos e ilhas.

A economia do município se baseia no extrativismo vegetal, pesca, agricultura e a criação de animais.

Antes da realização do inventário não existiam registros de sítios arqueológicos no município de Bagre.

Foi realizada a prospecção oportunística por via fluvial em áreas indicadas pelos moradores locais e guias, ou utilizando indicadores da paisagem. Foram percorridos os rios Panaúba, Mocajuba, Jacundá, Inamboí e os igarapés Pimental, Pirarucu e Tiririca. Neste último não localizamos sítios ou ocorrências arqueológicas. Já no rio Jacundá foi registrada a maior quantidade de sítios, maior diversidade de material arqueológico (material cerâmico e lítico), e diversas áreas com solo escuro (terra preta arqueológica), que atualmente são bastante utilizadas pelos moradores para roçados, devido à sua alta fertilidade. A excursão pelo rio Jacundá foi feita em três dias, uma vez que o rio é muito extenso e corta o município no sentido norte/sul.

De forma geral, os sítios ocorreram em áreas elevadas de terra firme junto às margens dos rios, caracterizados por terrenos planos ocupados por vegetação de árvores frutíferas e castanheiras.

Os sítios localizados em vilas, comunidades, áreas de fazendas e

serrarias se apresentaram bastante impactados. Já naqueles sítios localizados em áreas de mata e cobertos por folhagens, foi comum observarmos impactos naturais, como erosão pluvial, que não afetaram em grande medida a integridade dos sítios.

Como resultado das prospecções, foram localizados 32 sítios arqueológicos, sete ocorrências arqueológicas e quatro áreas propícias ou com potencial arqueológico, a grande maioria estando relacionada ao período pré-colonial, com exceção do sambaqui Galiléia, onde ocorreu material histórico (moedas de bronze) e a ocorrência Ponta de Pedras, onde localizamos fragmentos de tigela de origem holandesa, possivelmente utilitária. Com relação à tipologia dos sítios localizados, 23 se caracterizam como sítios cerâmicos pré-coloniais, oito são lito-cerâmicos, um histórico e um sambaqui.

Nos locais registrados nos rios Mocajuba (três sítios cerâmicos) e Inamboí (duas ocorrências, uma pré-colonial e uma histórica), e no igarapé Pirarucu (uma ocorrência cerâmica), não coletamos fragmentos diagnósticos, uma vez que no contexto do Inventário priorizamos aqueles fragmentos que pudessem nos informar sobre padrões decorativos aplicados nos vasilhames cerâmicos e artefatos líticos.

No rio Panaúba, onde registramos três sítios cerâmicos e uma ocorrência cerâmica, coletamos material diagnóstico somente do sítio Bom Jardim, onde observamos a presença de fragmentos com decoração plástica do tipo pinçado aplicado em uma borda com reforço externo. A não ser por alguns fragmentos com decoração plástica, ocorreu maior proporção de cerâmica sem decoração.

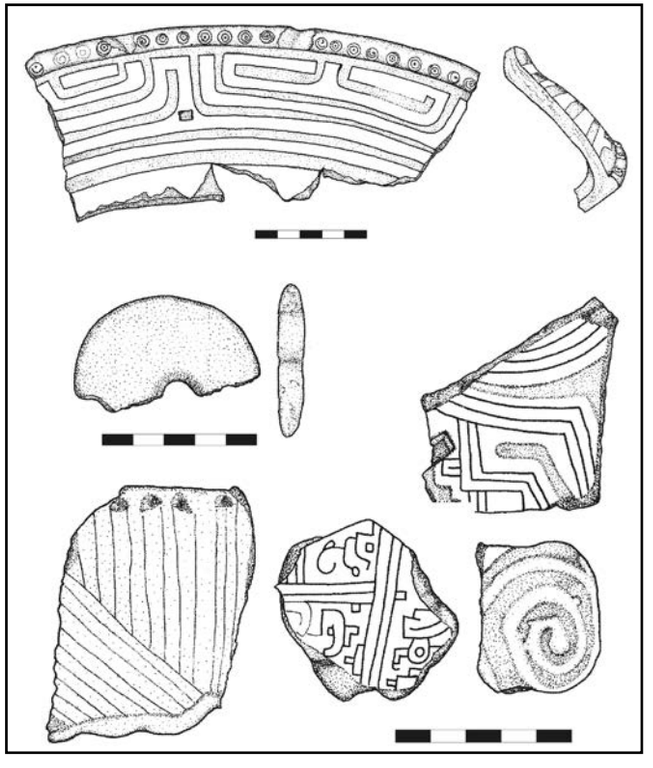
No igarapé Pimental, além do sambaqui Galiléia, registramos outros cinco sítios cerâmicos. As coletas de superfície dos sítios Galiléia, São Francisco e Maranhão no geral não apresentaram decoração.

Já o rio Jacundá apresentou o maior potencial arqueológico dentre as áreas percorridas, e onde foi registrada a maior quantidade de sítios (13 sítios cerâmicos, oito lito-cerâmicos, e três ocorrências cerâmicas), maior diversidade de material arqueológico (material cerâmico e lítico), e onde ocorreram os sítios com TPA, que atualmente são bastante utilizadas pelos moradores para

roçados, devido à alta fertilidade desse solo de origem indígena.

Dentre os vestígios arqueológicos localizados nos sítios ocorreram fragmentos cerâmicos de vasilhames decorados (incisões, excisões, e incisões/excisões com pintura vermelha), lâminas de machados de pedra, e fragmento de rodela de fuso, que indicam que os grupos que ali viveram praticavam a fiação de tecidos. Com relação às etapas de produção da pasta de argila para o preparo dos seus recipientes cerâmicos a análise tecno-tipológica do material coletado revelou a utilização predominantemente de caraipé, rocha triturada, caco moído e algumas combinações desses antiplásticos nas mesmas vasilhas.

Prancha 3 – Fragmentos de cerâmica coletados em Bagre.
Ilustração: Deise Lobo



A proximidade entre os sítios localizados ao longo do rio Jacundá, a freqüência de áreas com TPA e a grande diversidade dos vestígios arqueológicos parecem indicar que essa área foi intensamente povoada no passado.

No sítio arqueológico Galiléia, que está localizado no igarapé Pimental, afluente do rio Panaúba, visitamos uma roça do Sr. José Carlos Vasconcelos de Souza que havia nos indicado para vistoria pela ocorrência de grande quantidade de conchas e carapaças de moluscos misturados com cerâmica e solo escuro. Observamos grande quantidade deste material e o classificamos como um sambaqui. Coletamos alguns fragmentos de cerâmica temperada com conchas que estavam na superfície para exame. O proprietário informou que a ocorrência de conchas se estende por uma grande área, porém não foi possível percorrê-la, uma vez que era coberta por mata fechada. Fomos informados, ainda, que foram encontradas as conchas durante o preparo do terreno para roçado, e que as mesmas ocorrem até, aproximadamente, 1,20m de profundidade. Na primeira visita a este sítio, o Sr. José Sousa da Silva também nos mostrou três moedas de bronze que coletou na área central da comunidade.

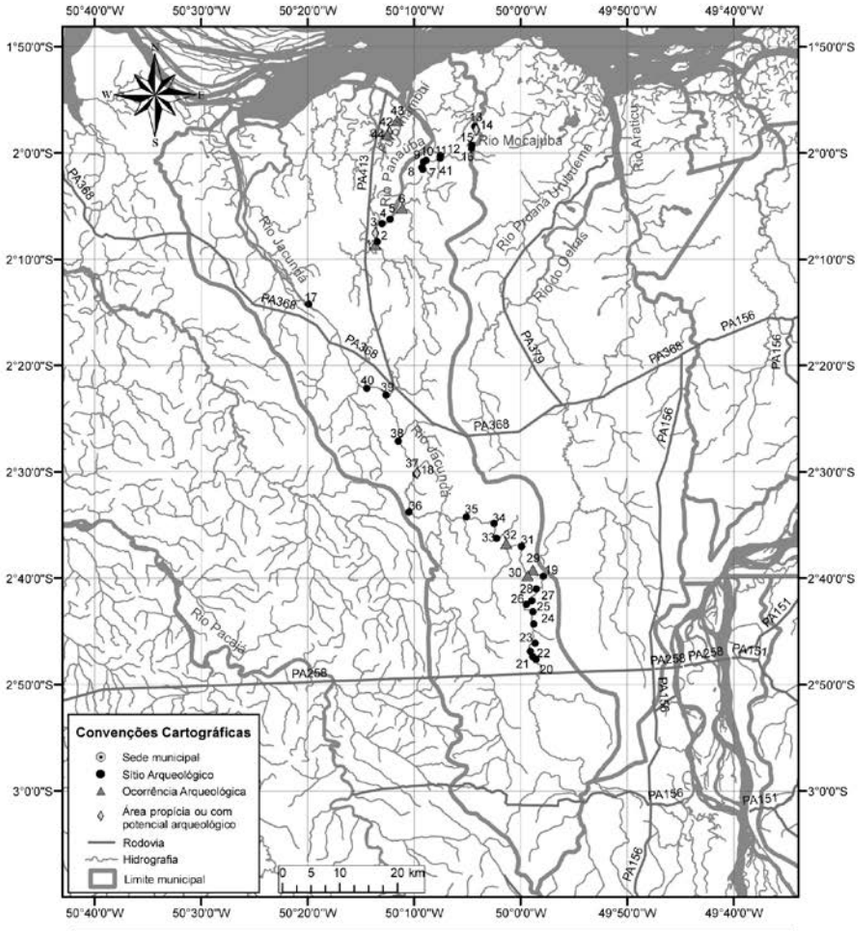
Em Bagre foi identificada uma coleção particular, de José Sousa da Silva, morador e coordenador da Congregação Galiléia, que possui três moedas de bronze antigas que coletou na área central da congregação.

Foram coletados, no total, 49 fragmentos de material arqueológico durante as prospecções em Bagre (ver quadro a seguir). Esse material foi higienizado, catalogado e analisado, ficando sob a guarda do NPEA-Núcleo de Ensino e Pesquisa em Arqueologia da Universidade Federal do Pará, em Belém.

Quadro II – Material arqueológico coletado em Bagre

NR-1	NR-2	Sítio	Material	Quant.	Descrição
BA-1	1	Ajará	Lítico	1	Fragmento de lâmina de machado polida
	2			2	Lascas
BA-2	1	Bom Jardim	Cerâmica	1	Fragmento de borda decorada
BA-3	1	Buiuçu	Lítico	1	Fragmento de lâmina de machado
BA-4	1	Castanhal Grande	Cerâmica	7	Fragmentos decorados
	2		Lítico	1	Lâmina de machado polida
	3			1	Fragmento de lâmina de machado polida
	4			1	Fragmento de lâmina de machado polida
	5			1	Fragmento de lâmina de machado polida
BA-5	1	Flexal	Cerâmica	1	Fragmento de borda de vasilha
	2			1	Fragmento de rodela de fuso
	3		Lítico	1	Lâmina de machado polida
	4			1	Lasca
BA-6	1	Limoeiro	Cerâmica	1	Fragmento de borda de vasilha
	2		Alça	1	Alça
BA-7	1	Galiléia	Cerâmica	10	3 fragmentos e 7 microfragmentos
BA-8	1	Maranhão	Cerâmica	1	Alça
BA-9	1	Pedreira	Cerâmica	3	Fragmentos decorados
	2		Lítico	1	Quebra-coquinho
BA-10	1	Prainha	Cerâmica	5	4 fragmentos de uma mesma vasilha
	2		Lítico	1	Fragmento de lâmina de machado polida
	3		Lítico	1	Fragmento de lâmina de machado polida
	4		Líticos	1	Lasca e fragmento de núcleo
BA-11	1	Santa Teresinha	Cerâmica	1	Fragmento com aplique
BA-12	1	São Francisco	Cerâmica	1	Fragmento de borda, recipiente pequeno
BA-13	1	Lima	Lítico	1	Fragmento de lâmina de machado polida
BA-14	1	Terra Alta	Lítico	1	Fragmento de lâmina de machado polida
			Total	49	

Sítios, ocorrências e áreas propícias ou com potencial arqueológico no município de Bagre, Arquipélago do Marajó



01 - Ocorrência Pinheiro	12 - Sitio Galiléia – Conc. de Conchas	23 - Sitio Pedreira	34 - Sitio Novo Jordão
02 - Sitio Bom Jardim	13 - Sitio Seripe	24 - Sitio Castanhal Grande	35 - Sitio Limoeiro
03 - A.P. Nazaré	14 – A.P. Caio	25 - Sitio Buiuçu	36 - Sitio Santa Terezinha
04 - Sitio Pataua	15 - Sitio Paraíso	26 - Sitio Ponta Fora	37 - A.P. Mapuá
05 - Sitio Boa Vista	16 - Sitio Urucuzal	27 -Sitio Tatituquara	38 - Sitio Lima
06 - Ocorrência Laranjal do Piranucu	17 - Sitio Boa Vista da Campina	28 - Sitio Ajará	39 - Sitio Deus é Fiel
07 - Sitio Castanhal	18 - Sitio Mapuá	29 - Ocorrência Castanheira	40 - Sitio Terra Alta
08 - Sitio São Sebastião	19 - Sitio Porto de Cairas	30 - Ocorrência Bacurieira	41 - Sitio Maranhão
09 - Sitio Rezende	20 - Sitio Balieiro	31 - Sitio Badajós	42 - A.P. Inamboi
10 - Sitio São Francisco	21 - Sitio Rocinha	32 - Ocorrência Açú	43 - Ocorrência Fazenda Rui Farias
11 - Sitio Galiléia	22 - Sitio Flexal	33 - Sitio Prainha	44 - Ocorrência Porta de Pedras

Breves

O município de Breves, localizado na foz do rio Amazonas, na região dos furos de Breves, possui área de 9.550 km², limitando-se com os municípios de Portel, Bagre e Melgaço. Sua população supera os cem mil habitantes. O município localiza-se a 220 km da capital paraense; o acesso se dá por via fluvial, e a viagem durante cerca de 12 horas. Há também vôos regulares em aeronaves de pequeno porte.

A região encontra-se na foz do rio Amazonas. Destacam-se em sua rede hidrográfica os rios Parauhaú, Pracaxi, igarapé grande e rio Mapuá. É na região que se encontra o estreito de Breves, uma área formada por uma grande quantidade de pequenos rios e ilhas.

A cobertura vegetal do município ao longo dos anos vem sendo muito alterada pela exploração madeireira, sendo que grandes extensões de florestas já foram retiradas para a implantação de agricultura e para a criação de gado (incluindo búfalos, além de suínos). Muitas áreas derrubadas atualmente estão dando lugar à capoeira e mata secundária. A economia do município está baseada no extrativismo vegetal, principalmente de açaí, palmito, carvão e madeira, e pecuária. Planta-se ainda arroz, milho, mandioca, laranja, banana e limão.

A região do município de Breves foi pouco explorada em termos arqueológicos; apenas um trabalho havia sido realizado antes da realização do inventário. Tratou-se de uma viagem realizada ao rio Mapuá pela pesquisadora Dirse Kern. O trabalho teve como objetivo verificar os registros arqueológicos no alto rio Mapuá, a partir da localidade Canta Galo do Centro até a comunidade do Lago do Jacaré. Neste trabalho foram localizados quatro (04) sítios arqueológicos e um (01) sítio cemitério, nas cabeceiras do rio Mapuá na região do lago do Jacaré. Os sítios apresentavam solo com coloração escura, denominada de Terra Preta Arqueológica (TPA) muito utilizada pelas populações locais em função de sua fertilidade. Nestes sítios foram coletados 48 fragmentos de cerâmica e três fragmentos líticos (Kern 2008). Esses sítios não se encontram registrados no site do IPHAN.

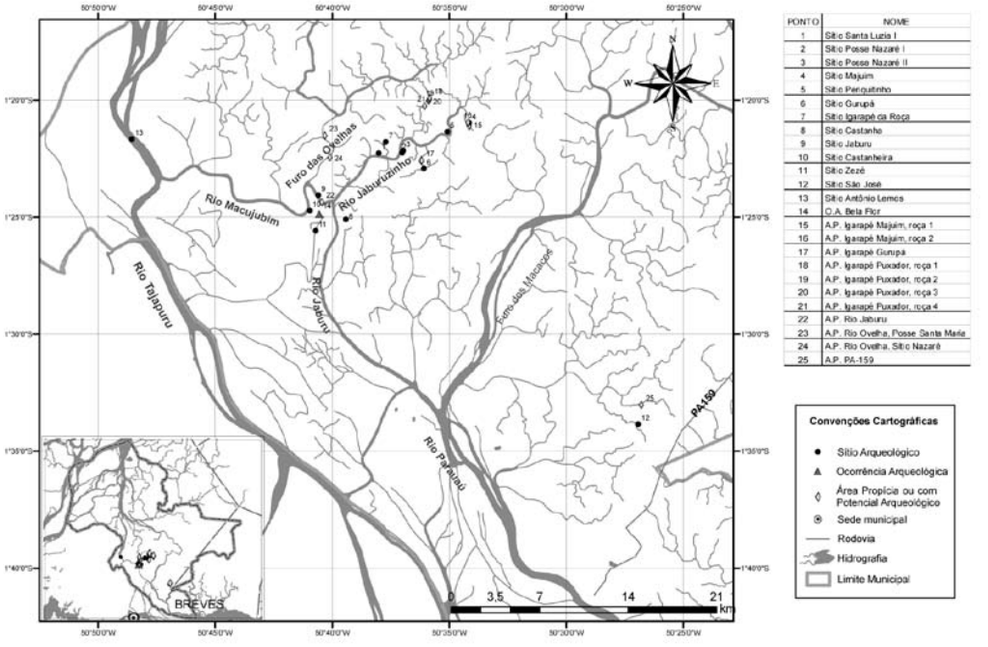
Utilizamos como fontes para a localização de sítios arqueológicos os relatos de moradores da cidade de Breves e de moradores nos rios percorridos, pois segundo estes já haviam escutado relatos sobre a existência de material arqueológico nestas localidades. A partir de então percorremos os rios Jaburu, Jaburuzinho, Macajubim, Tajapuru e Ovelha e nos igarapés Castanha, Gurupá, Roça, Majuim e Ituá além de furos e tributários dos rios mencionados.

A prospecção em Breves foi realizada entre os meses de julho e agosto de 2008. Durante as prospecções no município de Breves localizamos 13 sítios arqueológicos, sendo 11 pré-coloniais, um colonial (Antonio Lemos), e um com vestígios coloniais e pré-coloniais (Jaburu), além de uma ocorrência arqueológica e sete (07) áreas com potencial arqueológico. Os sítios arqueológicos descobertos estavam assentados em pequeno terraço de terra firme, em área plana com árvores frutíferas e castanheiras associadas.

Na primeira etapa do trabalho realizamos a prospecção através dos rios Jaburu (um sítio pré-colonial e histórico), Jaburuzinho (quatro sítio pré-colonial), Macujubim (um sítio histórico, um pré-colonial), Tajapuru e Ovelha, e em igarapés (igarapé Castanha um sítio pré-colonial, igarapé Gurupá um sítio pré-colonial, um sítio pré-colonial no igarapé da roça, um sítio pré-colonial no igarapé Majuim, um sítio pré-colonial no igarapé Ituá), furos e tributários desses rios. Pesquisamos, ainda, um trecho da margem dos rios Tucanoçu e Pararijós. Na maior parte destes locais encontramos grandes áreas de várzeas com pequenos terraços de terra firme se destacando na paisagem. Na segunda etapa do trabalho percorremos, por via terrestre, a PA-159 até o quilometro 22 que liga a cidade de Breves até o município de Anajás, pois a partir deste quilometro a estrada encontrava-se intrafegável.

Não foi realizada coleta de materiais arqueológicos em nenhum dos sítios identificados. Percebeu-se, entretanto, que a cerâmica existente era predominantemente utilitária, com acabamento rústico.

Sítios, ocorrências e áreas propícias ou com potencial arqueológico localizados no município de Breves, Ilha de Marajó



PONTO	NOME
1	Sítio Santa Luzia I
2	Sítio Posse Nazaré I
3	Sítio Posse Nazaré II
4	Sítio Majuim
5	Sítio Pequitinho
6	Sítio Gurupá
7	Sítio Igarapé da Roça
8	Sítio Castanho
9	Sítio Jaburu
10	Sítio Castanheira
11	Sítio Zezé
12	Sítio São José
13	Sítio Antônio Lemos
14	C.A. Bela Flor
15	A.P. Igarapé Majuim, roça 1
16	A.P. Igarapé Majuim, roça 2
17	A.P. Igarapé Gurupá
18	A.P. Igarapé Puxador, roça 1
19	A.P. Igarapé Puxador, roça 2
20	A.P. Igarapé Puxador, roça 3
21	A.P. Igarapé Puxador, roça 4
22	A.P. Rio Jaburu
23	A.P. Rio Ovelha, Posse Santa Maria
24	A.P. Rio Ovelha, Sítio Nazaré
25	A.P. PA-159

Gurupá

O município de Gurupá está localizado na confluência do rio Xingu com o delta do rio Amazonas. Possui uma área de 8.540 km² e uma população de cerca de 25 mil habitantes. Limita-se ao norte com o Estado do Amapá e município de Afuá, ao sul com os municípios de Melgaço e Porto de Moz, a leste com Afuá, Breves e Melgaço, e a oeste com o Amapá e municípios de Porto de Moz e Almeirim. O acesso ao município a partir de Belém, por via fluvial, leva 24 horas.

O município é banhado pelo rio Amazonas, que se subdivide em dois grandes canais: o Canal do Norte e o Canal de Gurupá, que circundam a ilha Grande de Gurupá e formam diversas ilhas, como a Ilha dos Macacos, do Pombo, Urucuricaia, Cujuba, São Salvador, Urutaí, dos Porquinhos e outras menores, e furos como: Urucuricaia, Macacos, Cujuba, Grande Aruãs, e furo do Moura.

A economia do município se baseia no extrativismo vegetal, pesca, agricultura e a criação de animais.

A prospecção oportunística foi realizada em novembro de 2008 por via terrestre e fluvial em áreas indicadas pelos moradores locais e guias, e outras utilizando indicadores da paisagem. Desta forma, realizamos a vistoria na estrada vicinal Gurupá/Pucuruí, e pelos rios Amazonas, Xingu, Pucuruí, Jacupí, Ipixuna e Arinuá e pelos igarapés Bacá, Maria Ribeira, Itapereira, Jocojó, Pacoval, Gurupá-Miri, Camutá do Ipixuna, Camutá do Pucuruí, Munituba, e Taueré, braço do Axiquara e braço Timborana.

Os sítios arqueológicos encontrados em geral estão implantados em áreas elevadas às margens desses cursos d'água e, em alguns casos, como no igarapé Taueré, estão assentados sobre terrenos muito elevados que permitem uma boa visibilidade do entorno. A vegetação é formada por palmeiras, árvores frutíferas e castanheiras antigas, muito utilizadas para o extrativismo. Foi comum localizarmos os sítios associados a rios extensos, como o Amazonas, mas também registramos diversos outros em áreas de interflúvios e pequenos braços de igarapés, como o Axiquara e Timborana. Ainda citando o igarapé Taueré, destacamos que este é um curso d'água estreito, porém com áreas de terra firme muito elevadas em suas margens, onde registramos sete sítios cerâmicos com extensas faixas de TPA, associadas a muito material cerâmico em superfície.

Isto nos leva a pensar sobre um padrão de assentamento ao longo de pequenos cursos d'água escolhidos possivelmente por seu acesso restrito, em relação aos rios maiores onde os sítios são facilmente localizados.

No geral, os sítios localizados em vilas e áreas ocupadas por serrarias se apresentaram bastante impactados, com material cerâmico fragmentado exposto em superfície.

Antes das pesquisas deste Inventário Arqueológico, o único sítio conhecido no município era o Forte de Gurupá. Os remanescentes arquitetônicos do Forte se encontram tombadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1963, sob a jurisdição do Ministério da Defesa. Na documentação histórica que relata as primeiras ocupações européias no município encontramos informações de que o Forte de Gurupá (originalmente denominado de Mariocai, Forte de Tucujus) foi construído por holandeses, quando a região ainda não era totalmente dominada pelos portugueses e as companhias de comércio européias mantinham relações de troca com os indígenas da região. Constatamos a presença de cerâmica indígena em superfície, junto à orla da cidade e próximo ao Forte. Estes achados ocorreram na Avenida São Benedito, em frente à casa da senhora Madalena de Souza, que também informou já ter encontrado material cerâmico indígena próximo à Igreja Matriz de Gurupá.

Segundo Adelino Pantoja, importante historiador de Gurupá, após sofrerem fortes represálias dos colonizadores europeus os grupos indígenas e africanos adentraram a mata e formaram diversos quilombos no entorno do município. Destes remanescentes de quilombolas tivemos a oportunidade de visitar e registrar sítios multicomponenciais no rio Amazonas (Sítio Carrazedo), igarapé Jocojó (Sítio Jocojó), e no igarapé Gurupá-Miri (Sítio Gurupá-Miri). Nestes sítios foi comum encontrarmos cerâmica indígena em superfície, garrafas portuguesas de grês, artefatos de metal (chave de chumbo) e bala de bronze. No distrito de Carrazedo, comunidade São José, visitamos uma área bastante elevada de terra firme (com roçados), onde existem ruínas antigas de parte dos pisos de um antigo cartório ("Casa Branca") e de uma igreja que datam do século XIX, conforme informado pelos guias Sr. Adelino Pantoja e Sandoval "Alho". São construções do período em que esta área correspondia ao centro da vila de Carrazedo. Esta área elevada de ocorrência de material arqueológico se encontra nos fundos do atual centro da comunidade, em uma faixa de várzea junto à margem do rio. Observamos diversos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície especialmente na roça do Sr. Sandoval, no antigo cemitério e no

barranco do terreno elevado (pela trilha que dá acesso ao terreno elevado).

Com relação aos sítios pré-coloniais encontrados, neles ocorrem extensas faixas de TPA, onde foi comum encontrarmos grande quantidade de vestígios em superfície. Com relação ao material cerâmico coletamos amostras em 14 sítios e cinco ocorrências arqueológicas, sendo quatro sítios e uma ocorrência no rio Pucuruí (sítios Camutá do Pucurui II, Pavilhão da Benção, Conceição do Pucuruí I, Ajó e ocorrência Ilha do Barracão), dois sítios no rio Ipixuna (sítios Laranjal e Ipixuna), uma ocorrência no rio jacupí (ocorrência de mesmo nome), um sítio no rio Amazonas (Carrazedo), um sítio no igarapé Bacá (São Pedro), um sítio e uma ocorrência no igarapé Gurupá-Miri (sítio Gurupá-Miri e ocorrência Porto das Pedras), dois sítios no igarapé Itapereira (sítio Itapereira e Hilton), um no igarapé Jocojó (sítio de mesmo nome), um sítio e uma ocorrência no igarapé Maria Ribeira (sítio Maria Ribeira II e ocorrência Maria Ribeira I), uma ocorrência no braço do Axiquara (ocorrência de mesmo nome), e por fim, um sítio no braço do Camutá, afluente do rio Ipixuna (o sítio Terra Preta).

As coletas de superfície foram realizadas sob os mesmos critérios que utilizamos nas coletas de Bagre, bem como em Santa Cruz do Arari, de reunirmos amostras de fragmentos diagnósticos de superfície. Nos demais sítios localizados no rio Arinuá e pelos igarapés Pacoval, Camutá do Pucuruí, Munituba, e Taueré, e no braço Timborana, bem como em uma ocorrência arqueológica localizada na estrada vicinal Gurupá/Pucuruí não realizamos coletas de fragmentos diagnósticos.

Próximo ao centro da cidade de Gurupá localizamos um sítio indicado por vários moradores como uma antiga aldeia indígena onde se encontra restos de esqueletos humanos em urnas funerárias. Trata-se do Sítio Jacupí, situado às margens do rio de mesmo nome, afluente do rio Amazonas, localizado na propriedade do senhor Jean Marie Royer, onde estava sendo construída uma pousada com fins turísticos. Em visita ao local o proprietário nos mostrou a área de um buraco no solo de onde retirou um recipiente cerâmico contendo ossos humanos no seu interior, especialmente uma mandíbula, associados a

outros recipientes menores, e foi possível observarmos fragmentos de diversas bordas na área da retirada da urna. Na área também foram encontrados artefatos com representações humanas e de animais da região, os quais integram uma coleção pessoal sob posse do proprietário, que registramos em sua casa. O Sítio Jacupí caracteriza-se como um sítio cerâmico em área elevada de terra firme com extensa área de TPA. O sítio está bastante alterado pela retirada de terra e pedras para a construção da pousada. Observamos fragmentos de cerâmica utilitária e decorada.

Assim como em Bagre, os vestígios arqueológicos apresentaram-se bastante variados, porém os padrões decorativos em Gurupá foram mais diversificados, sendo caracterizados pela presença de fragmentos de vasilhames cerâmicos utilitários e outros decorados por incisões, entalhado, digitado, modelado, pinçado, apliques, impresso, pintura vermelha, e pintura vermelha associada a pinçado, e engobo branco e incisões, além de lâmina de machado polida (no sítio lito-cerâmico denominado Jocojó) associado a atividades cotidianas de manejo da floresta, e fragmento de rodela de fuso com decoração incisa elaborada, que juntamente a rodela de fuso também encontrada em Bagre indicam que a prática de fiar tecidos entre os grupos indígenas pré-coloniais era recorrente nesta região do arquipélago marajoara.

Dentre a cerâmica coletada e analisada de Gurupá, destacamos os fragmentos de vasilhas cerâmicas decoradas coletadas nos sítios do rio Pucuruí, onde ocorreram em maior variabilidade em relação aos demais sítios da região. No sítio Pavilhão da Benção, por exemplo, ocorreu um tipo de decoração muito curiosa, que consiste em pequenos apliques circulares dispostos paralelos a borda do recipiente cerâmico sobre um aplique modelado formando um filete junto á borda. Este tipo de decoração também ocorreu em Bagre.

Os traços diagnósticos da cerâmica de Gurupá e Bagre, além dos artefatos líticos, as rodelas de fuso e o número representativo de sítios com terra preta nos seus rios, igarapés, e furos parecem apontar algumas similaridades da cultura material dessa região, suposição que deverá ser investigada de forma mais aprofundada por pesquisas sistemáticas posteriores.

As pesquisas decorrentes deste inventário arqueológico revelaram o grande potencial arqueológico do município, resultando na localização e registro de 40 sítios, 12 ocorrências arqueológicas, e sete (07) áreas com potencial arqueológico, além do Forte de Gurupá, que em nossa quantificação representa, juntamente com a sede da cidade de Gurupá, um único sítio multicomponencial. Sobre a caracterização tipológica dos assentamentos o levantamento identificou 35 sítios cerâmicos e cinco multicomponenciais (entre estes o sítio Jocojó é também lito-cerâmico), contando com o Forte de Gurupá.

Registramos duas coleções pessoais, uma do proprietário do Sítio Jacupí, o Sr. Jean Marie, e a outra no rio Gurupá-miri, pertencente à senhora Arlete Correa Pantoja.

Coleção Arlete Correa Pantoja

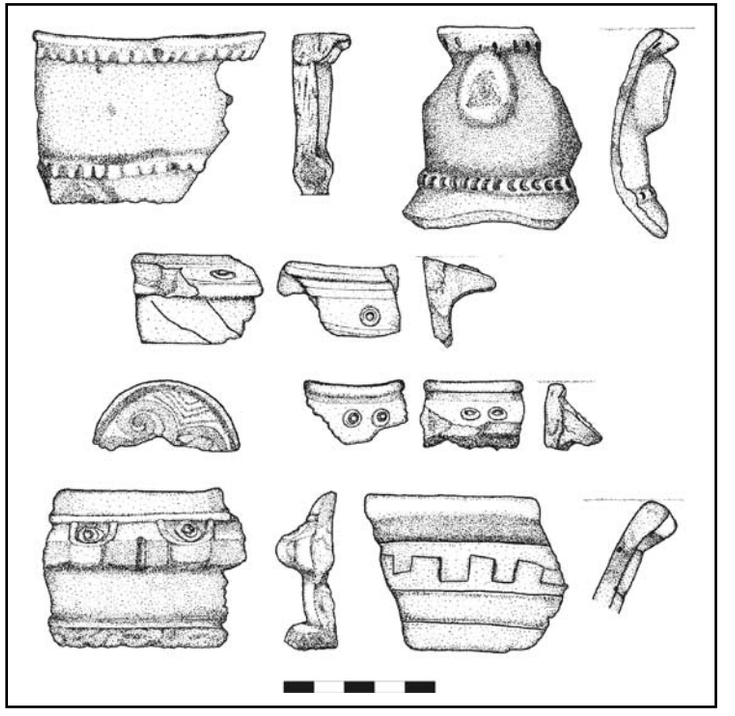
Coleção pessoal composta por artefatos de cerâmica modelada, tais como: um recipiente cerâmico pequeno inteiro, artefatos modelados com motivos antropomorfos que foram coletados na área próxima de sua casa e que corresponde à ocorrência Porto das Pedras, além de uma chave de chumbo.

Coleção Jean Marie Royer

Coleção pessoal do proprietário do Sítio Jacupí, composta de artefatos de cerâmica modelada com motivos antropomorfos e zoomorfos, vasilhames cerâmicos inteiros, um vasilhame com excisões geométricas, sendo que em um destes o proprietário guarda restos ósseos que coletou em sua propriedade. Estes artefatos são provenientes da área do sítio.

Em Gurupá foram coletados 64 fragmentos e um objeto arqueológico em 19 sítios. Foi coletada uma bala de bronze, dois fragmentos líticos e o restante (61) são fragmentos de cerâmica decorada, entre eles um fragmento de rodela de fuso. Esse material foi higienizado, catalogado e analisado, ficando sob a guarda do NPEA-Núcleo de Ensino e Pesquisa em Arqueologia da Universidade Federal do Pará, em Belém.

Prancha 4 – Fragmentos de cerâmica coletados em Gurupá.
Ilustração: Deise Lobo

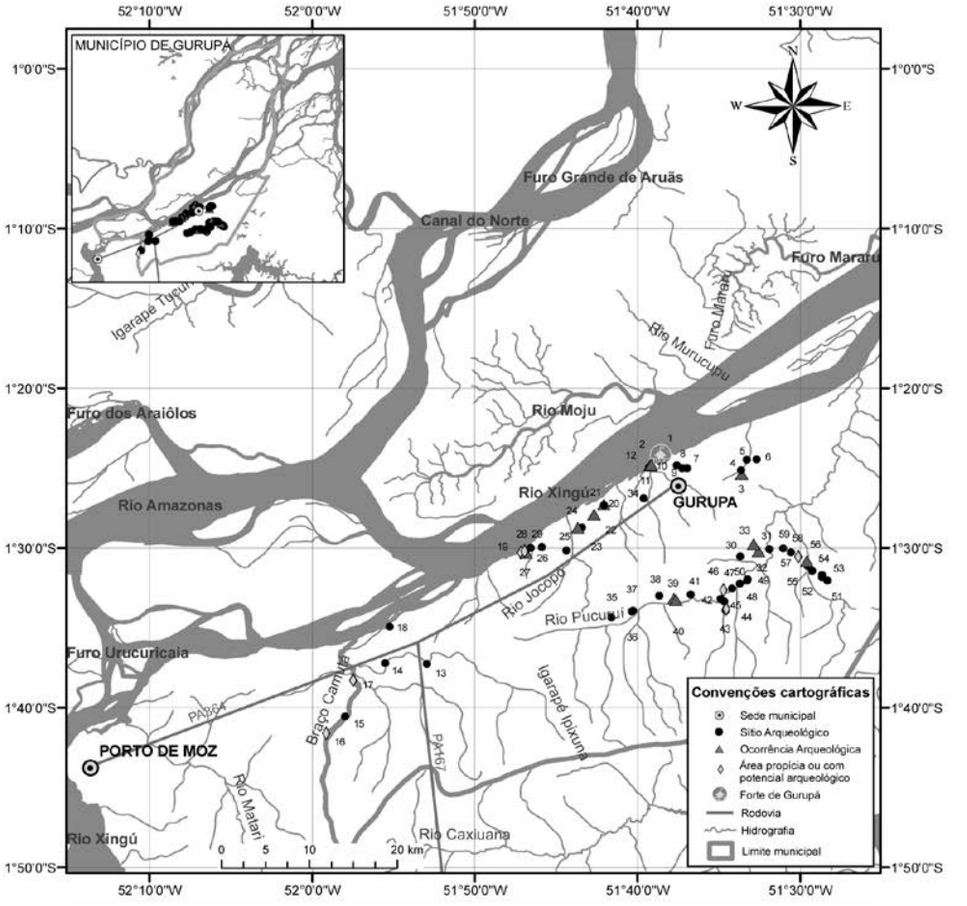


Quadro III – Material Arqueológico Coletado em Gurupá

NR-1	NR-2	Sítio	Material	Quant.	Descrição
GU-1	1	São Pedro	Cerâmica	3	Fragmentos
GU-2	1	Hilton	Cerâmica	3	Fragmentos
GU-3	1	Itapereira	Cerâmica	4	Fragmentos
GU-4	1	Doutrina	Cerâmica	1	Fragmento
GU-5	1	Laranjal	Cerâmica	4	Fragmentos

GU-6	1	Terra Preta	Cerâmica	3	Fragmentos
GU-7	1	Carrazedo	Cerâmica	2	Área do cemitério
GU-7	2	Carrazedo	Lítico	1	Fragmento
GU-8	1	Gurupá-Miri	Cerâmica	4	Microfragmento
GU-9	1	Maria Ribeira II	Cerâmica	5	Fragmentos com decorações- apliques, 2 fragmentos de uma mesma vasilha.
GU-10	1	Jocojó	Cerâmica	2	Um fragmento com decoração elaborada; aplique
GU-10	2	Jocojó	Metal	1	Bala de bronze doada pelos moradores
GU-11	1	Ajó	Cerâmica	5	Uma micro-borda
GU-12	1	Pavilhão da Benção	Cerâmica	7	Dois micro-fragmentos; fragmentos de bordas com incisões e apliques
GU-13	1	Conceição do Pucuruí I	Cerâmica	3	Um é fragmento de corpo com alça
GU-14	1	Camutá do Pucuruí II	Cerâmica	5	Três bordas com ponteado e marcas de aplique; 2 alças
GU-15	1	Ocorrência Jacupí	Cerâmica	1	Um microfragmento
GU-16	1	Ocorrência Porto das Pedras	Cerâmica	3	Fragmentos
GU-17	1	Ocorrência Axiquara	Cerâmica	1	Fragmento
GU-17	2	Ocorrência Axiquara	Cerâmica	1	Fragmento de rodela de fuso com incisões
GU-18	1	Ocorrência Maria Ribeira I	Cerâmica	2	Dois microfragmentos
GU-19	1	Ocorrência Ilha do Barracão	Cerâmica	4	Fragmentos
			Total	65	

Sítios, ocorrências e áreas propícias ou com potencial arqueológico no município de Gurupá, Arquipélago do Marajó



1-Sitio Gurupá	16-A.P. Canta Galo	31-Sitio Ajó	46-A.P. Florizont
2-Forte De Gurupá	17-A.P. Castanheira	32-Ocorrência Ajó	47-Sítio Pedreira do Pucuruí
3-Ocorrência São Pedro	18-Sítio Carrazedo	33-Ocorrência do Gato	48-Sítio Boa Esperança
4-Sítio São Pedro	19-A.P. Flexinha	34-Sitio Pedreira	49-Sítio Conceição do Pucuruí I
5-Sítio Conceição	20-Ocorrência Porto das Pedras	35-Sitio Pavilhão da Benção	50-Sítio Conceição do Pucuruí II
6-Sítio Brasília	21-Sítio Gurupá-Miri	36-Sitio Remoaldo	51-Sítio Ano I
7-Sítio Hilton	22-Ocorrência Axiquara	37-Sitio Mouriço	52-Sítio Ano II
8-Sítio Piquiá	23-Sítio Maria Ribeira II	38-Sitio Correnteza	53-Sítio Uxizal
9-Sítio Itapereira	24-Ocorrência Maria Ribeira I	39-Ocorrência Ilha do Mamorana	54-Sítio Castanheira
10-Ocorrência Jacupí	25-Sítio Jocojó	40-Ocorrência Ilha do Barracão	55-Sítio Capoeirãozinho
11-Sítio Jacupí	26-Sítio Prainha	41-Sitio Fé em Deus	56-Ocorrência Arumanzal
12-Ocorrência Praia do Coqueiro	27-Ocorrência Pacoval	42-Sitio Bom Jardim	57-A.P. Ponta Alta
13-Sítio Doutrina	28-A.P. Pacoval	43-Sitio Camutá do Pucuruí I	58-Sítio Terra Alta
14-Sítio Laranjal	29-Sítio Munitiba	44-A.P. São Francisco	59-Sítio Ilha Kakuri
15-Sítio Terra Preta	30-Sítio Timborana	45-Sítio Camutá do Pucuruí II	

Melgaço

O município de Melgaço, com área de 6.774 km², tem como municípios limítrofes Portel, Bagre, Breves, Gurupá e Porto de Moz. A população, segundo o IBGE (2008) é de 17.989 habitantes. O município localiza-se a uma distancia de 286 km da capital paraense, com acesso por via fluvial.

O município situa-se entre as baías de Melgaço, Portel e Pacajá, tendo como principais rios o Tajapuru, rio Preto, Laguna e o rio Anapú. A cobertura vegetal é representada pela floresta densa dos baixos platôs e pela vegetação densa aluvial, tendo como árvore principal o açaizeiro. Também são encontrados os campos naturais que são denominados popularmente de campos de natureza.

A economia do município está baseada no extrativismo vegetal, principalmente de açaí, palmito, carvão e madeira. Planta-se ainda arroz, milho, mandioca, laranja, banana e limão.

Antes da realização dessa pesquisa haviam sido reportados um sambaqui e um sítio multicomponencial para o Município de Melgaço, localizados próximo à sede do Município. O sambaqui, localizado às margens da baía de Melgaço na fazenda Vitória, foi encontrado no ano de 2000 pelo geógrafo americano e professor da Universidade da Florida, em Gainesville, Nigel Smith. Nesse sambaqui encontra-se cerâmica indígena (temperada com conchas) e material do período histórico. O sítio multicomponencial, chamado Cacoal, ficou conhecido em 2006, quando, atendendo a convite de Agenor Sarraf Pacheco (da Secretaria de Educação de Melgaço) os arqueólogos Denise Schaan e Fernando Marques realizam visita ao município de Melgaço/PA, onde proferiram palestras e visitaram sítios arqueológicos. O sítio Cacoal localiza-se na comunidade de São Sebastião, e trata-se de um sambaqui fluvial onde se encontra, além de carapaças de moluscos misturadas ao solo de terra preta, fragmentos de cerâmica indígena, lítico, e material do período histórico, tais como cerâmica industrial e faiança. O terreno é coberto por árvores de cacau, razão pela qual o denominam "Cacoal". Contam os moradores que havia no local barracões da época da extração da borracha (datados provavelmente entre

1890 e 1912). A localidade fica no rio Cacoal, que desemboca no rio Carnajuba e este por sua vez na baía de Melgaço.

Diversas pesquisas foram realizadas por pesquisadores do Museu Goeldi na região de Caxiuanã, que se localiza nos interflúvio entre os rios Xingu e Tocantins, ocupando o sul do município de Melgaço e parte do município de Portel. Os pesquisadores do Museu Goeldi haviam localizado, até 2002, 27 sítios arqueológicos na região (Silveira, Kern *et al.*, 2002), mas a maior parte deles não se encontra registrada no site do IPHAN. Os sítios foram registrados segundo o sistema do PRONAPA, portanto com siglas GU (Gurupá) e PO (Portel). Entretanto, todos os sítios com sigla GU, que são 13, encontram-se no município de Melgaço.

Os sítios foram identificados principalmente nas proximidades ou na própria área da Estação Científica do Museu, às margens da Baía de Caxiuanã e de outros rios e igarapés, em geral em áreas elevadas (0,5 a 3 ha), não alagáveis. Nesses sítios, com espessura de 30 a 40 cm no horizonte A antrópico, encontram-se fragmentos de cerâmica, geralmente sem decoração e de formas simples, com tempero mais freqüente de caraipé, seguido por areia e cauixi, assim como artefatos líticos (op.cit: 61). Segundo Silveira et al. (2002: 64), as ocupações iniciais teriam se dado a partir de 720 anos AP.

Em vistoria realizada no mês de março de 2009, solicitada pelo IPHAN em decorrência de uma denúncia contra a Empresa de Telecomunicação Vivo, registramos outro sítio arqueológico do tipo sambaqui, que estava sendo destruído pela implantação da torre de telefonia móvel da empresa. Sobre a área do sítio foi construído um muro de 15x20 metros em volta do empreendimento além de um buraco escavado para o alicerce da torre, com 8,6m de lado e 1 metro de profundidade. Por toda área existe solo escuro removido pela escavação do buraco e do baldame do muro com muitas conchas e cerâmica revolvida (Silva e Martins, 2009).

Assim como Portel, a própria cidade de Melgaço também se constitui de um sítio multicomponencial com material pré-colonial (fragmentos cerâmicos em superfície) e histórico. Registramos coleções de moradores locais

compostas de moedas de bronze e cobre, cachimbos de barro, medalhas, garrafas de vidro e grês, espingarda e fragmentos de louças. Além destes vestígios existe um cemitério datado do final do século XIX, com lápides em mármore e inscrições de antigos moradores importantes da cidade, tais como alguns coronéis da época da borracha.

O trabalho de prospecção arqueológica oportunística no município foi realizado no mês de agosto de 2009. Em função da logística escolhemos como meio de locomoção o transporte fluvial em função da região apresenta uma infinidade de rios, igarapés, furos, etc.

Optamos em utilizar as fontes orais para a localização de sítios arqueológicos. Muitos moradores da cidade de Melgaço nos relataram a existência de sítios arqueológicos nas margens da baía de Melgaço, Portel e do rio Anapu. A partir de então percorremos as Baías de Melgaço e Portel, os rios Anapu e Tajapuru e o igarapé Apeú.

Os sítios arqueológicos descobertos apresentaram as mesmas características dos sítios encontrados em Breves; estavam assentados em pequeno terraço de terra firme, em área plana com árvores frutíferas e castanheiras.

Na pesquisa foram encontrados 23 sítios arqueológicos, uma (01) ocorrência arqueológica e quatro (04) áreas propícias ou com potencial arqueológico, a grande maioria relacionada ao período pré-colonial.

A prospecção localizou sítios nas margens dos rios Tajapuru (um sítio histórico) e Anapu (19 pré-coloniais, um sítio multicomponencial), no igarapé Apeú (um pré-colonial) e na cidade de Melgaço, onde se localiza um grande sítio pré-colonial e histórico. Os rios percorridos possuem margens com predominância de várzea e terraços de terra firme que não sofrem inundação na época do inverno. Também percorremos parte da estrada que liga Melgaço a Chaguir, mas não encontramos nenhum sítio arqueológico.

Não coletamos material arqueológico, pois não encontramos nenhum traço diagnóstico. A cerâmica era simples e utilitária com grande quantidade de antiplástico de caraipé. Registramos duas coleções particulares:

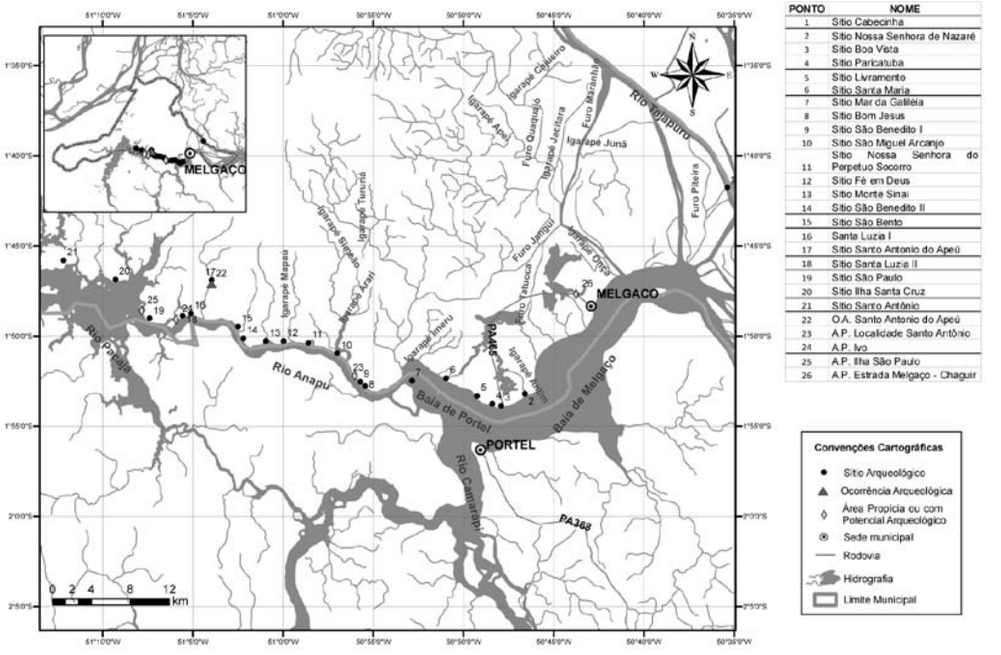
Coleção Amós

Coleção constituída de moedas de cobre e bronze, garras de vidro e grés, louças, etc. Este material foi todo coletado na praia em frente da cidade de Melgaço.

Coleção Julio Amorim

Coleção de moedas antigas datadas dos séculos XVIII ao XX, algumas delas recunhadas e reaproveitadas, sob a guarda de Julio Amorim e Maria Pinheiro Amorim. O material teria sido coletado na praia de Melgaço e nos barracões, onde ainda existe uma mala com material antigo, como dinheiro em papel antigo, títulos de terra e outros objetos.

Sítios, ocorrências e áreas propícias ou com potencial arqueológico localizados no município de Melgaço, Ilha de Marajó



PONTO	NOME
1	Sitio Cabecinha
2	Sitio Nossa Senhora de Nazaré
3	Sitio Boa Vista
4	Sitio Paricatuba
5	Sitio Livramento
6	Sitio Santa Maria
7	Sitio Mar da Galiléia
8	Sitio Bom Jesus
9	Sitio São Benedito I
10	Sitio São Miguel Arcanjo
11	Sitio Nossa Senhora do Perpetuo Socorro
12	Sitio Fé em Deus
13	Sitio Monte Sinai
14	Sitio São Benedito II
15	Sitio São Bento
16	Santa Luzia I
17	Sitio Santo Antonio do Apeú
18	Sitio Santa Luzia II
19	Sitio São Paulo
20	Sitio Ilha Santa Cruz
21	Sitio Santo Antônio
22	O.A. Santo Antonio do Apeú
23	A.P. Localidade Santo Antônio
24	A.P. Ivo
25	A.P. Ilha São Paulo
26	A.P. Estrada Melgaço - Chaguir

Portel

Portel possui área aproximada de 25.000 km² e população de cerca de 48mil habitantes. Tem como municípios limítrofes Melgaço, Bagre, Baião, Pacajá, Senador José Porfírio, Porto de Moz e Itupiranga. O município localiza-se a 326 km da capital paraense, com acesso por via marítima; o trajeto total dura cerca de 16 horas. É possível também o acesso por pequenas aeronaves fretadas.

Os principais rios são o Anapú, o Pacajá e o Camarapi, que se movem no sentido sul-noroeste do município. O rio Anapú deságua na baía de Pracuí e na baía de Caxiuanã. Os rios Pacajá e Camarapi deságuam na baía de Portel, em frente à sede do município.

A vegetação predominante é a floresta densa dos terraços e baixos platôs, enquanto que ao logo dos rios encontra-se floresta aberta. Na margem direita do rio Anapú, ao norte do município, encontram-se os campos graminosos úmidos, denominados popularmente de campos de natureza.

A economia do município está baseada na extração de madeira, no cultivo de mandioca e outras variedades agrícolas, além da extração do açaí.

Antes da realização do inventário, alguns sítios haviam sido identificados no município por equipes do Museu Paraense Emílio Goeldi, de Belém. Em 2006, o arqueólogo Fernando Marques realizou uma visita técnica à cidade de Portel a pedido do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em função do aparecimento de grande quantidade de material arqueológico na área urbana da cidade. Durante a visita foram encontrados afloramentos de fragmentos de cerâmica indígena, além de fragmentos de louças, frascos de vidro, moedas, colheres, estribo, crucifixos. O pesquisador verificou que havia coleções particulares desses objetos, facilmente obtidos às margens do rio, onde identificou fornilhos de cachimbos, moedas de prata, cobre e bronze, colheres inteiras e fragmentadas, frascos de vidros, tinteiros e garrafas de grés, além de urnas funerárias e artefatos líticos.

O trabalho de prospecção arqueológica oportunística no município foi realizado no mês de agosto de 2008. Em função da logística escolhemos como meio de locomoção o transporte fluvial, pois realizamos o trabalho no mesmo período do município de Melgaço.

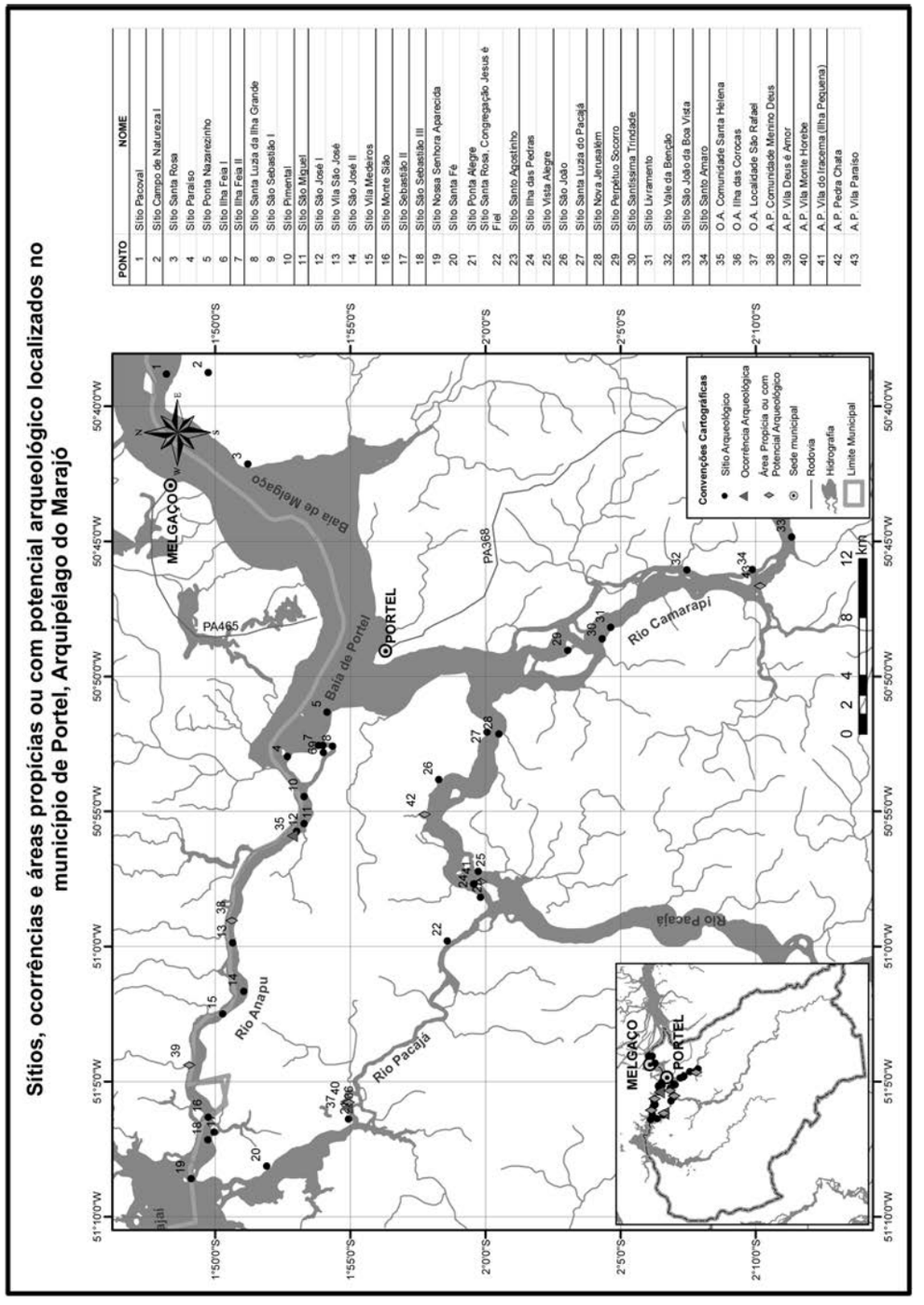
No trabalho de levantamentos de dados utilizamos as fontes orais para a localização de sítios arqueológicos. Muitos moradores da margem das Baías de Melgaço e Portel e do rio Anapu, junto ao município de Melgaço, nos relataram sobre a existência de sítios arqueológicos na outra margem, que faz parte do município de Portel. Percorremos então o rio Anapu, à margem direita, pertencente ao município de Portel, e os rios Pacajaí, Pacajá, Camarapi, Tajapuru, Campinas e o furo Jacundaí.

Os sítios arqueológicos encontrados possuem características iguais às dos sítios encontrados em Breves e Melgaço; estavam assentados sobre pequenos terraços de terra firme, em área plana, com árvores frutíferas e castanheiras.

No trabalho realizado foram encontrados 34 sítios arqueológicos, três (03) ocorrências arqueológicas e seis (06) áreas propícias ou com potencial arqueológico, a grande maioria relacionada ao período pré-colonial.

A prospecção identificou sítios nas margens dos rios Anapu (12 sítios pré-coloniais e um sítio pré-colonial e histórico), no rio Pacajaí (três sítios pré-coloniais e um sítio pré-colonial e histórico), no rio Pacajá (cinco sítios pré-coloniais), no rio Camarapi (seis sítios pré-coloniais), no rio Tajapuru (um sítio pré-colonial), no rio Campinas (um sítio pré-colonial e histórico) e em algumas ilhas e furos (quatro sítios pré-coloniais no furo Jacundaí).

Os fragmentos cerâmicos encontrados não foram coletados, pois não detectamos nenhum traço diagnóstico; a cerâmica era simples e utilitária com grande quantidade de antiplástico de caraipé.



Os Artefatos Encontrados nos Sítios

Realizamos coleta de superfície de material descontextualizado e naquelas áreas impactadas ou com grande ameaça de impacto sobre o patrimônio arqueológico, sem realizarmos intervenções nos sítios. Objetivamos com isto reunir uma amostra desse material para inferirmos, ainda que superficialmente, sobre as características do material arqueológico encontrado, e sobre aspectos da ocupação pretérita da região, e não apenas registrar uma grande quantidade de sítios arqueológicos. Neste sentido, os resultados obtidos para os municípios de Bagre e Gurupá resultaram nas primeiras informações sobre a ocupação dessa região do arquipélago do Marajó, uma vez que antes do *Inventário Arqueológico* não havia pesquisas arqueológicas nesses locais.

O material coletado e analisado, somando todos os municípios, se constituiu de 164 fragmentos cerâmicos. Com relação à forma, 61 são fragmentos de paredes de vasilhames (corpos), 77 de bordas, 10 bases, 4 alças, 1 apêndice, 5 fragmentos de bancos e uma rodela de fuso.

Apesar dos poucos dados obtidos com relação ao material arqueológico existente em cada sítio, a análise do material cerâmico permitiu algumas inferências sobre a caracterização da ocupação e dos artefatos produzidos pelos grupos que habitaram a região. Os resultados da análise dos fragmentos encontrados em superfície confirmaram a hipótese de que a fase marajoara da tradição policrômica da Amazônia se restringiu à área dos campos alagados da porção leste da ilha de Marajó (representado aqui nesse inventário pelos sítios encontrados em Santa Cruz do Arari, Chaves e Cachoeira do Arari), não se expandindo para as áreas de floresta, como se suspeitava, a partir de informações de que cerâmica marajoara teria sido encontrada em Afuá, município localizado no extremo noroeste da ilha (Schaan et. al., 2009).

A análise do material cerâmico indicou a predominância de cerâmica utilitária, sem decoração, nos municípios de Melgaço, Portel e Breves.

A surpresa ficou por conta da cerâmica identificada nos municípios de Bagre e Gurupá, bastante diferente do que se conhecia para a região, por causa de sua decoração plástica com excisões, linhas incisas elaboradas e finos

apliques, além da decoração pinçada, entalhada, digitada, e impressa. Chamou a atenção, ainda um tipo muito interessante de decoração, que consiste em pequenos apliques circulares paralelos ao lábio do vasilhame, aplicados em filetes modelados; além da decoração pintada com pintura vermelha e branca, engobo branco, abrindo possibilidades diferentes para a pesquisa na área.

Considerações Finais

O inventário realizado indicou o grande potencial arqueológico dos municípios pesquisados, tendo sido encontrados e registrados 169 sítios arqueológicos e 31 áreas de ocorrência de material arqueológico nos seis municípios pesquisados. Acredita-se que, apesar do expressivo número de sítios identificados em todos os municípios, esses se constituem em apenas uma parte dos sítios que lá existem. Novos inventários devem ser feitos no futuro para que possa ser construído um quadro compreensivo da ocupação pretérita na região.

Apesar dos poucos dados obtidos com relação ao material arqueológico existente em cada sítio, uma vez que o objetivo do trabalho era apenas identificar os sítios e não realizar intervenções, algumas conclusões podem ser alcançadas com relação à ocupação antiga na região.

A maioria dos sítios encontrados (86%) são sítios do período pré-colonial, onde os principais vestígios são fragmentos de cerâmica, além de terra preta, ocasionalmente. Sítios lito-cerâmicos foram encontrados apenas no município de Bagre, onde a grande ocorrência de fragmentos de machados líticos deveria ser mais bem investigada. Foram registrados sítios históricos, do período colonial nos municípios de Breves, Gurupá e Melgaço, que, como mostram os artigos de Agenor Pacheco, neste volume, foram áreas onde se instalaram fortes e missões religiosas durante os primeiros séculos da ocupação européia. Em locais como esses frequentemente são encontrados também fragmentos de cerâmica indígena, o que indica a coexistência de índios e colonizadores. Um novo sítio sambaqui foi identificado no município de Bagre, enquanto que em Melgaço foi visitado novamente o sambaqui da Fazenda Vitória, encontrado anteriormente por Nigel Smith. Além disso, ao final da realização do inventário descobria-se um novo sambaqui em Melgaço, impactado pela empresa de telefonia Vivo (sítio Tucumã).

As ocorrências arqueológicas encontradas foram predominantemente de fragmentos de cerâmica. Nesses casos, a falta de outros tipos de evidências, aliada à baixa freqüência dos fragmentos nos fez considerar como ocorrências isoladas, até que uma avaliação mais segura possa ser feita no sentido de descobrirmos se existe sítio arqueológico relacionado.

Enfim, a área pesquisada parece bastante promissora do ponto de vista arqueológico. Percebe-se o potencial de descobrirmos mais sambaquis, que seriam os testemunhos das primeiras vilas sedentárias no arquipélago, com datas que podem estar entre 7 e 4 mil anos antes do presente, por comparação com sítios semelhantes no baixo Amazonas e no litoral Atlântico amazônico (Simões, 1981; Roosevelt, 1995; Roosevelt, Lima Da Costa *et al.*, 1996; Schaan, Silveira *et al.*, 2009).

Por outro lado, a descoberta de cerâmica decorada com excisões, incisões e pinturas em Bagre e Gurupá, municípios ilhéus banhados pelo rio Amazonas, portanto, na rota de passagem por sua foz, indica que pode ter sido essa a cerâmica observada no século XVI por Carvajal (Carvajal, Rojas *et al.*, 1941: 73) e elogiada por suas cores e motivos. Até então se pensava que a cerâmica descrita poderia ser a marajoara, como assinalou Porro (1993: 73), comentando que:

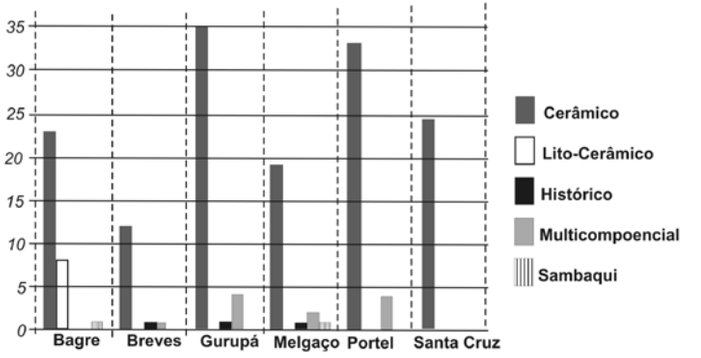
> *"Merece reflexão o fato de Carvajal fazer essa descrição elogiosa da cerâmica modelada e pintada justamente ao atravessar a foz do Amazonas, região onde se desenvolveu uma das mais elaboradas tradições cerâmicas do continente. Na verdade, a fase Aruã da cerâmica arqueológica de Marajó, Caviana e Mexiana, contemporânea do início da coloni-*

zação não parece estar esteticamente à altura da descrição de Carvajal(...). Mas é significativo que o cronista, que já observara a excelente cerâmica policrômica do rio Solimões, volte a tratar do assunto, bem como das cuias pintadas, ao percorrer a região que mais se destacara, no passado, por esse tipo de artefatos".

Não resta dúvida, entretanto, de que essa não era a cerâmica marajoara, mas a recém descoberta cerâmica produzida em Gurupá e Bagre. Por seu valor estético e pela importância dessa região durante os primeiros séculos da conquista, os sítios encontrados durante esse inventário e outros que possam vir a ser descobertos merecem estudos específicos.

Tipos de Sítios Arqueológicos Encontrados

Sítio Arqueológico						
Município	**Cerâmico**	**Lito-cerâmico**	**Histórico**	**Multi-compoen-cial**	**Sambaqui**	**Total**
Bagre	23	8	0	0	1	32
Breves	11	0	1	1	0	13
Gurupá	35	0	1	4	0	40
Melgaço	19	0	1	2	1	23
Portel	33	0	0	4	0	37
Sta. Cruz	24	0	0	0	0	24
Total	145	8	3	11	2	169



Referências Bibliográficas

Carvajal, G., A. Rojas, *et al.* Descobrimentos do Rio das Amazonas. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941.

Kern, D. C. *Viagem ao rio Mapuá, Ilha de Marajó, Município de Breves-PA.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2008.

Kern, D. C. e N. Kampf. *Antigos assentamentos indígenas na formação de solos com Terra Preta Arqueológica na Região de Oriximiná, Pará*. Revista Brasileira de Ciência do Solo 13: 219-25, 1989.

Meggers, B. J. e C. Evans. *Archeological investigations at the mouth of the Amazon.* Washington, D.C., Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology U.S. Govt. Print. Off., v.Bulletin 167. 1957. xxviii, 664 p.

Porro, A. *As Crônicas do Rio Amazonas: Notas Etnohistóricas sobre as Antigas Populações Indígenas da Amazônia.* Petrópolis: Vozes, 1993.

Roosevelt, A. C. Early pottery in the Amazon. Twenty years of scholarly obscurity. In: W. K. Barnett e J. W. Hoopes (Ed.). The emergence of pottery, pp.115-31. Washington and London: Smithsonian Institution Press, 1995.

Roosevelt, A. C., M. Lima Da Costa, *et al.* Paleoindian Cave Dwellers in the Amazon: The Peopling of America. Science 272 : 372-384, 1996.

Schaan, D. P., M. I. Silveira, *et al.* Arqueologia da Costa Atlântica Amazônica: Síntese e Perspectivas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas, no prelo.

SEPOF - Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará - http://www.sepof.pa.gov.br/, acessado em 04-03-2009.

Silva, W. F. V. e C. P. Martins. *Vistoria em Sítio Arqueológico em Melgaço.* Belém: Inside Consultoria Ltda., 2009.

Silveira, I. M. D., D. C. Kern, et al. Reconstruindo uma ocupação. In: P. L. B. Lisboa (Ed.). *Caxiuanã: populações tradicionais, meio físico e diversidade biológica, pp.59-75.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

Simões, M. F. *Coletores-Pescadores Ceramistas do Litoral do Salgado (Pará).* Nota Preliminar. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: 78. Série Antropologia, 1981.

Sombroek, W. G. Amazon Soils. *A Reconnaissance of the Soils of the Brazilian Amazon Region.* Wageningen: Centre for Agricultural Publication and Documentation, 1966.

VIAGENS AO PASSADO DA ILHA

Vestígios arqueológicos em vozes e percepções de marajoaras

Cristiane Pires Martins
Wagner Fernando da Veiga e Silva
Vera Lúcia Mendes Portal

Durante as excursões pelos rios do arquipélago de Marajó encontramos uma grande diversidade de costumes, modos de vida, ambientes e histórias contadas por seus moradores. A maioria das histórias, contos e causos são interpretações recriadas pela criativa memória dos moradores mais velhos das diversas comunidades que constituem a região. Esses moradores relatam saberes adquiridos e interpretados por seus pais e avós sobre a formação do seu povo e do seu ambiente, dando visibilidade para uma multiplicidade de atores sociais em diferentes períodos da história da região amazônica.

O trabalho da Arqueologia não se restringe, de maneira geral, à localização e escavação de sítios e vestígios arqueológicos. Também utilizamos os relatos das histórias transmitidas oralmente pelos moradores das comunidades que visitamos. Esta etapa do trabalho é extremamente importante, pois o contato direto com os moradores, além de facilitar a localização de sítios arqueológicos, é fundamental para o conhecimento local do patrimônio arqueológico da região, sua preservação, e para aprendermos sobre como este é percebido e quais os significados atribuídos pelos moradores locais.

Durante as visitas aos municípios abrangidos pela pesquisa nos deparamos com o imaginário local sobre o que seria - e o que representam - os vestígios arqueológicos. Várias interpretações criativas são construídas a partir de um primeiro contato dos moradores com os vestígios localizados em suas roças e no entorno de suas casas. Durante as conversas, alguns moradores informaram que os vestígios, especialmente a cerâmica, foram deixados pelos antigos *Cabanos*, reportando-se ao movimento da Cabanagem implodido no Pará entre 1835-1840. Outros reconheceram a origem indígena dos vestígios e sua antiguidade.

Utilizamos como metodologia principal a conversa com os moradores da região; falando um pouco sobre o Inventário Arqueológico, buscamos indicações de possíveis locais onde poderíamos encontrar vestígios destes tempos pretéritos. Neste primeiro momento, tivemos contato com o imaginário dos moradores sobre o trabalho dos arqueólogos e de sua relação com vestígios, fragmentos e sinais materiais do passado. Esses vestígios, para alguns são apenas *coisas velhas,* para outros tudo isso está ligado à procura de tesouros; e para poucos os vestígios contam a história de outras pessoas que ali moraram no passado.

Através dos relatos orais muitos dos lugares indicados foram visitados, sendo que a maioria eram sítios, ocorrências ou áreas com potencial arqueológico. Durante as conversas, ouvimos causos sobre *misuras* associadas aos lugares indicados e a antiga, e comum, idéia de que estávamos em busca de um tesouro. Dos lugares visitados, os que precisaram de maior cautela e certo respeito foram os cemitérios, pois segundo nossos guias e os moradores *"não deveríamos mexer com os mortos".*

Nas diversas comunidades ou propriedades privadas, onde foram realizadas as visitas, não foi difícil encontrarmos fragmentos cerâmicos nos quintais das casas, nas plantações, nas hortas e nas roças de mandioca, que, em geral, localizam-se próximas à casa. Observamos a grande utilização de áreas de Terra Preta Arqueológica para cultivo, pois segundo os moradores são solos propícios para as plantações. Esse motivo também justifica a ocupação dessas áreas para moradia.

Em Santa Cruz do Arari, por exemplo, visitamos muitas fazendas onde pudemos ver grande quantidade de fragmentos cerâmicos dispersos em superfície próximos às casas, campo de futebol, curral, barranco e nas margens dos rios.

Neste município, ao conversarmos com um senhor idoso pedindo indicações de lugares de antigas aldeias, este nos disse: "*cuidado, esses lugares antigos com cacos velhos fazem visagens"*. Assim como este senhor, muitas pessoas crêem que os lugares ocupados por povos que não existem mais são *visagentos*, onde aparecem espíritos e mexendo no material que está por lá pode sofrer alguma mazela espiritual. Desta forma, entre uma conversa e outra, os moradores nos alertavam quanto ao perigo de estarmos mexendo com "*coisa de índio"*.

Ao visitarmos a Fazenda Santa Luzia, verificamos grande quantidade de fragmentos cerâmicos concentrados na superfície do terreno onde está a casa, curral e um galpão. Conversando com a proprietária sobre a importância do material arqueológico, ela contou a história da construção de sua casa. Informou que, quando da construção da sede, os trabalhadores encontraram restos humanos (esqueleto) dentro de uma urna funerária nos buracos abertos para a instalação de esteios de sustentação. Infelizmente estas evidências concretas da ancestral presença humana foram dali retiradas. No dia seguinte, quando foram retomadas as escavações, o material ósseo estava novamente nos buracos. Fato que se repetiu várias vezes. Então o filho da proprietária chegou à conclusão de que deveriam devolver os ossos para o lugar onde estavam e não mexer mais.

Outra fazendeira chegou a nos dizer que seu irmão, por ter em sua

casa vasos cerâmicos antigos, atraiu coisas negativas: "*enquanto não se desfez desse material, tudo dava errado na sua vida".* De acordo com esse imaginário sobre os sítios e os vestígios arqueológicos, pode-se dizer que o material indígena desperta um sentimento de receio sobre seus efeitos negativos.

Prosseguindo a excursão, em Gurupá conhecemos um senhor com mais de 70 anos que nos indicou a maioria dos sítios por nós registrados neste município, assegurando ser certamente de origem indígena, pois, segundo ele, hoje já não se produz aquele tipo de material.

Algumas vezes quando começávamos a falar do material que procurávamos os moradores diziam não conhecê-lo, mas quando perguntávamos se havia áreas de terra preta em seus terrenos logo lembravam que encontravam muitos cacos durante o trabalho com a terra. Então nos levavam até as roças, onde havia fragmentos cerâmicos. Muitos desses moradores, ao saber que esses vestígios são bem antigos e de origem indígena, e que a partir deles podemos conhecer melhor a história daquele lugar e compreender como viviam as pessoas que ali moraram, diziam: *"ah, sempre encontramos esse material, mas para nós não tinha serventia alguma, por isso não nos interessávamos".*

No município de Bagre visitamos várias comunidades onde se encontram castanheiras antigas, e nesses locais constatamos vestígios arqueológicos em grande quantidade na superfície. A grande maioria dos sítios registrados em Bagre está ao longo das margens do extenso rio Jacundá. Nesta área, registramos sítios em lugares com características comuns, tais como: terrenos elevados, solo bem escuro e presença de castanheiras antigas. Conversando com moradores, ouvimos muitos relatos de que nas terras da comunidade e em suas roças sempre encontraram muita cerâmica e material lítico (que chamam de pedra de raio), mas que por não saberem da importância iam jogando no rio e tirando de seus caminhos.

Em uma comunidade chamada Tatituquara encontramos uma concentração de fragmentos cerâmicos em superfície, alguns líticos e lascas. Conversando com um senhor desta comunidade ele nos contou que há poucos anos a quantidade de cerâmica exposta em superfície era tão grande que chegaram

a usar mais de dez latas desse material para fazer o piso do centro comunitário, utilizado como escola, igreja e local de reuniões. Após falarmos da importância desse material para as pesquisas e para a compreensão da história, o senhor se lamentou, dizendo: *"é verdade, quando a gente não sabe das coisas um pedaço da história se perde".*

Visitando outra comunidade chamada Ajará, após nos identificarmos e pedirmos para conhecer a propriedade, algumas crianças se juntaram a nós e começaram a procurar cacos pelo terreno. Ao localizarmos alguns fragmentos cerâmicos eles contaram que há tempos atrás encontraram um machadinho bonito e apostaram para ver quem jogava mais distante no rio. Ouvimos outras histórias como essa, de objetos inteiros que se quebraram durante as brincadeiras das crianças.

Considerando a quantidade de material encontrado, junto às vozes e percepções dos moradores, cujas habitações estão sobre sítios arqueológicos, percebemos que em algumas áreas já existe um contato com esse material, seja em suas plantações ou no terreiro das casas. No entanto, a maioria dessas pessoas desconhece o valor histórico desses vestígios.

Na região das ilhas, entre os municípios de Breves, Melgaço e Portel, obtivemos vários relatos sobre o imaginário das populações quanto à existência de sítios arqueológicos, muitos deles fazendo alusão à presença dos "temidos e poderosos cabanos". Este aspecto deixa ver como, ainda hoje, uma determinada memória, continuamente revivida e alimentada sobre populações envolvidas no conflito, parece perenizar uma imagem da Cabanagem, seus líderes e participantes, como tempos de "barbáries e selvagerias" vividos entre cidades, estradas, rios e florestas paraenses.

É de conhecimento historiográfico que esta região também foi transformada em palco de fugas, deserções e capturas de revolucionários cabanos, quando o movimento irradiou-se pelo interior da Amazônia e suas fronteiras a partir da retomada de Belém pelas forças legalistas em 1836. Isto pode explicar as associações entre tempos e experiências bastante distintas comungadas na região.

Interessa perceber a força de uma memória dominante atualizada, si-

nalizando ainda não aceitar, no presente, contestações, lutas e reivindicações de vozes populares por melhores condições de vida. Daí entendermos os respingos deste imaginário do poder em narrativas ribeirinhas. Segundo relatos dos moradores, por exemplo, os cabanos eram pessoas "malvadas que matavam por pura diversão", e muitos locais onde encontramos sítios arqueológicos seriam áreas onde habitavam antigos cabanos. Nestas áreas os moradores só passam em algumas horas do dia, pois em certas horas aparecem *misuras* e assombrações que assustam os moradores. Estas *misuras* são pessoas feias, de orelhas grandes, que, segundo a crença da região, são almas de antigos cabanos.

A razão de relacionar parte do imaginário popular desta região aos sítios arqueológicos com o movimento da cabanagem pode explicar porque muitos sítios são respeitados pelos moradores locais, pois, segundo a crença, uma *misura* ou assombração pode assustar as pessoas. No município de Portel, na localidade Santa Rosa (Congregação Menino Jesus), assentada sobre um sítio arqueológico, em conversa com os moradores fomos informados que muitas crianças tinham medo de ficar sozinhas no terreiro da comunidade, pois é encontrada grande quantidade de cartuchos de arma de fogo, além de outros materiais históricos. Estes cartuchos são associados com antigas guerras que poderiam ter ocorrido no local. Realizando a vistoria na área, novos relatos foram contados: atrás da igreja existe um grande buraco onde, segundo informações, aparece um homem alto, negro e muito feio que assusta as pessoas na hora do almoço.

No município de Breves existem inúmeros relatos de aparição de "coisas sobrenaturais" associadas aos cabanos e aos sitos arqueológicos. No sítio Castanha, localizado próximo à comunidade Monte Sinai, nosso guia nos informou que ali foi morada de antigos cabanos. Segundo relatos, há muito tempo atrás a família que morava no local foi assassinada por não ter concordado em ajudar os cabanos. A partir de então, em horários calmos, aparece um homem que assusta e faz as pessoas se perderem no terreno, e por isto muitas pessoas evitam passar por este local com medo de serem assustadas e *mundiadas*. O material arqueológico é atribuído aos cabanos que moraram no terreno.

No igarapé Puxador existe um caminho de madeireiro que é associado à passagem dos cabanos. Segundo sugerem os relatos, quando os cabanos assassinaram um grupo de pessoas e as tropas legais foram à sua caça, eles teriam cavado uma passagem de uma margem a outra para poderem fugir da perseguição. No local existia grande quantidade de garrafas de grês que eram atribuídas aos restos deixados por eles em sua passagem no local.

No sítio Periquitinho acontecem coisas estranhas. Segundo as histórias dos moradores, objetos desaparecem, pessoas se perdem próximo à margem do rio e aparecem *misura*s que assustam quem passar sozinho pelo local. Estas *misuras* são associadas aos índios que moraram na área há muito tempo atrás.

Como é possível perceber, as férteis memórias das comunidades ribeirinhas marajoaras, influenciadas e sintonizadas por/com acontecimentos históricos e sociais vividos na região amazônica, recriam contextos, tempos, personagens e paisagens. Certamente é preciso desvelar estes passados, identificar suas reais características e desfazer equívocos, preconceitos e anacronismos históricos. Ao nos preocuparmos a recolher narrativas orais dos habitantes desta grande ilha, destacando suas vozes e percepções sobre histórias locais ligadas aos fragmentos e espaços arqueológicos, procuramos evidenciar como a beleza e a criatividade nos detalhes destas representações populares, constituem, junto com a cultura material ancestral, o mais rico patrimônio da região.

O Projeto Inventário do Patrimônio Arqueológico do "Marajó das Florestas" e Santa Cruz do Arari identificou diversos sítios arqueológicos nos municípios investigados. De maneira geral, a grande maioria dos sítios é ainda ocupada atualmente por moradores ribeirinhos que optaram pelos mesmos locais de moradia, sendo muito comum encontrarmos material arqueológico aflorando em áreas de roças, nos terreiros das casas e quintais, campos de futebol, em áreas ocupadas por *árvores velhas* (como assim denominam localmente as castanheiras), e faixas de terra preta utilizadas para plantações. No entanto, apesar da grande quantidade de sítios registrados, a pesquisa revelou que a maioria dos moradores, que convive cotidianamente com os vestígios, ainda desconhece a origem arqueológica do material, raramente o associando a grupos indígenas, e sim ao movimento da Cabanagem ou a interpretações míticas.

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO MARAJÓ DAS FLORESTAS E ENTORNO DE SANTA CRUZ DO ARARI

Sítios arqueológicos em Bagre

Ajará (UTM 22M 0613908, 9703328)

Sítio lito-cerâmico situado na comunidade Ajará, na margem esquerda do rio Jacundá. Possui área elevada de terra firme, com solo escuro (possivelmente terra preta) e presença de castanheiras. O sítio encontra-se impactado pela construção de casas, escola, casa de farinha e roças. Observamos diversos fragmentos cerâmicos dispersos pelo terreno, com maior concentração no barranco em direção ao rio; um vasilhame cerâmico com as bordas aflorando em superfície, lascas e fragmento de lâmina de machado polida (que foi coletado). O Sr. Raimundo Almeida da Costa afirmou ter encontrado "um machadinho" na sua roça de Porto de Oeiras.

Badajós (UTM 22M 0611333, 9710646)

Sítio cerâmico registrado no terreno conhecido como Badajós, em área de terreno elevado na margem direita do rio Jacundá, com terra firme e diversas castanheiras. Área alterada por casas de madeira e roças. O proprietário informou que ocorre material arqueológico em suas *roças centrais* (localizadas nos fundos do terreno) e que encontrou uma "pedra de raio". Observamos fragmentos cerâmicos em superfície e no barranco em direção ao rio. Informante: Romildo Rosa da Silva Santiago.

Balieiro (UTM 22M 0613842,9691088)

Sítio cerâmico localizado na comunidade de remanescentes quilombolas denominada de Balieiro, na margem direita do rio Jacundá. Possui área bastante elevada de terra firme e com solo de coloração escura (possivelmente terra preta), e presença de diversas castanheiras. O sítio está bastante alterado pela construção de casas, barracão comunitário, igreja, posto médico, campo de futebol, roças e pela estrada Transcametá, que dá acesso a outros municípios do Estado do Pará. Observamos grande quantidade de material cerâmico em superfície pela área da comunidade, com maior concentração no barranco em direção ao rio. Segundo Rosivaldo Souza Martins, nas roças também ocorre material cerâmico.

Boa Vista (UTM 22M 0588559,9767400)

Sítio cerâmico localizado na Vila de Boa Vista na margem direita do rio Panaúba, que deságua na margem direita do rio Pará. Possui área elevada de terra firme com presença de castanheiras. O sítio se encontra alterado pela construção de casas de madeira e alvenaria, igreja e plantações de roças. Observamos material cerâmico disperso em superfície pelo terreno. Segundo nosso informante, Rosemiro Souza da Cunha, nas *roças centrais* (localizadas nos fundos do terreno da Vila) encontram material cerâmico.

Boa Vista da Campina (UTM 22M 0574332,9752644)

Sítio cerâmico localizado na Fazenda do Sr. Benedito Pantoja Leite, na margem direita do rio Jacundá. Possui área elevada de terra firme onde observamos fragmentos cerâmicos próximos à casa do proprietário e no barranco junto ao rio. Presença de castanheiras antigas. O sítio está bastante alterado pela construção de casa de madeira, serraria, pasto e roças. Segundo o proprietário, ao trabalhar em suas terras já encontrou "botijas de barro, xícaras e panelas de ferro grosso".

Bom Jardim (UTM 22M 0586246,9763494)

Sítio cerâmico localizado na propriedade do Sr. Benedito Pastana, na margem direita do rio Panaúba, próximo às cabeceiras deste rio, em frente à ocorrência Pinheiro. Caracteriza-se por uma área elevada de terra firme e com presença de castanheiras. O sítio está impactado pela construção de uma casa de madeira, igreja de alvenaria, casa de farinha, serraria e roças. Observamos fragmentos cerâmicos dispersos pelo terreno. Segundo nosso informante Edivaldo Monteiro da Silva, ao trabalharem na plantação da roça encontraram fragmentos cerâmicos.

Buiuçu (UTM 22M 0613339,9699348)

Sítio lito-cerâmico situado no terreno conhecido como Buiuçu, de propriedade de Iolanda Rocha Freitas, na margem direita do rio Jacundá. Possui área elevada de terra firme com solo escuro (possivelmente terra preta), e presença de castanheiras antigas. Encontra-se alterado pela construção de uma casa e por roças. Este sítio está separado do sítio Castanhal Grande pelo igarapé Aliança. Observamos material cerâmico no barranco em direção ao rio e pela superfície do terreno. Segundo informado por Dionete Contente Lemos, a proprietária Iolanda encontrava material cerâmico em suas roças, entre eles uma botija. Coletamos um fragmento de lâmina de machado polida, que estava fora de contexto.

Castanhal (UTM 22M 0594189,9776042)

Sítio cerâmico situado na localidade Castanhal de propriedade do Sr. José Maria Guimarães Cardoso, caracterizada por área elevada de terra firme, na margem esquerda do igarapé Pimental, que deságua na margem direita do rio Panaúba. Observamos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície e em uma antiga roça, e o proprietário nos informou que ao chegar no terreno encontrava grande quantidade de material arqueológico. Presença de muitas castanheiras e solo escuro (possivelmente terra preta). Área alterada por casas de madeira e serraria. Informante: José Maria Filho Gonçalves.

Castanhal Grande (UTM 22M 0613485,9697224)

Sítio lito-cerâmico localizado na comunidade Castanhal Grande (também conhecida como São Sebastião), que fica na margem direita do rio Jacundá. Possui área bastante elevada de terra firme com solo escuro e muito material arqueológico disperso em superfície com maior concentração junto à margem do rio. Presença de muitas castanheiras. O sítio encontra-se impactado pela construção de casas de madeira, centro comunitário, escola e roças. Segundo o Sr. Miguel Pereira, é comum encontrar material cerâmico nas roças e pelo povoado. Recebemos como doação uma lâmina de machado polida, dois fragmentos de lâmina de machado, lascas e um fragmento cerâmico com incisões.

Deus é Fiel (UTM 22M 0587805,9736954)

Sítio cerâmico localizado no terreno da Congregação Deus é Fiel, situada na margem direita do rio Jacundá, em área elevada de terra firme com muitas castanheiras. O informante *Xixita* nos levou até sua plantação de milho e arroz que fica acima do centro da congregação, na margem do rio, onde observamos grande quantidade de material cerâmico exposto no solo revirado pela plantação. Afirmou já ter encontrado três "pedras de raio" quando iniciou as plantações. Esta área é separada do centro da comunidade pelo igarapé Adelino, porém este não se estende para dentro do terreno, e por este motivo registramos a área como um único sítio arqueológico.

Flexal (UTM 22M 0612849,9692476)

Sítio lito-cerâmico localizado no terreno conhecido como Flexal, que é ocupado por cinco famílias de remanescentes quilombolas, situado na margem direita do rio Jacundá. Possui área elevada de terra firme com grande área de solo escuro (possivelmente terra preta), e presença de castanheiras. O sítio se encontra alterado por construções de casas, casa de farinha e roças. Observamos grande quantidade de material cerâmico em superfície e material lítico. Por toda a estrada e no barranco em direção ao rio é visível a concentração de fragmentos cerâmicos. Segundo a Sra. Francisca da Silva Leão, ao trabalharem em suas roças e plantando em seus quintais encontravam muitos fragmentos, mas que perderam por não lhes terem serventia. Recebemos como doação um fragmento de rodela de fuso, uma borda decorada, um fragmento cerâmico modelado e uma lâmina de machado polida.

Galiléia (UTM 22M 0597322,9778418)

Sítio do tipo sambaqui localizado na Congregação Galiléia, situada na margem direita do igarapé Pimental, em área elevada de terra firme com castanheiras e solo escuro (possivelmente terra preta). O sítio está impactado por construções de casas de madeira, casa de farinha, campo de futebol e roças. Observamos fragmentos dispersos em superfície pelo terreno. Durante a primeira visita ao local o Sr. José Sousa da Silva informou que encontrava grande quantidade de material arqueológico durante a construção das casas da comunidade, e destacou a ocorrência de cachimbos de barro e moedas de bronze (ele ainda possui três moedas de bronze que encontrou próximo de sua casa). Indicou um local com ocorrência de grande quantidade de conchas e carapaças de moluscos. Em uma segunda visita ao sítio foi constatada a grande ocorrência de material malacológico misturado com fragmentos cerâmicos e solo escuro. Alguns fragmentos cerâmicos aparentemente foram temperados com conchas, dos quais foi coletada uma amostra. Esta área se localiza aos fundos da casa do Sr. José Carlos Vasconcelos de Souza, e na ocasião da visita ele informou que este material não estava ex-

posto em superfície e que o encontrou durante a limpeza da área para a roça de mandioca, ocorrendo até uma profundidade de 1,20m.

Lima (UTM 22M 0589910,9728924)

Sítio lito-cerâmico situado nas terras da Serraria Lima, de propriedade do Sr. José Pereira Márcio Silva, em área elevada de terra firme, na margem esquerda do rio Jacundá, com diversas castanheiras. Observamos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície em um bosque de castanheiras próximo ao alojamento dos trabalhadores da serraria, com terreno mais elevado que o restante. Nesta área o solo é menos alterado que o das demais áreas do terreno, que se apresentam já muito impactadas por construções de casas e alojamentos, serraria, passagens de trator, aterro, fábrica de farinha e pista de pouso. Coletamos um fragmento lítico foram de contexto. O proprietário afirmou já ter encontrado uma "pedra de raio" nesta área.

Limoeiro (UTM 22M 0601777,9715782)

Sítio cerâmico situado na vila Limoeiro, em área elevada de terra firme na margem direita do rio Jacundá, com presença de castanheiras e solo escuro (possivelmente terra preta). Observamos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície e junto ao barranco em direção ao rio. Área impactada pela construção de casas de madeira, igreja e roças.

Mapuá (UTM 22M 0593010,9723206)

Sítio cerâmico localizado na Vila Mapuá, na margem direita do rio Jacundá. Possui área bastante elevada de terra firme onde observamos diversos fragmentos cerâmicos em superfície e uma maior concentração na área de plantio de cacau que fica atrás da casa da Sra. Luzia Alves. Presença de muitas castanheiras. O sítio se encontra impactado pela construção de casas, casa de farinha, campo de futebol e roças. Segundo o informante, Sr. João Guiomar de Freitas, ao limpar o terreno de sua casa (próximo a um barranco da vila) encontrava muita cerâmica, louças e terra preta nos fundos do terreno.

Maranhão (UTM 22M 0597214,9777948)

Sítio cerâmico situado na localidade Maranhão, na margem direita do igarapé Pimental, ao lado do sítio Galiléia, estando divididos pelo igarapé Obá. Este terreno pertence ao Sr. José Sousa da Silva, que é dono da Galiléia. Possui área elevada de terra firme com presença de castanheiras. O sítio encontra-se alterado pela construção de uma antiga casa. Observamos fragmentos cerâmicos (entre eles uma alça) em superfície pelo terreno, que possui solo coberto por folhagens.

Novo Jordão (UTM 22M 0606591,9714668)

Sítio cerâmico situado na localidade denominada de Novo Jordão, caracterizada por área elevada de terra firme, na margem direita do rio Jacundá, com presença de castanheiras. Observamos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície e junto ao barranco em direção ao rio. Área impactada pela construção de casas de madeira.

Paraíso (UTM 22M 0602747,9780166)

Sítio cerâmico localizado no terreno denominado de Sítio Paraíso, de propriedade da Sra. Maria Pantoja, situado à margem esquerda do rio Mocajuba. Foram observados fragmentos cerâmicos dispersos pela superfície na roça de mandioca que fica aos fundos da casa da proprietária. A área é de terra firme, que segue para o interior do terreno, onde se localizam as demais roças de seus filhos e onde, segundo a informante, Maria do Socorro dos Santos Silva, também ocorre material arqueológico. Esta informou sobre a presença de material arqueológico no terreno do seu pai, o Sr. Manoel Caetano da Silva (terreno conhecido como São Domingos), e no Carapina, ambos localizados "mais acima do rio Mocajuba". Há presença de castanheiras na área elevada do terreno. A área é alterada por construções de casas de madeira e roças. Este sítio é delimitado a sul pelo Igarapezinho, que o divide do sítio Urucuzal.

Pedreira (UTM 22M 0613692,9693930)

Sítio lito-cerâmico localizado no terreno conhecido como Pedreira na margem direita rio Jacundá. Possui área elevada de terra firme com uma extensa área de solo escuro (possivelmente terra preta) e grande quantidade de material cerâmico exposto por uma estrada aberta por trator. Presença de diversas castanheiras. O sítio está bastante alterado por construções de casas, casa de farinha, serraria e roças. Observamos material cerâmico disperso em superfície e uma maior concentração em um caminho em direção ao rio. Coletamos uma borda vazada e um quebra-coquinho.

Ponta Fora (UTM 22M 0612191,9700650)

Sítio cerâmico localizado no terreno Ponta Fora (que pertence à comunidade Boa Esperança, formada por remanescentes de quilombolas), na margem direita do rio Jacundá. Possui área elevada de terra firme com solo escuro (possivelmente terra preta), com presença de castanheiras e grande quantidade de material cerâmico disperso em superfície. Encontra-se bastante impactado pela construção de casas de madeira, escola, casa de farinha, campo de futebol e roças feitas pela comunidade, que costuma plantar na terra preta devido à sua fertilidade. Segundo Odete Gomes, a comunidade também possui roças do outro lado do rio, na margem esquerda, onde também costumam encontrar fragmentos cerâmicos. Observamos dois vasilhames cerâmicos com bordas afloradas em superfície.

Porto de Oeiras (UTM 22M 0615136,9705500)

Sítio cerâmico localizado na comunidade Porto de Oeiras, na margem direita do rio Jacundá. Possui área bastante elevada de terra firme, com solo escuro (possivelmente terra preta), e diversas castanheiras. O sítio está bastante alterado pela construção das casas de madeira, escola, igreja, estrada de terra e roças. Observamos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície.

Prainha (UTM 22M 0607004,9712114)

Sítio lito-cerâmico localizado no terreno denominado de Prainha, de propriedade do Sr. Benedito Farias de Lima, com área elevada de terra firme na margem esquerda do rio Jacundá, onde ocorre extensa faixa de solo escuro (possivelmente terra preta) e diversas castanheiras. Observamos grande quantidade de material cerâmico e lítico, dispersos pela superfície de todo o terreno, e no barranco em direção ao rio. Área alterada por casas de madeira e roças. O proprietário informou que também encontra grande quantidade de material arqueológico em suas *roças centrais* (localizadas nos fundos do terreno). Do material cerâmico ocorreram fragmentos com decoração plástica elaborada, tais como: incisões e excisões geométricas, bordas vazadas e com aplique combinado com incisões, e do material lítico observamos uma pré-forma de lâmina de machado, dois fragmentos de lâmina de machado polida e lascas. Este material descrito acima foi coletado como fragmentos diagnósticos para análise, por estarem fora de contexto.

Rezende (UTM 22M 0594312,9777298)

Sítio cerâmico situado nas terras da Fazenda São Sebastião de propriedade do Sr. Rezende, estando na margem esquerda do igarapé Pimental, que deságua na margem direita do rio Panaúba. Caracteriza-se por área elevada de terra firme, com muitas castanheiras e onde observamos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície. Sítio impactado por casas de madeira, casa de farinha e roças.

Rocinha (UTM 22M 0613344,9691530)

Sítio cerâmico localizado no terreno conhecido como Rocinha, de propriedade do Sr. Dilmar de Souza Pinto, que fica na margem direita do rio Jacundá. Possui uma área bastante elevada de terra firme com solo areno-argiloso de coloração escura, e com presença de castanheiras antigas. O sítio se encontra impactado pela construção de casas, casa de farinha, a estrada Transcametá e roças. Este sítio está separado do sítio Flexal pelo igarapé Rocinha.

O material cerâmico encontra-se disperso pela superfície do terreno. Segundo Dilmar de Souza Pinto, quando estão trabalhando nas plantações de suas roças encontram bastante material cerâmico.

Santa Terezinha (UTM 22M 0591778,9716646)

Sítio cerâmico situado na localidade Santa Teresinha, em área bastante elevada de terra firme na margem esquerda do rio Jacundá, com presença de solo escuro (possivelmente terra preta). Observamos muitos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície e junto ao barranco em direção ao rio. Área impactada pela construção de casas de madeira e roças. O informante, Sr. Olívio Farias Marinho, afirmou encontrar muito material arqueológico na área, inclusive "pedra de raio". Há uma lagoa no terreno que é utilizada pelos moradores como fonte de água mineral.

São Francisco (UTM 22M 0594804,9777530)

Sítio cerâmico situado no terreno São Francisco, de propriedade da Sra. Nazaré Moraes, estando na margem esquerda do igarapé Pimental, que deságua na margem direita do rio Panaúba. Caracteriza-se por área elevada de terra firme, com muitas castanheiras e onde observamos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície. Área impactada por casas de madeira, casa de farinha e roças. Este sítio está separado do Sítio Rezende pelo igarapé conhecido localmente como Divisa. Informante: Francisca do Socorro Moraes.

São Sebastião (UTM 22M 0594072,9776348)

Sítio cerâmico situado na Fazenda São Sebastião, de propriedade do Sr. Rezende, estando na margem esquerda do igarapé Pimental (encontra-se antes do sítio Castanhal, sentido Panaúba/Pimental), que deságua na margem direita do rio Panaúba. Caracteriza-se por área elevada de terra firme, onde observamos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície e em uma horta suspensa. Área bastante alterada por casas de madeira, pasto e curral. Presença de castanheiras.

Seripe (UTM 22M 0603279,9783422)

Sítio cerâmico localizado no terreno conhecido como Seripe, de propriedade do Sr. Francisco Vieira Moraes, situado na margem esquerda do rio Mocajuba. Foram observados fragmentos cerâmicos dispersos pela superfície próximos à casa do proprietário e na roça. Informou que em outra roça encontrou um fundo de vasilhame cerâmico e grande quantidade de fragmentos. A área é elevada e de terra firme que se estende para o interior do terreno, onde se localizam outras roças. Presença de castanheiras. Sítio impactado por casa de madeira e roça. A ocorrência de material cerâmico se estende pela área de terra firme junto à margem do rio, que é delimitada a norte pelo igarapé Espera e a sul pelo igarapé Japu.

Sítio Patauá (UTM 22M 0587086,9766612)

Sítio cerâmico situado no terreno conhecido localmente como Patauá, de propriedade do Sr. Patrício Eugênio Gonçalves, na margem direita do rio Panaúba. Este sítio se encontra separado do sítio Boa Vista pelo igarapé mulata. Possui área elevada de terra firme com presença de castanheiras. O sítio foi alterado pelas construções de casa de madeira, casa de farinha e roças. Observamos material cerâmico disperso em superfície, com uma maior concentração no terreiro da casa de moradia. Segundo nossa informante, Maria Divânia Alves, ao plantarem em suas roças encontram material cerâmico.

Tatituquara (UTM 22M 0613135,9701272)

Sítio cerâmico localizado na comunidade de remanescentes quilombolas Tatituquara, que fica na margem direita do rio Jacundá. Possui área bastante elevada de terra firme com presença de castanheiras. Este sítio está separado do sítio Ponta Fora pelo igarapé Buiuçu. Encontra-se alterado pela construção de casas, centro comunitário, escola, casa de farinha e roças. Observamos grande quantidade de material cerâmico disperso em superfície e pelo barranco em direção ao rio. Segundo o Sr. Raimundo Borges de Sousa, que mora há tempos nessa terra, já encontrou muito material cerâmico e

lítico nas roças. Já o Sr. Benedito Martins informou que durante a construção do centro comunitário "chegaram a usar mais de dez latas de fragmentos cerâmicos para fazer o piso".

Terra Alta (UTM 22M 0584452,9738072)

Sítio lito-cerâmico situado no cemitério Terra Alta, que pertence à localidade Mato Grosso, situado em área elevada de terra firme na margem esquerda do rio Jacundá, ao lado do centro da localidade. Presença de castanheiras. Observamos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície e em um monte de terra nos fundos do cemitério. Coletamos um fragmento de lâmina de machado polida.

Urucuzal (UTM 22M 0602729,9779696)

Sítio cerâmico localizado no terreno conhecido como Urucuzal, de propriedade do Sr. Domingos dos Santos Silva, situado na margem esquerda do rio Mocajatuba, que deságua na margem direita do rio Pará. Foram observados fragmentos cerâmicos dispersos pela superfície na roça próxima à casa do proprietário, até uma antiga tapera junto ao Igarapezinho. A área é de terra firme, que se estende para o interior do terreno onde se localizam as demais roças do Sr. Domingos onde, segundo o informante, ocorre grande quantidade de material arqueológico. Há presença de castanheiras. A área é alterada por construções de casas de madeira e roçados. Segundo o mesmo, próximo às *roças centrais* há solo escuro.

Sítios Arqueológicos em Breves

Antônio Lemos (UTM 22M 0136120, 05080916)

Sitio histórico localizado no Distrito de Antonio Lemos, à margem direita do rio Macujubim (direção Macujubim-Jaburu) em extensa área de terra firme. Segundo os moradores, a área no passado era ocupada por uma serraria e servia como entreposto de borracha. Atualmente, a comunidade é constituída por casas, uma igreja com adoração à Nossa Senhora de Nazaré e uma parte das ruínas de uma serraria. Há ainda um cemitério muito antigo, que, segundo a informante Senhora Maria Luzia, é utilizado até os dias atuais.

Castanha (UTM 22M 0141823, 05065682)

Sítio cerâmico localizado no igarapé Castanha, tributário da margem esquerda do rio Jaburu, situado em área elevada de terra firme com declive em direção ao igarapé. Os fragmentos cerâmicos foram observados no declive em direção ao igarapé, possivelmente movidos pela chuva. Esta não possui proprietário atual, e, no passado, segundo relato da senhora Sebastina Balieiro da Silva, o local era utilizado como roça de mandioca. Aos fundos do terreno há um campo de futebol que reúne moradores de localidades próximas sendo usada com área recreativa e para coleta de frutas variadas como uxi e castanha.

Castanheira (UTM 22M 0141210 , 05068260)

Sítio cerâmico localizado em área elevada de terra firme com declive em direção ao rio Macujubim, situando-se à margem direita deste (sentido Macujubim-Jaburu). Os fragmentos cerâmicos estavam dispersos no declive próximo ao rio e no campo de futebol na área elevada do terreno. Na frente do sítio há duas grandes castanheiras que dão nome ao local. Segundo nosso guia, essas terras são de propriedade do Sr. Carlos Alberto Felix Ferreira, que mora no rio Jaburu, onde localizamos o sítio arqueológico Jaburu. Suas terras se estendem até a área das castanheiras.

Jaburu (UTM 22M 0140108, 05067647)

Sítio arqueológico multicomponencial, apresentando material histórico e pré-histórico localizado na propriedade do senhor Carlos Alberto Félix Ferreira, na margem esquerda do rio Jaburu, localidade Posse Boa Esperança. Situado em área de terra firme, apresenta uma faixa de várzea à frente do terreno. O material arqueológico foi encontrado disperso em superfície próxima à várzea. No terreno há muitas castanheiras e aos fundos uma área de roça de mandioca.

São José (UTM 22M 0156431, 05044863)

Sítio cerâmico localizado no Sítio São José, de propriedade do Sr. José de Souza Abreu, na comunidade São Pedro, situada na vicinal 3 da PA-159. O sítio se encontra em área de terra firme na margem do igarapé da Roça. O material estava disperso por todo terreno, sendo esta área bastante citada pelos moradores como local de ocupação antiga e com grande quantidade de fragmentos cerâmicos. A área é ocupada por moradia, casa de farinha mecanizada, roças e capoeira.

Gurupá (UTM 22M 0138218, 05060122)

Sítio cerâmico localizado no igarapé Gurupá, afluente da margem esquerda do rio Jaburuzinho. Encontra-se em área elevada de terra firme em uma bifurcação do rio Gurupá, com predominância de vegetação de mata de várzea. Essa área não é ocupada por roças e a presença de castanheiras foi indicador da área de terra firme onde encontramos material arqueológico. Registramos fragmentos cerâmicos no barranco à margem do igarapé. O sítio se localiza a 2km da boca do igarapé Gurupá. A área de terra firme é bastante extensa.

Igarapé da Roça (UTM 22M 0136319, 05062843)

Sítio cerâmico situado em uma área de antigo roçado de propriedade do Sr. Reginaldo Farias Pinheiro no Igarapé da Roça, afluente da margem direita do rio Jaburuzinho, na localidade denominada de Posse São Joaquim. Situado em área elevada e extensa de terra firme com algumas faixas de várzea pelo terreno. Evidenciamos fragmentos grandes de cerâmica dispersos pela superfície. O Sr. Reginaldo afirmou já ter encontrado muitos fragmentos cerâmicos nesse terreno, inclusive uma pequena botija inteira. Informou ainda que no terreno em frente a esse sítio, na outra margem do Igarapé da Roça, também existe material arqueológico (Sítio Santa Luzia II), e essa área não é ocupada por roças devido à criação de porcos. O sítio se encontra a 680m da boca do Igarapé da Roça.

Majuim (UTM 22M 0134971, 05056912)

Sítio cerâmico encontrado em uma das áreas de roça de mandioca da Sra. Maria de Nazaré Palheta Gardel no Igarapé Majuim, afluente da margem esquerda do rio Jaburuzinho. A área se localiza em terreno elevado de terra firme, onde encontramos material cerâmico próximo a um buraco de tatu e argila queimada dispersa pela superfície. O terreno da roça estava coberto por galhos e vegetação, o que dificultou o acesso ao sítio e a localização de maior quantidade de material arqueológico. Segundo a informante, na época da colheita de mandioca foram encontrados muitos fragmentos cerâmicos por toda a área. O sítio está localizado a 1,4 km da boca do Igarapé Majuim.

Periquitinho (UTM 22M 0135594, 05058468)

Sítio cerâmico encontrado no terreno do Sr. José Gama, atual proprietário, que o comprou do antigo morador chamado de *periquitinho*. Situa-se à margem direita do rio Jaburuzinho em terreno elevado de terra firme. Na entrada do terreno existe a estrutura da casa do antigo morador. O material cerâmico que localizamos em superfície está depositado em área plana ao fundo dessa estrutura onde registramos uma concentração de pequenos fragmentos. Atrás do terreno existe um campo de futebol onde não encontramos material arqueológico.

Posse Nazaré I (UTM 22M 0137100, 05061672)

Sítio cerâmico encontrado nas terras da Sra. Maria do Carmo Batista, localizado à margem esquerda do rio Jaburuzinho, na localidade Posse Nazaré. O sítio se encontra em terreno elevado, com material arqueológico encontrado disperso ao redor da moradia e na roça, que se situa no fundo da casa. Segundo informações da proprietária, os fragmentos cerâmicos ficam mais aparentes quando há chuvas, em função da lavagem do terreno pelas águas.

Posse Nazaré II (UTM 22M 0136939, 05061605)

Sítio cerâmico encontrado nas terras da Sra. Nicelaura Gomes

Batista, localizado à margem esquerda do rio Jaburuzinho, na localidade de Posse Nazaré, distante 200m do sítio arqueológico Posse Nazaré I, do qual é separado por um pequeno furo que se estende aos fundos do terreno, e que, segundo a informante, é usado como "caminho de puxar madeira". Encontramos fragmentos cerâmicos apenas na praia em frente à casa que foram movidos pela chuva. A área de moradia compreende uma faixa de terra firme entre o rio jaburuzinho e o furo mencionado.

Santa Luzia (UTM 22M 0137117, 05063351)

Sítio cerâmico localizado nas terras do Sr. Reginaldo Farias Pinheiro, à margem direita do rio Jaburuzinho, na localidade Posse Santa Luzia, em área elevada de terra firme. O material arqueológico foi encontrado disperso pela propriedade, onde identificaram-se diversos fragmentos cerâmicos ao redor e sob a casa. Ao lado da casa a, aproximadamente, 50m, existe um cemitério onde são enterradas somente crianças. A área de terra firme se estende por 500m ao fundo do terreno e é delimitada à direita pelo Igarapé da Roça e à esquerda pelo Igarapé do Furo.

Zezé (UTM 22M 0142652, 05067832)

Sítio cerâmico localizado nas terras do senhor Eliezer Cardoso, no igarapé Ituá, também tributário da margem direita do rio Jaburu. Situado em área elevada de terra firme com declive acentuado em direção ao igarapé, o material foi encontrado em superfície na área de declive. No sítio há grande quantidade de árvores frutíferas, tais como castanheiras, mangueiras, açaizeiros, etc. Nos fundos do terreno, há uma área de roça e grande faixa de terra firme.

Sítios Arqueológicos em Gurupá

Ajo (UTM 22M 0440870,9833990)

Sítio cerâmico localizado na comunidade Ajó, na margem esquerda do rio Pucuruí, que deságua no rio Amazonas. Possui área elevada de terra firme com extensa ocorrência de solo escuro (possivelmente terra preta), e presença de castanheiras. O sítio se encontra impactado pela construção de casas, igreja, casas de farinha e roças. Desde o ramal do Ajó, que dá acesso ao centro da comunidade, foi observado solo de terra preta e grande concentração de material cerâmico aflorado em superfície. Segundo alguns moradores, ao trabalharem em suas roças e plantando em seus quintais encontravam fragmentos, mas que se perderam por não lhes ter serventia. Coletamos fragmentos diagnósticos que estavam rolados no caminho.

Ano I (UTM 22M 0447501,9830378)

Sítio cerâmico situado na localidade Ano, terreno da Sra. Miriam Pimentel de Melo, localizado na margem esquerda do igarapé Taueré, que desemboca na margem direita do rio Pucuruí. Este sítio está separado do sítio Ano II por uma grota que entra para o terreno. Área elevada de terra firme com vegetação de mata onde foi observada grande quantidade de fragmentos cerâmicos dispersos em superfície e junto ao barranco em direção ao igarapé. Há presença de solo escuro (possivelmente terra preta). Próximo à margem do igarapé e à casa da informante existe uma faixa de terra firme com cerâmica em superfície, e a esquerda tem uma área bem mais elevada onde também ocorre material em abundância. Na roça também se encontra material. O sítio encontra-se impactado pela construção de uma casa de madeira e roçados.

Ano II (UTM 22M 0446865,9830764)

Sítio cerâmico situado na localidade Ano, terreno da Sra. Sebastiana do Socorro Oliveira de Souza, localizado na margem esquerda do igarapé Taueré, que desemboca na margem direita do rio Pucuruí. Este sítio está separado do sítio Ano I por uma grota que entra para o terreno, estando antes do mesmo (subindo o igarapé Taueré). Área elevada de terra firme com vegetação de mata. Foi observada grande quantidade de fragmentos cerâmicos dispersos em superfície, na roça e junto ao barranco em direção ao rio. O sítio encontra-se impactado pela construção de casa de madeira e roçados.

Boa Esperança (UTM 22M 0437508,9830004)

Sítio cerâmico situado na localidade Boa Esperança, na margem direita do rio Pucuruí, que desemboca na margem direita do rio Amazonas. Área elevada de terra firme com vegetação ombrófila e presença de castanheiras, que está localizada entre a localidade Pedreira e Conceição do Pucuruí I. Foi observada grande quantidade de fragmentos cerâmicos dispersos em superfície na área de um campo de futebol e junto a um barranco em direção ao rio. Há presença de solo escuro (possivelmente terra preta) e cobertura de areia. O sítio encontra-se impactado pela construção de casas e campo de futebol.

Bom Jardim (UTM 22M 0435320,9828234)

Sítio cerâmico localizado na comunidade de Bom Jardim, à margem direita do rio Pucuruí, que deságua no rio Amazonas, antes do sítio Fé em Deus. Possui área elevada de terra firme com solo de terra preta. O sítio encontra-se impactado pela construção de casas, casa de farinha e roças utilizadas pelos moradores. Observamos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície, no barranco em direção ao rio e pelo terreno.

Brasília (UTM 22M 0439412,9844362)

Sítio cerâmico localizado na propriedade do Sr. Ambrósio Pinheiro na localidade Brasília, junto à margem esquerda do braço do igarapé Bacá, que deságua no rio Amazonas. Possui área elevada de terra firme. O sítio foi impactado por casas de madeira e casa de farinha. Apresenta solo areno-argiloso com coloração escura (possivelmente terra preta), onde observamos material cerâmico disperso em superfície.

Camutá do Pucuruí I (UTM 22M 0435928,9826916)

Sítio cerâmico localizado na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, na Vila de Camutá, na margem esquerda do igarapé Camutá, que desemboca na margem direita do rio Pucuruí. Possui área elevada de terra firme, com solo de terra preta por todo o terreno desta comunidade, que segundo o Sr. Pedro Pereira de Almeida é uma reserva extrativista (RESEX). O sítio encontra-se alterado pela construção de casas e plantação de roças. Observamos fragmentos cerâmicos disperso por toda superfície e uma maior concentração na horta, onde Haia também muitas pedras. Dona Maria e seu Pedro Pereira disseram que, há 50 anos, existia nesse local muitos fragmentos cerâmicos, mas com a retirada de pedras para construções o material foi se perdendo.

Camutá do Pucuruí II (UTM 22M 0435721,9827972)

Sítio cerâmico localizado na margem esquerda do igarapé Camutá, que desemboca na margem direita do rio Pucuruí, que fica antes do terreno do Sr. Mamede. Possui área elevada de terra firme, com solo arenoso e coloração escura (possivelmente terra preta). O sítio encontra-se impactado pela construção de casas de madeira, casa de farinha e plantação de roças. Observamos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície pelo terreno.

Capoeirãozinho (UTM 22M 0445234,9832036)

Sítio cerâmico situado na localidade Capoeirãozinho, terreno do Sr. Aldo Marques Lima, localizado na margem esquerda do igarapé Taueré, que desemboca na margem direita do rio Pucuruí. Este sítio encontra-se antes do sítio Castanheira (subindo o igarapé). Área elevada de terra firme com vegetação de mata com castanheiras. Foi observada grande quantidade de fragmentos cerâmicos dispersos em superfície próximo a casa do proprietário e no barranco junto à margem do igarapé. O terreno é ocupado por casas de madeira e roça. Ocorre solo escuro (provavelmente terra preta).

Carrazedo (UTM 22M 0397636,9825056)

Sítio multicomponencial (pré-colonial/cerâmico e histórico) localizado na comunidade São José (remanescente de quilombolas), distrito de Carrazedo na margem direita do rio Amazonas, em área bastante elevada de terra firme onde se localizam roçados de alguns moradores, parte dos pisos de um antigo cartório ("Casa Branca") e de uma igreja que datam do século XIX,

como informado pelos guias Sr. Adelino Pantoja e Sandoval "Alho", período em que esta área correspondia ao centro da vila de Carrazedo, agora localizada na margem do rio Xingu. Está área elevada de ocorrência de material arqueológico se encontra nos fundos do atual centro da comunidade, que é caracterizado por uma faixa de várzea. Observamos um fragmento lítico e diversos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície especialmente na roça do Sr. Sandoval, no antigo cemitério e no barranco do terreno elevado (pela trilha que dá acesso ao terreno elevado).

Castanheira (UTM 22M 0445764,9831502)

Sítio cerâmico situado na localidade Castanheira, terreno do Sr. Hermes Marques Lima, localizado na margem esquerda do igarapé Taueré, que desemboca na margem direita do rio Pucuruí. Este sítio encontra-se antes do sítio Uxizal (subindo o igarapé), porém na margem oposta. Área bastante elevada de terra firme com vegetação de mata com castanheiras. Foi observada grande quantidade de fragmentos cerâmicos dispersos em superfície em uma estrada aberta para transporte de madeira, o que expôs grande quantidade de material e a presença de solo escuro (possivelmente terra preta) com cobertura de areia por toda a área. O sítio encontra-se impactado pela construção de casa de madeira, estrutura de antiga casa, roça, serraria e uma área aterrada. Os informantes Joelson Marques Lima e Denildo Santos Ferreira indicaram um local com presença de grande quantidade de material cerâmico em uma cachoeira nos fundos do terreno, porém ficava muito longe.

Conceição (UTM 22M 0438276,9844300)

Sítio cerâmico localizado na propriedade do Sr. José Denis Primavera Pinto na Vila Conceição junto à margem esquerda do igarapé Bacá, que deságua no rio Amazonas. Possui área elevada de terra firme. O sítio está alterado pela construção de uma casa de madeira, casa de farinha e roça. Apresenta solo com coloração escura (possivelmente terra preta) por toda a área das casas e próximo ao igarapé. Observamos muitos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície.

Conceição do Pucuruí I (UTM 22M 0438343,9830364)

Sítio cerâmico situado na comunidade Conceição, localizada na margem direita do rio Pucuruí, que desemboca na margem direita do rio Amazonas, estando entre os sítios arqueológicos Boa Esperança e Conceição do Pucuruí II. Área elevada de terra firme com vegetação de mata e presença de castanheiras. Foi evidenciada grande quantidade de fragmentos cerâmicos dispersos em superfície próximos à casa e junto ao barranco em direção ao rio. Há presença de solo escuro (possivelmente terra preta) e cobertura de areia. O sítio encontra-se alterado pela construção de moradia e casa de farinha. Foram coletados alguns fragmentos diagnósticos, entre eles dois fragmentos de base.

Conceição do Pucuruí II (UTM 22M 0438410,9830518)

Sítio cerâmico situado na comunidade Conceição, localizada na margem direita do rio Pucuruí, que desemboca na margem direita do rio Amazonas, correspondendo ao centro da comunidade. Este sítio está separado do sítio Conceição do Pucuruí I por uma grota que entra para o terreno. Durante a visita ao sítio não havia informantes. Área elevada de terra firme com vegetação de mata e presença de castanheiras. Foi observada grande quantidade de fragmentos cerâmicos dispersos em superfície e junto ao barranco em direção ao rio. Há presença de solo escuro (possivelmente terra preta) e cobertura de areia. O sítio encontra-se impactado pela construção de moradias e igreja.

Correnteza (UTM 22M 0428335,9828612)

Sítio cerâmico localizado na comunidade de Correnteza na margem esquerda do rio Pucuruí que deságua no rio Amazonas. Possui área bastante elevada de terra firme com solo de terra preta. Sua vegetação é caracterizada por árvores frutíferas e castanheiras antigas. O sítio encontra-se impactado pela construção de casas, serraria e pela retirada de terra para a construção de outras casas em terra firme. Segundo dona Maria Elienete França, as famílias que estão nessa comunidade chegaram há menos de um ano. Observamos material cerâmico aflorado na área onde serão construídas as novas casas.

Doutrina (UTM 22M 0401866,9820726)

Sítio cerâmico localizado na comunidade Doutrina, na margem esquerda do rio Ipixuna, que deságua na margem direita do rio Xingu. Realizamos vistoria na primeira casa da comunidade, de propriedade do Sr. Joaquim Soares, e observamos fragmentos cerâmicos dispersos pela superfície próximos à casa e em um "caminho de puxar madeira" que apresentava solo bastante revolvido, o que expôs o material arqueológico que estava misturado com fragmentos de telhas e tijolos. A área é bastante elevada e de terra firme, com solo escuro (possivelmente terra preta) com terraço plano que segue para o interior do terreno onde se localizam as roças dos moradores da comunidade e que, segundo o informante, ocorre material arqueológico. As áreas de solo escuro são usadas para os roçados e como adubos.

Fé em Deus (UTM 22M 0431909,9828752)

Sítio cerâmico situado na comunidade de Fé em Deus, na margem esquerda do rio Pucuruí que deságua no rio Amazonas. Possui área elevada de terra firme e com solo de terra preta. O sítio encontra-se impactado pela construção de casas, campo de futebol, serraria e a estrada que leva até Gurupá. Os fragmentos cerâmicos estão dispersos pelo terreno, mas a maior concentração está na estrada onde o solo foi revirado pelo trator.

Gurupá (UTM 22M 0428415,9844882)

Sítio multicomponencial localizado na cidade de Gurupá, onde além do Forte de Gurupá observamos fragmentos cerâmicos (material pré-colonial) dispersos em superfície na esquina da Av. São Benedito, em frente à casa da Sra. Madalena de Souza, que informou já ter encontrado material cerâmico próximo a Igreja Matriz.

Gurupá-Miri (UTM 22M 0422048,9839106)

Sítio cerâmico localizado na comunidade de Gurupá-Miri (remanescente de quilombolas), junto à margem direita do igarapé Gurupá-Miri. Possui

área elevada de terra firme, com solo escuro (possivelmente terra preta). O sítio está bastante alterado pela construção das casas, escola, igreja, barracão comunitário, pelas roças e pela retirada de terra para a abertura de um ramal que leva às comunidades de Axiquara e Maria Ribeira 1 e 2. Observamos fragmentos cerâmicos em grande quantidade dispersos em superfície por todo o terreno do centro da comunidade, pelo ramal que leva a Axiquara e nas roças. No centro da comunidade observamos duas vasilhas enterradas onde aparecem apenas suas bordas afloradas. Um morador possui uma garrafa de grês.

Hilton (UTM 22M 0431506,9843348)

Sítio cerâmico localizado na propriedade (que funciona como balneário) do Sr. Hilton Lobato, junto à margem esquerda do igarapé Itapereira. Possui área elevada de terra firme com solo arenoso. O sítio está impactado pela construção de uma casa e um barracão. Observamos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície. Realizamos coleta de superfície.

Ilha Kakurí (UTM 22M 0442461,9834094)

Sítio cerâmico situado na localidade Kakurí, que se encontra na margem direita do igarapé Taueré, que desemboca na margem direita do rio Pucuruí. Caracteriza-se por uma área de terra firme junto à margem do igarapé, que, segundo a proprietária, é uma ilha de terra seguida por um igapó e um terreno muito elevado que segue para os fundos do terreno, com castanheiras, solo escuro e muito material cerâmico. Foi observada grande quantidade de fragmentos cerâmicos dispersos em superfície próximo à casa da proprietária e no barranco junto à margem do igarapé. O terreno é ocupado por casa de madeira e casa de farinha.

Itapereira (UTM 22M 0430929,9843326)

Sítio cerâmico localizado na propriedade do Sr. Manoel Martins da Silva, junto à margem esquerda do igarapé Itapereira, tratando-se de um balneário. O sítio está impactado pela construção de uma casa de alvenaria,

um salão de festa e solo bastante revirado pela retirada de terra para aterro de uma área do balneário. Foram observados fragmentos cerâmicos dispersos em superfície próximos a algumas seringueiras.

Jacupí (UTM 22M 0427146,9843458)

Sítio cerâmico localizado na propriedade do Sr. Jean Marie Royer, na margem esquerda do rio Jacupí. Possui área elevada de terra firme com extensa área de solo escuro (possivelmente terra preta). O sítio está bastante alterado pela retirada de terra e pedras para a construção de uma pousada. Observamos fragmentos cerâmicos dispersos por superfície por toda área. Segundo Jean Marie e Maria Benedita (sua esposa), durante a retirada de terra e pedra, encontraram uma urna a mais ou menos 60 a 70 cm de profundidade com ossos, mandíbula e outras vasilhas menores associadas. Recebemos alguns fragmentos cerâmicos como doação e fotografamos a coleção pessoal de Jean Marie.

Jocojó (UTM 22M 0417768,9833870)

Sítio lito-cerâmico e multicomponencial (com material pré-colonial e histórico) localizado na Vila de Jocojó, caracterizada por remanescentes de quilombolas, que está na margem esquerda do igarapé Jocojó, que deságua no rio Amazonas. Trata-se de uma área elevada com grande faixa de terra firme e vários pontos de solo escuro (possivelmente terra preta) bastante utilizados para roçados. O sítio apresenta-se alterado por construções de moradias, campo de futebol, igreja e cemitério, além de algumas áreas de retirada de terra. Foi observada grande quantidade de material cerâmico disperso em superfície por toda a vila, inclusive expostos por atividades de roçados. Fotografamos uma lâmina de machado polida de posse de um dos moradores que foi coletada no centro da vila. Coletamos uma bala de bronze, cuja ocorrência, segundo informado, é freqüente na área, assim como chumbo.

Laranjal (UTM 22M 0397104,9820842)

Sítio cerâmico localizado na Fazenda Laranjal, de propriedade do Sr. Fuadi Bitais (morador do município de Porto de Móz) situada na margem esquerda do rio Ipixuna, que deságua na margem direita do rio Xingu. Observamos fragmentos cerâmicos dispersos pela superfície junto ao barranco próximo ao igarapé, que apresentava solo revolvido pela ação de tratores no barranco próximo ao igarapé. A área é bastante elevada e de terra firme com terraço plano que segue para o interior do terreno. Há presença de castanheiras na área elevada do terreno. A área também é alterada por construções de casas de madeira e pasto.

Maria Ribeira II (UTM 22M 0419527,9836476)

Sítio cerâmico localizado na comunidade de Maria Ribeira II junto ao braço do igarapé Maria ribeira. Possui área elevada de terra firme com solo areno-argiloso e de coloração escura (possivelmente terra preta). O sítio está impactado pela construção de casas, barracão comunitário, a igreja e pelo aterro do ramal entre Maria Ribeira I e II. A terra para este aterro foi retirada de área da comunidade, o que expôs grande quantidade de material arqueológico em superfície. Coletamos fragmentos cerâmicos com decorações plásticas elaboradas que estavam junto à igreja, já fora de contexto.

Mouriço (UTM 22M 0425326,9826916)

Sítio cerâmico localizado no Mouriço – Comunidade de Perpétuo Socorro - situado na margem esquerda do rio Pucuruí, que deságua no rio Amazonas. Possui área elevada de terra firme com material cerâmico disperso em superfície. Apresenta solo de terra preta por toda a área do sítio. Sua vegetação é constituída por árvores frutíferas e castanheiras antigas. O sítio encontra-se impactado pela construção de casas de madeira, casa de farinha e roças feitas pela comunidade que costuma plantar em terra preta por causa da fertilidade.

Munitiba (UTM 22M 0413681,9834132)

Sítio cerâmico situado na localidade Munituba, nas terras da família do Sr. Manuel Aragão, próximo à cabeceira do igarapé Munituba. Área bastante elevada de terra firme com vegetação de mata e presença de castanheiras. Observamos fragmentos cerâmicos em um barranco em direção ao igarapé. Há presença de solo escuro (possivelmente terra preta).

Pavilhão da Benção (UTM 22M 0422875,9826120)

Sítio cerâmico localizado na comunidade Pavilhão da Benção, na margem esquerda do rio Pucuruí, que deságua no rio amazonas. Possui área elevada de terra firme com solo escuro (possivelmente terra preta) e grande quantidade de material cerâmico disperso em superfície, especialmente no barranco em direção ao rio. O sítio se encontra impactado pela construção de casas de madeira e roças. Coletamos fragmentos com decoração plástica fora de contexto.

Pedreira (UTM 22M 0426557,9839872)

Sítio cerâmico localizado na comunidade Pedreira à margem esquerda do rio Arinuá, que deságua no rio Amazonas. Possui área elevada de terra firme com solo escuro (possivelmente terra preta), com presença de castanheiras e grande quantidade de material cerâmico disperso em superfície. O sítio está impactado por construções de casas, casa de farinha, escola, igreja e roças.

Pedreira do Pucuruí (UTM 22M 0436643,9829462)

Sítio cerâmico localizado na comunidade de Pedreira, conhecido também como Escolão, na margem direita do rio Pucuruí que deságua no rio Amazonas. Possui área elevada de terra firme com solo de terra preta por todo o terreno. Sua vegetação é constituída por árvores frutíferas e castanheiras antigas. O sítio encontra-se impactado pela construção de casas, casa de farinha e plantações de roças e hortas. Observamos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície pelo terreno.

Piquiá (UTM 22M 0430340,9843660)

Sítio cerâmico localizado na propriedade do Sr. Manoel Herculano Medeiros de Deus no terreno denominado de Piquiá, junto à margem esquerda do igarapé Itapereira. O sítio está impactado pela construção de uma casa de madeira e outra de farinha. Segundo nosso informante Sebastião Reis, ao plantar na roça encontra fragmentos cerâmicos. Observamos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície, e um vasilhame com as bordas afloradas em superfície. Presença de castanheiras.

Prainha (UTM 22M 0414948,9834218)

Sítio cerâmico localizado nas terras da Vila Jocojó, junto ao braço Prainha, que deságua no igarapé Jocojó, ao norte do centro da Vila. Na área existe uma casa de farinha do casal Sebastião de Aragão Fonseca e Vilma Muniz de Aragão. Observamos material cerâmico disperso na superfície junto ao barranco em direção ao braço Prainha. A área caracteriza-se por um terreno plano e elevado que se estende por uma grande faixa, onde durante a caminhada ao sítio observamos áreas de solo escuro (possivelmente terra preta) ocupadas por roçados. Há presença de castanheiras. Este sítio foi indicado durante a visita ao centro da Vila, e apesar de ocuparem uma única faixa de terra, há entre eles uma área extensa sem material arqueológico.

Remoaldo (UTM 22M 0425205,9826794)

Sítio cerâmico situado na localidade de Remoaldo, da proprietária Maria de Nazaré Alves, na margem esquerda do rio Pucuruí, que deságua no rio Amazonas. Possui área elevada de terra firme com solo de terra preta. Sua vegetação é constituída de árvores frutíferas e castanheiras antigas. O sítio encontra-se impactado pela construção de uma casa de madeira, uma casa de farinha e roças. Observamos material cerâmico próximo à margem do rio e pela superfície do terreno.

São Pedro (UTM 22M 0437661,9843102)

Sítio cerâmico localizado na propriedade do Sr. Miguel Fonseca da Silva, na Vila São Pedro, junto à margem direita do igarapé Bacá, que deságua no rio Amazonas. Possui área elevada de terra firme. O sítio está alterado pela construção de uma casa de madeira, casa de forno e roça. Observamos fragmentos cerâmicos dispersos pela superfície do terreno.

Terra Alta (UTM 22M 0443326,9833644)

Sítio cerâmico situado na localidade Terra Alta, terreno do Sr. Sebastião Bena Farias, que se encontra na margem direita do igarapé Taueré, que desemboca na margem direita do rio Pucuruí. Caracteriza-se por uma área de terra firme junto à margem do igarapé, seguida por um terreno muito elevado, ocupado por roças. No topo do terreno elevado ocorre um terraço plano que segue para os fundos do terreno e se estende por uma grande área de terra firme com vegetação de mata e castanheiras. Foi observada grande quantidade de fragmentos cerâmicos dispersos em superfície próximo a casa do proprietário, na roça e no barranco junto à margem do igarapé. O terreno é ocupado por casas de madeira e roça. Ocorre solo escuro (provavelmente terra preta) no topo da área elevada.

Terra Preta (UTM 22M 0392550,9814694)

Sítio cerâmico situado na localidade Terra Preta, na margem esquerda do Braço do Camutá, que deságua na margem esquerda do rio Ipixuna. Ocorreu grande quantidade de fragmentos cerâmicos dispersos em superfície no centro da localidade, nas roças e no campo de futebol. Foi observada uma grande faixa de solo escuro (possivelmente terra preta) que se estende ao longo da margem do braço do Camutá e para os fundos do terreno, onde se concentram as roças de alguns moradores e onde ocorre material arqueológico. A área é de terreno elevado e de terra firme com vegetação ombrófila e roçados. Presença de castanheiras no terreno. Na roça do Sr. Raimundo Jordão, localizada próximo ao campo de futebol, observamos fragmentos grandes e com caraipé. Realizamos coleta de superfície, tendo em vista o alto impacto que o sítio sofre com a roça, dos quais um fragmento de borda com decoração plástica elaborada.

Timborana (UTM 22M 0437575,9833148)

Sítio cerâmico localizado na comunidade Boa Vista do Timborana, junto à margem esquerda do braço Timborana, que deságua no rio Pucuruí. Possui uma área elevada de terra firme com solo escuro (possivelmente de terra preta), com presença de castanheiras. O sítio encontra-se impactado pela construção de casas e casa de farinha. Observamos um vasilhame cerâmico com as bordas afloradas em superfície. O material cerâmico foi observado disperso em superfície nas proximidades das casas. A comunidade possui roças em área de terra preta.

Uxizal (UTM 22M 0446880,9831034)

Sítio cerâmico situado na localidade Uxizal, terreno do Sr. Carmito, localizado na margem direita do igarapé Taueré, que desemboca na margem direita do rio Pucuruí. Este sítio encontra-se antes do sítio Ano II (subindo o igarapé), porém na margem oposta. Área bastante elevada de terra firme com vegetação de mata com castanheiras e inclinação acentuada em direção ao igarapé. Foi observada grande quantidade de fragmentos cerâmicos dispersos em superfície e junto ao barranco em direção ao igarapé. Há presença de solo escuro (possivelmente terra preta) com cobertura de areia por toda a área. Na roça também se encontra material. O sítio encontra-se impactado pela construção de casa de madeira e roças. Durante a visita ao sítio não havia informante.

Sítios Arqueológicos em Melgaço

Boa Vista (UTM 22M 0189806, 05079836)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Anapu, na comunidade Boa Vista. Encontramos material cerâmico na área em frente a comunidade. Próximo à área de barranco encontramos uma vasilha enter-

rada apenas com as bordas expostas em superfície. Segundo a informante, Senhora Laerde Maria Pantoja, nas áreas de roças são observados muito material arqueológico.

Bom Jesus (UTM 22M 0187990, 05092395)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Anapu, na comunidade Bom Jesus, também conhecida localmente como Patrício (antigo proprietário das terras). Situa-se em área bastante elevada de terra firme com uma faixa de praia em frente da comunidade. Encontramos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície na frente do local, misturados com restos de telhas e tijolos, e atrás da igreja evangélica Congregação Bom Jesus. Não encontramos informante neste local.

Cabecinha (UTM 22M 0169621, 05058927)

Sítio histórico localizado na margem esquerda do rio Tajapuru nas terras do Sr. Julio Amorim na vila São Luiz. Segundo o informante, Sr. Tibucio Pantoja da Costa, os barracões foram construídos entre os anos de 1905-1910 e eram utilizados como entreposto de borracha; depois passaram a comercializar arroz e milho e em seguida passou a ser fabrica de palmito, atualmente os barracões encontram em ruínas e a fabrica desativada.

Fé em Deus (UTM 22M 0183843, 05099921)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Anapu, na vila Fé em Deus. Situa-se em área elevada de terra firme com fragmentos cerâmicos dispersos em superfície ao lado e atrás da casa da informante, a senhora Maria Creusa de Souza. Esta nos informou que o igarapé Mapaú divide as terras de Fé em Deus e da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Ilha Santa Cruz (UTM 22M 0178137, 05115441)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Anapu na Ilha Santa Cruz. A informante, Sra. Maria Raimunda Pantoja de Nascimento, afirmou que esta ilha é a maior da Ilha do Marajó, e que ela alcança a frente de Melgaço. A área compreende uma extensa faixa de terra firme e de praia, onde encontramos muitos fragmentos de cerâmica dispersos pela superfície. Segundo a informante, nas roças de mandioca existe muito material arqueológico.

Livramento (UTM 22M 0188887, 05082044)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Anapu, na comunidade Livramento. Neste sítio encontramos muitos fragmentos cerâmicos e uma concentração de vasilhas enterradas, das quais evidenciamos as bordas afloradas em superfície.

Mar da Galiléia (UTM 22M 0187496, 05088070)

Sitio cerâmico localizado na Ilha denominada de Mar da Galiléia, no meio do rio Anapu, em frente a cidade de Portel. Encontramos cerâmica de toda área de terra firme e no barranco da praia. A informante, senhora Maria Ferreira de Oliveira informou já ter encontrado potes inteiros de cerâmica com potes menores em seu interior.

Melgaço (UTM 22M 532033, 9800214)

Sítio multicomponencial localizado na cidade de Melgaço. O sitio encontra-se na parte antiga da cidade, próximo da igreja e na orla. Observamos fragmentos de cerâmica em superfície além de coleções particulares compostas de material histórico. Na praia localizada em frente à cidade encontramos material histórico, como louças e garrafas de vidro e grés.

Monte Sinai (UTM 22M 0183846, 05101541)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Anapu, na Ilha Monte Sinai próximo à entrada do furo Arienga. Área bastante elevada de terra firme, onde encontramos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície próximo ao barranco da praia. Segundo a informante, Doraci Ramos Ribeiro, o igarapé Arienga separa as terras de Monte Sinai das terras da vila Fé em Deus.

Nossa Senhora de Nazaré (UTM 22M 0188692, 05077622)

Sítio multicomponencial localizado em área elevada de terra firme na margem direita do rio Anapu, comunidade Nossa Senhora de Nazaré. O material cerâmico foi evidenciado em área de praia. O informante Sr. José Maria Silva dos Santos revelou já ter encontrado louças, garrafas, um tinteiro de grês, machado de pedra e cachimbo na área.

Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (UTM 22M 0184006, 05097639)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Anapu, na comunidade Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, próximo à boca do furo Fortaleza, em frente à ilha do Sol. A área é bastante elevada e encontramos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície ao lado da casa da senhora Francisca Pinto Lisboa.

Paricatuba (UTM 22M 0189628, 05080643)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Anapu, na comunidade Paricatuba. Encontramos muito material pré-colonial disperso no barranco da praia e em terra firme. Segundo o informante, Sr. Ronilson Duarte da Silva, nas áreas de roças há muito material arqueológico.

Sambaqui Tucumã (UTM 22M 0531529, 9801066)

Sitio do tipo sambaqui, localizado na periferia da cidade de Melgaço, no bairro Tucumã. Consiste em uma extensa área de solo escuro com material cerâmico e malacológico exposto em superfície pelas obras de implantação da torre de telefonia móvel. O sítio encontra-se bastante alterado com grande quantidade de material arqueológico revirado.

Santa Luzia I (UTM 22M 01.81289, 051.08505)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Anapu na localidade Santa Luzia. Situa-se em área elevada de terra firme, onde encontramos muitos fragmentos em superfície. A senhora Maria Aldenora do Carmo Maia informou ter encontrado em sua roça uma vasilha de barro inteira que doou para um historiador de Portel, o Sr. Helinaldo Ferreira Monteiro. Informou ainda que na roça se encontra uma forno de barro e fragmentos de cerâmica.

Santa Maria (UTM 22M 0187259, 05084906)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Anapu na comunidade Santa Maria. Encontramos cerâmica em superfície ao redor de uma antiga escola. O sítio está localizado em área de terra firme cortado por uma ponta de várzea.

Santo Antônio (UTM 22M 0176378, 05120258)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Anapu, na comunidade Santo Antônio. Área elevada de terra firme, com faixa de praia na frente do terreno onde encontramos fragmentos cerâmicos próximos ao barranco da praia e por uma parte limpa do terreno. O informante, Manoel Flores da Luz, nos informou que na roça tem muito material arqueológico e que encontrou um pote de barro bem grande, mas o quebraram. Na praia encontrou uma "garrafa de olaria".

São Benedito I (UTM 22M 0187600, 05092847)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Anapu na comunidade São Benedito. Situa-se em área bastante elevada onde encontramos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície ao lado da casa da senhora Nerci Lopes. Segundo a informante, senhora Maria Bareta Gomes, as terras de São Benedito são separadas das terras de Bom Jesus pelo igarapé Meraxiá.

São Benedito II (UTM 22M 0183575, 05103633)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Anapu, na comunidade São Benedito. Situa-se em área elevada de terra firme com faixa de praia na frente. Encontramos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície e uma vasilha enterrada com as bordas afloradas em superfície. O Sr. Orisvaldo Pereira Codovil informou ter encontrado material arqueológico durante o plantio de mandioca na roça.

São Bento (UTM 22M 0182498, 05104134)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Anapu, na vila São Bento. A área é bastante elevada e de terra firme, onde encontramos fragmentos dispersos em superfície próximo a uma mangueira. O informante, Sr. Emilio Gonçalves dos Santos, nos informou que quando chegou nesta terra encontrava "garrafas de mel" e fragmentos cerâmicos na praia.

São Miguel Arcanjo (UTM 22M 0184969, 05094967)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Anapu, na comunidade São Miguel Arcanjo. A área é bastante elevada com um barranco próximo àfaixa de praia em frente da comunidade. Encontramos fragmentos cerâmicos em área de terra firme dispersos na roça recém queimada do Sr. Graciano Ferreira Trindade.

São Paulo (UTM 22M 0181731, 05112307)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Anapu, em área elevada de terra firme na localidade São Paulo. Observamos muitos fragmentos cerâmicos dispersos no quintal e no pé de uma ameixeira. A senhora Apolônia Martins Pantoja e seu esposo o Sr. Paulo Moura Araújo afirmam encontrar nas roças muitos fragmentos cerâmicos durante o plantio das roças.

Sítio Santa Luzia II (UTM 22M 0181491, 05109249)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Anapu na comunidade Santa Luzia, que se encontra em área elevada de terra firme e praia na frente. Encontramos fragmentos cerâmicos disperso em superfície. Segundo a senhora Rosa Pinheiro da Silva, na roça se encontra muito material arqueológico. Esta nos mostrou dois fragmentos de fundo de vasilhames que coletou na área de roça. Esta parte da comunidade Santa Luzia é formada apenas por uma ponta de terra que é circundada por igapó, que o separa do sítio Santa Luzia I.

Sítio Santo Antonio do Apeú (UTM 22M 01.78202, 051.06564)

Sítio cerâmico localizado no igarapé Apeú, tributário da margem direita do rio Anapu. Localiza-se em área de terra firme elevada, onde encontramos muitos fragmentos de cerâmica dispersos em superfície nas terras do Sr. Nazareno da Conceição Oliveira.

Sítios Arqueológicos em Portel

Campo de Natureza (UTM 22M 0182919, 05064561)

Sítio cerâmico em área de terra firme localizado na propriedade do Sr. José Antonio situado na margem esquerda do rio Tajapuru na comunidade Pacoval. Na área existe um lago denominado de campo de natureza que foi cortado por uma estrada; os fragmentos cerâmicos foram observados no solo revolvido para construção desta estrada.

Ilha das Pedras (UTM 22M 0199315 , 05096118)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Pacajá, na localidade Ilha das Pedras, Ilha Grande do Pacajaí. Situado em área elevada de terra firme, onde encontramos diversos fragmentos cerâmicos em superfície próximo ao barranco da praia e dispersos pelo terreno. O informante Sr. Ediomar Rodrigues Chaves afirmou ter encontrado muito material arqueológico nas roças. Segundo o mesmo, existe um furo (não soube informar o nome) que separa a Ilha das Pedras das terras da Vila do Iracema, onde localizamos um sítio arqueológico de mesmo nome.

Ilha Feia I (UTM 22M 0190023, 05087579)

Sítio multicomponencial localizado no furo Jacundaí, que liga a baia de Portel ao rio Anapú, na Ilha Feia. Evidenciamos muitos fragmentos cerâmicos e de louças e garrafa de cerveja de grês em área elevada de terra firme. Segundo a informante senhora Paulina Soares da Silva nas áreas de roça se encontra muito material arqueológico.

Ilha Feia II (UTM 22M 0189744, 05087565)

Sítio cerâmico localizado no furo Jacundaí, que liga a baia de Portel ao rio Anapú, na Ilha Feia, nas terras do Sr. Raimundo Nonato. Este sítio situa-se ao lado do sítio Ilha Feia I em uma ponta de terra firme separada da ilha por um igarapé que não souberam informar o nome. O material cerâmico foi evidenciado disperso em superfície na frente da casa do Sr. Raimundo.

Livramento (UTM 22M 0207750, 05080275)

Sítio cerâmico localizado na margem esquerda do rio Camarapí no sítio Livramento. Situa-se em área elevada de terra firme onde encontramos fragmentos cerâmicos dispersos pela superfície do terreno. O Sr. João de Aquino Neto informou que enquanto realiza a limpeza do terreno encontra muitos fragmentos cerâmicos. A área esta bastante alterada pela construção de casas, serraria, roçados, estrada de terra e ação de caminhões. Caminhamos até sua roça, que está a 776 m de sua casa, onde o mesmo diz encontrar material, inclusive uma vasilha de barro inteira, porém não encontramos nenhum fragmento em superfície.

Monte Sião (UTM 22M 0182927, 05110507)

Sítio cerâmico localizado na margem esquerda do rio Anapu, na Ilha Grande do Pacajaí, na comunidade Monte Sião. Área bastante elevada e extensa de terra firme onde encontramos diversos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície e em uma área de terra revolvida por uma caminho de puxar madeira. Esta área encontra-se na entrada do furo Curumeteu. O sítio encontra-se bastante impacto pela construção de casas, de caminhos de puxar madeira e roças.

Nossa Senhora Aparecida (UTM 22M 0181867, 05114300)

Sítio cerâmico localizado na margem esquerda do rio Anapu junto à boca do rio Pacajaí, Ilha Grande do Pacajaí, na vila Nossa Senhora Aparecida. Área elevada de terra firme com praia na frente onde encontramos fragmentos cerâmicos em superfície. O informante Sr. Flávio Oliveira Alves (artesão) informou que na roça tem muito material arqueológico.

Nova Jerusalém (UTM 22M 0200831, 05086866)

Sítio cerâmico localizado na margem esquerda do rio Pacajá, na Vila Nova Jerusalém, anteriormente denominada de São Pedro, em frente à Santa Luzia do Pacajá, onde também encontramos um sitio arqueológico. Área elevada de terra firme com praia na frente onde encontramos muitos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície, pelo quintal da casa do Sr. Oscar Morais Batista e Senhora Miradir Grana Brabo. Nos informara-nos que nas suas roças próximas de sua casa e no "mato grande" tem muito material arqueológico. A área está próxima a boca do igarapé Iaquara.

Pacoval (UTM 22M 0180339, 05064647)

Sítio multicomponencial com material pré-colonial (muitos fragmentos cerâmicos) e colonial (fragmentos de louças com motivos crinado azul, pintado à mão floral policromo e esponjado azul). Localizado em área elevada de terra firme nas terras do Sr. José Antônio "Charão", na comunidade Pacoval, na margem direita do rio campinas. A área de terra firme é muito extensa e está bastante alterada pela construção de moradias, curral, roça e estrada.

Paraíso (UTM 22M 0187815, 05088247)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Anapu na comunidade Paraíso em frente à Ilha Mar da Galiléia. Observamos muitos fragmentos cerâmicos em superfície, em área de terra firme. Nos fundos da casa da senhora Nilma Sueli da Silva Mascarenhas existe um vasilhame de cerâmica semi-inteiro que foi encontrado pelo seu filho em frente da casa.

Perpétuo Socorro (UTM 22M 0205083, 05081698)

Sítio cerâmico localizado na margem esquerda do rio Camarapi, na Vila Perpétuo Socorro, Ilha da Mucura. Situa-se em área elevada com praia, onde encontramos diversos fragmentos cerâmicos próximo à igreja do Perpétuo Socorro. A informante Denise Almeida Gibson afirma que se pode encontrar fragmentos de garrafa e louça na área.

Pimental (UTM 22M 0188835, 05090735)

Sítio cerâmico localizado na margem esquerda do rio Anapu, na localidade Pimental, Ilha Grande. Situa-se em uma área bastante elevada de terra firme onde encontramos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície próximo ao barranco da praia e da estrutura de uma antiga casa.

Ponta Nazarezinho (UTM 22M 0190267,05085515)

Sítio cerâmico localizado na margem esquerda do rio Anapu na comunidade Nazarezinho, em frente à cidade de Portel, dividida pelo rio Pacajá. Encontramos material cerâmico na área de roça queimada do Sr. Valdemir Brasão Gomes. Segundo este, nas áreas de roça e na beira da praia encontraram muitos fragmentos cerâmicos, panelas de barro, moedas, louças e garrafa.

Santa Fé (UTM 22M 0186536, 05113534)

Sítio cerâmico localizado na margem esquerda do rio Pacajai na localidade Santa Fé na Ilha Grande do Pacajai. Situa-se em área elevada de terra firme onde encontramos fragmentos cerâmicos em superfície junto a uma seringueira no terreno do Sr. Edmilson Fereira dos Santos. Caminhamos até a casa do pai do Edmilson, o Sr. Manoel dos Santos, e também encontramos material na área, porém os terrenos são próximos e por isso consideramos como um único sítio arqueológico. Este último informou que na área de roça encontra muito material arqueológico.

Santa Luzia da Ilha Grande (UTM 22M 0190603, 05087613)

Sítio cerâmico localizado no furo Jacundaí, que liga a baia de Portel ao rio Anapú, na Ilha Grande situada em frente à ilha Feia. A área é bastante elevada e possui uma extensa faixa de terra firme e praia. Localizamos muitos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície ao lado da Igreja Santa Luzia, que dá nome à localidade.

Santa Luzia do Pacajá (UTM 22M 0200103, 05066738)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Pacajá. Situa-se em área elevada de terra firme com praia na frente. Encontramos muitos fragmentos em superfície, porém é uma área de fazenda que esta bastante alterada pela construção de moradias, pasto e ação de tratores. Não encontramos informantes na área.

Santa Rosa (UTM 22M)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Anapu em frente à cidade de Melgaço, nas terras do Sr. Luiz Bernado Ferreira Lobato, na localidade Santa Rosa. O sítio localiza-se em área de terra firme bastante alterado pela construção de uma serraria, de roças e de moradias. Segundo o informante havia na área um antigo casarão na margem do rio. Informou, ainda, que na roça já encontrou muito material arqueológico.

Santa Rosa, Congregação Jesus é Fiel (UTM 22M 0197694, 05099624)

Sítio multicomponencial localizado na margem esquerda do rio Pacajaí na Vila Santa Rosa (Congregação Jesus é Fiel), Ilha Grande do Pacajaí. Situado em área elevada de terra firme onde encontramos diversos fragmentos cerâmicos em superfície. A Sra. Roseli Pastik da Luz informou já ter encontrado muito material arqueológico nas suas áreas de roça de mandioca, como fragmentos de potes de barro e de porcelana. As crianças da vila coletaram variados vestígios, tais como fragmento de garrafa de grês (bebida conhecida como Genebra), cachimbo, base de porcelana e bolinhas de chumbo (estas úl-

timas foram evidenciadas na frente da Congregação Jesus é Fiel). Informaram ainda que já coletaram medalhas, moedas de prata e bijuterias.

Santíssima Trindade (UTM 22M 0207228, 05080980)

Sítio cerâmico localizado na margem esquerda do rio Camarapi na Comunidade Santíssima Trindade. Situa-se em área elevada com praia onde encontramos vários fragmentos cerâmicos em superfície e dispersos pelo terreno. O Sr. Adalberto Gibson dos Santos coletou uma lâmina de machado de pedra na sua roça nos fundos do terreno, onde diz ter muitos fragmentos cerâmicos. Afirmou, ainda, ter encontrado fragmentos de louças e garrafa na área.

Santo Agostinho (UTM 22M 0199696, 05096943)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Pacajá, na Vila Santo Agostinho, Ilha Grande do Pacajaí. Situado em área elevada de terra firme onde encontramos diversos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície na frente e nos fundos do terreno. O informante Sr. Delson Serrão Pantoja afirmou ter encontrado muito material arqueológico nas roças. Segundo o mesmo, o igarapé Ataú e o furo Bacuri dividem as terras dessa vila das terras da comunidade vizinha denominada de São João, onde localizamos um sítio arqueológico de mesmo nome.

São João (UTM 22M 0197163, 05089674)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Pacajá na Comunidade São João, vila Sipriano. Situa-se em área elevada de terra firme com faixa de praia, onde evidenciamos diversos fragmentos cerâmicos em superfície dispersos pelo terreno da comunidade e próximo ao barranco da praia. O informante, Sr. Miguel Ferreira da Costa Filho, informou que na roça também se encontra muito material arqueológico, inclusive fragmentos de louças de porcelanas. Informou ainda, que em uma roça a 20 minutos de caminhada de sua casa entrando na mata tem um local com muito material arqueológico, onde existe um lago, próximo.

São José I (UTM 22M 0188399, 05092861)

Sítio cerâmico localizado na margem esquerda do rio Anapu, na comunidade São José. Situa-se em área bastante elevada de terra firme, onde encontramos fragmentos dispersos em superfície na frente do local e na área de roça. Segundo o informante, Sr. José Gomes Passarinho, durante as atividades de roça se encontra muito material arqueológico.

São José II (UTM 22M 0185121, 05102739)

Sítio cerâmico localizado na margem esquerda do rio Anapu na vila São José. Área elevada de terra firme, onde encontramos fragmentos cerâmicos atrás de uma casa. A informante diz encontrar muitos fragmentos e potes pequenos inteiros na área de roça de mandioca atrás da comunidade.

São Miguel (UTM 22M 0188848, 05092393)

Sítio cerâmico localizado na margem esquerda do rio Anapu, na comunidade São Miguel. Situa-se em área elevada de terra firme onde encontramos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície, ao lado da Igreja Glorioso São Miguel. O Sr. João Cocino Ribeiro informou que nas áreas de roçados encontraram fragmentos cerâmicos, potes de barro enterrados com as bordas expostas em superfície e garrafas.

São Sebastião I (UTM 22M 0190037, 05087998)

Sítio cerâmico localizado na vila São Sebastião, no furo Jacundaí, que liga a baia de Portel ao rio Anapu, na Ilha Feia. Situado em área elevada de terra firme, onde encontramos fragmentos cerâmicos próximo ao barranco da praia. Segundo o informante João Oleno Barbosa Gomes, encontra-se muito material arqueológico nas áreas de roça nos fundos do terreno.

São Sebastião II (UTM 22M 0183304, 05111428)

Sítio cerâmico localizado na margem esquerda do rio Anapu na boca do furo Curumeteu, Ilha Grande do Pacajaí, na comunidade São Sebas-

tião. Área elevada de terra firme com faixa de praia na frente. Encontramos diversos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície. A informante Ivete do Socorro Flores Rodrigues nos disse que nas roças da área existem muitos materiais arqueológicos, e que na praia as crianças sempre encontram fragmentos de louça antiga.

São Sebastião III (UTM 22M 0182904, 05111904)

Sítio multicomponencial localizado na margem esquerda do rio Anapu na comunidade São Sebastião, Ilha Grande do Pacajaí. Área elevada de terra firme com praia na frente. Evidenciamos diversos fragmentos cerâmicos e um fragmento de garrafa de cerveja de grês próximo ao barranco da praia. O Sr. Luiz Ferreira Gomes de Sousa encontrou uma concentração grandes de fragmentos de cerâmica ao um buraco próximo da casa de farinha. A área esta alterada pela construção de casas, escola e limpeza do terreno. Este sítio esta associado ao sítio São Sebastião II.

Sítio Ponta Alegre (UTM 22M 0191591, 05110617)

Sítio cerâmico localizado na margem esquerda do rio Pacajai, após a entrada do rio Anijó (no lado direito do Pacajaí) na localidade Ponta Alegre, Ilha grande de Pacajaí. Área elevada de terra firme onde encontramos um fragmento de fundo de vasilha ao lado da casa da senhora Maria Soares dos Santos. Esta senhora informou que encontra muitos fragmentos na roça.

Sítio Santo Amaro (UTM 22M 0216498, 05076713)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Camarapi na Comunidade Santo Amaro. Situa-se em área elevada de terra firme com faixa de praia onde encontramos fragmentos cerâmicos. A informante Senhora Maria Jose Lobato Leite diz ter encontrado muitos fragmentos na roça. A área encontra-se alterada pela construção de casas e caminhos de puxar madeira que segundo a informante são bem antigos.

Sítio São João da Boa Vista (UTM 22M 0218921, 05074711)

Sítio cerâmico localizado na margem esquerda do rio Camarapi na localidade São João da Boa Vista. Situa-se em área elevada de terra firme onde encontramos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície.

Sítio Vale da Benção (UTM 22M 0212445, 05076741)

Sítio cerâmico localizado na margem direita do rio Camarapi na Comunidade Vale da Benção. Situa-se em área elevada de terra firme onde encontramos fragmentos cerâmicos em superfície. Caminhamos até a antiga tapera do Sr. Enoque de Almeida Silveira onde encontramos uma concentração de muitos fragmentos cerâmicos. A Senhora Arlete Castor da Silveira informou que nas roças pode se encontrar muitos fragmentos cerâmicos.

Vila Medeiros (UTM 22M 0183831, 05104130)

Sítio cerâmico localizado na margem esquerda do rio Anapu na fazenda do Sr. Elias Medeiros. Situa-se em área elevada de terra firme com fixa de praia na frente, com fragmentos dispersos em superfície. A área encontra-se bastante alterada pela construção de moradias, ação de tratores e pasto.

Vila São José (UTM 22M 0184432, 05099741)

Sítio cerâmico localizado na vila São José (comunidade de Menino Deus), na margem esquerda do rio Anapu. Situa-se em área bastante elevada com terra firme e uma faixa de praia na frente da comunidade. Encontramos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície próximos a uma casa de farinha e da estrutura de uma antiga habitação. Segundo o informante, Sr. Anésio Vale Brasão, o igarapé Utinga divide as terras da vila São José das terras da Comunidade Menino Deus.

Vista Alegre (UTM 22M 0199566, 05095339)

Sítio cerâmico localizado na margem esquerda do rio Pacajá na vila Vista Alegre (Congregação Assembléia de Deus, Nova Sião). Situa-se em área elevada de terra firme com praia onde evidenciamos fragmentos cerâmicos dis-

persos em superfície. Encontramos uma concentração de fragmentos em uma área de queima decorrente da limpeza do terreno. Nos fundos do terreno tem área de roçado onde a informante Maria Dalila dos Santos de Souza diz encontrar muito material arqueológico. Segundo esta, as terras de Vista Alegre "emendam" com as do rio Camarapi. Área alterada pela construção de moradias e limpeza do terreno.

Sítios Arqueológicos em Santa Cruz do Arari

Ananatuba (UTM 22M 0704094, 9930836)

Sítio cerâmico localizado na Fazenda Ananatuba, do proprietário Frederico Lobato Tavares, com elevação de, aproximadamente, 2m de altura com relação ao nível do campo, estando a oeste do Lago Arari e ao sul da Fazenda Santa Bárbara. A área está bastante alterada pela construção da sede da fazenda e da casa do vaqueiro, passagens de trator, retirada de terra e curral. Observamos muitos fragmentos cerâmicos em superfície. O proprietário informou que durante a construção da casa foi retirado um fundo de pote. Informou ainda que a área do entorno da sede da fazenda era mais elevada, porém foi se desgastando com as enchentes do Lago Arari e com o uso do terreno, inclusive por um antigo curral. A área mais elevada do entorno da sede da fazenda mede, aproximadamente, 30m de comprimento e 20m de largura, sendo que não alaga durante o inverno. A 100m ao sul desta, existe outra área de terreno elevado (S 704165 W 9930430) onde observamos maior quantidade de material cerâmico, além de estar melhor preservada. Coletamos alguns fragmentos diagnósticos.

Casa Velha (UTM 22M 0681432, 9933734)

Sítio cerâmico localizado próximo ao Retiro Nanã, nas terras da Fazenda Santo Elias, de propriedade de Guilherme Benchimol. Situado na margem direita do Igarapé Nanã que desemboca no rio Mocoões. Durante a visita seguimos pelo canal Casa Velha, que separa este sítio que está em sua margem direita, da ocorrência Casa Velha situada em sua margem esquerda. Este canal desemboca no Igarapé Nanã. A área de terreno elevado mede, aproximadamente, 70m de largura e se estende por 200m, com 3m de altura. Evidenciamos grande quantidade de material arqueológico constituído de material cerâmico bem fragmentado devido à movimentação de gado.

Curupitá (UTM 22M 0698321, 9945956)

Sítio cerâmico localizado na Fazenda Curupitá, de propriedade de Elias Benchimol. Localizado entre os sítios Ilha Grande e Apií, em área elevada de, aproximadamente, 1m de altura, com 20m de largura e 40m de comprimento em média, e terreno arenoso onde encontramos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície ao redor de uma casa de madeira. Em frente à fazenda passa o Igarapé Apií, que dá acesso à sede de Santa Cruz do Arari no inverno. O sítio está alterado pela construção de uma casa de madeira e estrutura de um antigo curral.

Fazenda Madeira (UTM 22M 0698332, 9918546)

Sítio cerâmico localizado na Fazenda Madeira, de propriedade de Pedro Paulo Guimarães Nacio, estando na margem direita do rio Anajás-Mirim, junto ao igarapé das Mercês, que se estende até a Vila Santa Rita. A área mais elevada mede, aproximadamente, de 3m a 4m de altura em relação ao nível do rio. Não podemos estimar sobre dimensões porque observamos material em superfície desde a margem do braço das Mercês até a sede da fazenda num intervalo de 900m, porém o material cerâmico pode ter sido transportado durante o aterro da área da sede, uma vez que o solo foi retirado de próximo da margem do igarapé das Mercês que era mais elevada. A área é alterada pela construção de duas casas de madeira, um curral e um açude. Observamos maior quantidade de cerâmica junto à margem do igarapé das Mercês, que fica alagado durante o inverno.

Flor do Anajás (UTM 22M 0701252, 9917536)

Este sítio cerâmico foi localizado e pesquisado em 1950 por Hilbert. O sítio está a 80m ao norte da boca do rio Anajás-Mirim (área conhecida localmente como *Flor do Anajás*), a oeste do rio Arari que corresponde a sua margem direita. Encontra-se num barranco onde observamos grande quantidade de material cerâmico em superfície e dispersos em direção ao rio Arari. Coletamos-se alguns destes fragmentos junto ao rio, entre eles um aplique modelado. A área apresenta, aproximadamente, de 3 a 4 metros de altura em relação ao nível do rio, 30m de largura, e 80m de comprimento. Na parte mais elevada do teso existe uma casa de madeira (já bem antiga segundo os guias), de propriedade de José Roberto Boulhosa, que é dono dessa área que está dentro da Fazenda Menino Jesus. Ao redor da casa e fora do teso se observou retiradas de terra recentes. Na boca do rio Anajás-Mirim existe atualmente uma tapagem feita de terra retirada de área próxima ao sítio, sendo utilizada para facilitar a pesca que é abundante neste trecho dos rios, e para facilitar o acesso de automóveis para o outro lado do rio, onde está a sede da Fazenda Menino Jesus. Esta tapagem é refeita todos os anos.

Ilha dos Camaleões I (UTM 22M 0685477, 9951140)

Sítio cerâmico com área elevada de terra firme com, aproximadamente, 1m de altura. Pertence à Fazenda Minas, de propriedade do Sr. Pedro Estênio. Corresponde a uma ilha de terra elevada e com vegetação de árvores de médio porte sendo que a água mais próxima é o igarapé Jacitara. No período do inverno esta área fica submersa. Observamos grande quantidade de material cerâmico disperso em superfície e aflorados nas raízes de árvores expostas de 1m a 2m de altura, indicando que a área provavelmente era mais elevada, porém como freqüentemente alaga e pela passagem de gado pode ter perdido seu nível real. A área é cercada por uma área alagável e a faixa de terra firme, onde foi observado material cerâmico, e corresponde a dimensões de, aproximadamente, 20m por 40m. Esta ilha é conhecida por ser utilizada para caça de capivara. Realizamos coleta de alguns fragmentos descontextualizados.

Ilha dos Camaleões II (UTM 22M 0685585, 9951224)

Sítio cerâmico com área elevada de terra firme com, aproximadamente, 1m a 2m de altura. Pertence à Fazenda Minas de propriedade do Sr. Pedro Estênio. Corresponde a uma ilha de terra elevada localizada a, aproximadamente, 80m ao leste do sítio Ilha dos Camaleões I, separadas por uma área alagável. Essa área é mais preservada e coberta por folhagens sendo que a água mais próxima é o igarapé Jacitara. No período do inverno esta área não alaga. Foi observado material cerâmico disperso em superfície. A área é cercada por uma área alagável e a faixa de terra firme, onde observamos material cerâmico e uma área de, aproximadamente, 50m em sentido Norte-Sul e 40m Oeste-Leste. Esta ilha é conhecida por ser utilizada para caça de capivara.

Ilha dos Camaleões III (UTM 22M 0685633, 9951148)

Sítio cerâmico com área elevada de terra firme com, aproximadamente, 1m de altura. Pertence à Fazenda Minas, de propriedade do Sr. Pedro Estênio, estando ao norte da sede da Fazenda Santo Antônio. Corresponde a uma ilha de terra elevada localizada a, aproximadamente, 40m ao sul do sítio Ilha dos Camaleões II, separadas por um baixo alagável. É coberta por folhagens e mata, e a água mais próxima é o igarapé Jacitara. No período do inverno esta área não alaga. O material cerâmico estava disperso em superfície e aflorado nas raízes de árvores expostas com 1m de altura, indicando que a área provavelmente era mais elevada, porém como freqüentemente alaga e pela passagem de gado pode ter perdido seu nível real. A área é cercada por uma área alagável e a faixa de terra firme, onde foi observado material cerâmico, em uma área de, aproximadamente, 30m em sentido Norte-Sul e 30m Oeste-Leste.

Ilha Grande (UTM 22M 0699522, 9944184)

Sítio cerâmico localizado na Fazenda Santa Helena, de propriedade de Elias Benchimol. Situa-se ao norte da sede da fazenda Santa Helena

em área preservada, separado do sítio Santa Helena por uma área de campo baixo que alaga durante o período de inverno. A área nunca foi ocupada. Está ao norte do sítio Santa Helena, separada pelo igarapé Boa Esperança. Apresenta, aproximadamente, 2m de altura com topografia plana de grandes extensões, com comprimento de, aproximadamente, 900m de terra firme, e 50m de largura, porém visitamos a porção sul do sítio onde observamos grande quantidade de fragmentos cerâmicos em superfície e em buracos de bichos, dos quais coletamos alguns fragmentos diagnósticos. Na porção sul tem uma valeta aparentemente antiga.

Lago Arari (UTM 22M 0704217, 9922966)

Sítio cerâmico localizado próximo à margem oeste do Lago Arari, em frente à Fazenda Graça Divina, conhecida atualmente como Fazendinha, de propriedade de Raimundo Mauricio Ribeiro e Mariano Mauricio Ribeiro. O sítio fica submerso durante o inverno, porém apresenta um solo compactado diferentemente do solo do entorno, o que permite percorrê-lo facilmente. Observamos grande quantidade de material arqueológico disperso em superfície (deste coletamos fragmentos diagnósticos, tais como apliques modelados, bordas e corpos com decoração, fragmento de prato), além de algumas vasilhas inteiras com suas bordas afloradas em superfície. A área de ocorrência de cerâmica é muito extensa, e segundo os proprietários se estende por 200m em direção Norte-Sul. Em visita à Ponta da Pescada (S 0704622 W 9920676), que fica próximo à foz do rio Arari observamos um fragmento cerâmico que pode ter sido transportado pelo movimento das águas do lago, portanto isto não foi indicativo do tamanho do sítio. Segundo os informantes, na área onde ocorre material arqueológico existia um barranco alto que foi desaparecendo com as constantes enchentes do lago.

Menino Jesus I (UTM 22M 0698271, 9918710)

Sítio cerâmico localizado em um barranco na margem direita do rio Anajás-Mirim, estando a oeste da ocorrência Flor do Anajás na Fazenda

Menino Jesus, de propriedade de José Roberto Bulhosa. A área elevada mede de 3m a 4m de altura em relação ao nível do rio. Suas dimensões são de, aproximadamente, 50m de comprimento, e sobre a largura não foi possível estimar uma vez que para dentro do campo o terreno está mais ou menos nivelado pela passagem de gado. Observamos material cerâmico no barranco na margem do rio e no solo revolvido pela circulação de gado. Coletamos alguns fragmentos caídos no barranco.

Menino Jesus II (UTM 22M 0670760, 9930492)

Sítio cerâmico localizado na Fazenda Menino Jesus, de propriedade do Sr. José Roberto Boulhosa, e Fazenda Madeira, sendo que no meio do sítio existe uma cerca que marca o limite entre as duas fazendas. Situa-se a oeste do sítio Menino Jesus II, em área elevada com 3m a 4m de altura em relação ao nível do rio. Suas dimensões são de, aproximadamente, 60m de comprimento e com largura de 40m. O sítio se encontra em uma curva do rio Anajás-Mirim, a 80m da sua margem direita e junto ao igarapé das Mercês, tributário do rio. Observamos material cerâmico em superfície e coletamos material diagnóstico.

Passagem do Tucumã (UTM 22M 0670600, 9930010)

Sítio cerâmico com área elevada de terra firme na margem esquerda do rio Mocoões medindo, aproximadamente, 5m de altura em relação ao nível do rio. Pertence à Fazenda Santo Elias de propriedade do Sr. Guilherme Benchimol, estando próximo ao Retiro Bom Jesus. No período do inverno esta área fica submersa. No ponto conhecido como Passagem do Tucumã (que se trata de um caminho aberto para a passagem de gado com solo revolvido), foram observados fragmentos cerâmicos dispersos em superfície, e no lado esquerdo da passagem uma vasilha pequena junto ao barranco na margem do rio, que estava bastante deteriorada e úmida. Não pudemos estimar sobre suas dimensões por ser uma área bastante extensa e ocupada por mata.

Santa Bárbara (UTM 22M 0703402, 9933742)

Sítio cerâmico localizado no Retiro Santa Bárbara (pertencente à Fazenda Ananatuba), do proprietário Sr. Frederico Lobato Tavares, com elevação de, aproximadamente, de 3m de altura com relação ao nível do campo, estando ao norte da Fazenda Ananatuba. A área mais alta está delimitada por uma cerca de madeira e mede, aproximadamente, 40m de largura por 50m de comprimento, e não alaga durante o inverno, estando junto ao igarapé Santa Bárbara. O sítio está alterado por uma casa de madeira, galpão, maromba, açude e curral. O terreno em frente à casa está protegido por uma barreira de contenção para conter as enchente do Lago Arari durante o inverno. Na frente do teso, na parte baixa alagável e revirada pela passagem de gado, observamos diversos fragmentos cerâmicos em superfície misturados com pedaços de telha. Coletamos alguns fragmentos diagnósticos.

Santo Elias I (UTM 22M 0673130, 9934850)

Sítio cerâmico localizado na fazenda Santo Elias, de propriedade do Sr. Guilherme Benchimol, junto à margem esquerda do rio Mocoões. O material arqueológico foi encontrado disperso pela propriedade (principalmente próximo à sede da fazenda) e no barranco próximo à margem do rio onde foi observada grande quantidade de bordas e fragmentos com decoração plástica, sendo que alguns fragmentos foram coletados por estarem totalmente descontextualizados. O sítio está alterado pela construção da sede da fazenda, casas de madeira, açude e retirada de areia para a tapagem que liga este sítio ao Santo Elias II, localizado ao norte. Encontra-se a, aproximadamente, 6m de altura em relação ao rio. A largura é de 40m, do barranco na margem do rio até a área onde observamos ocorrência de cerâmica. Com relação ao comprimento, não foi possível estimar, pois ao norte se encontra uma área alterada pela tapagem e estrada aberta para a circulação de motos e carros. Na ocasião da vistoria havia uma equipe da empresa Rede CELPA instalando *pontos de travessia* para postes na porção norte do sítio. Segundo os técnicos, estes postes correspondem à implantação do projeto de eletrificação rural do programa Luz para Todos, do Governo Federal.

Santo Elias II (UTM 22M 0673111, 9935088)

Sítio cerâmico localizado na fazenda Santo Elias, de propriedade do Sr. Guilherme Benchimol, na margem esquerda do rio Mocoões, que segundo o informante Sr. Cláudio Pereira (*Coló*) trata-se de uma ilha de terra, estando delimitada a leste pelo reservatório de água, a oeste e norte pelo rio Mocoões, e sul pelo sítio arqueológico Santo Elias I. Essa área está mais bem preservada em relação ao Santo Elias I, apresentando apenas marcas de circulação de animais. O sítio mede, aproximadamente, 3m de altura, e suas dimensões S-N são de 200m, e L-O de 100m. O material arqueológico foi encontrado disperso pela superfície próximo da tapagem que o interliga com o Santo Elias 1, ao sul. Observamos fragmentos com decoração plástica.

Teso do Índio I (UTM 22M 0698665, 9936384)

Sítio cerâmico localizado nas terras da Fazenda Ananatuba do proprietário Sr. Frederico Lobato Tavares com elevação de, aproximadamente, de 1m de altura com relação ao nível do campo, estando a noroeste do Retiro Santa Bárbara. Suas dimensões são de, aproximadamente, 15m de largura e 25m de comprimento e essa área não alaga durante o inverno. Esta área é conhecida localmente como uma única área de teso grande, denominada de Teso do Índio, composta por três *bolas de mato*, como foi informado por Carlos Alberto (administrador do retiro Santa Bárbara), porém as consideramos como três sítios (Tesos do Índio I, II e III) por estarem separados por áreas alagáveis e por se constituírem de três áreas mais elevadas em relação ao entorno. A água mais próxima é o igarapé do Teso Comprido que fica mais próximo desta área se localiza a 800m de distância. A área do sítio apresenta-se preservada com cobertura de folhagens. Observamos fragmentos cerâmicos que estão dispersos em grande quantidade na superfície. Coletamos alguns fragmentos diagnósticos.

Teso do Índio II (UTM 22M 0698554, 9936338)

Sítio cerâmico localizado nas terras da Fazenda Ananatuba, do proprietário Sr. Frederico Lobato Tavares, com elevação de, aproximadamente, de

1m de altura com relação ao nível do campo, estando a noroeste do Retiro Santa Bárbara. Suas dimensões são de, aproximadamente, 30m de largura e 40m de comprimento e essa área não alaga durante o inverno. A água mais próxima é o igarapé do Teso Comprido, que fica mais próximo desta área se localiza a 800m de distância. A área do sítio apresenta-se preservada não indicando caminho de gado, com cobertura de folhagens. Observamos fragmentos cerâmicos que estão dispersos em grande quantidade na superfície. Coletamos alguns fragmentos diagnósticos.

Teso do Índio III (UTM 22M 0698562, 9936566)

Sítio cerâmico localizado nas terras da Fazenda Ananatuba, do proprietário Sr. Frederico Lobato Tavares com elevação de, aproximadamente, 1 a 2m de altura com relação ao nível do campo, estando a noroeste do Retiro Santa Bárbara. Suas dimensões são de, aproximadamente, 30m de largura e 40m de comprimento e essa área não alaga durante o inverno. A água mais próxima é o igarapé do Teso Comprido que fica mais próximo desta área se localiza a cerca de 800m de distância. A área do sítio apresenta marcas de passagem de gado. Observamos fragmentos cerâmicos que estão dispersos em grande quantidade na superfície e fragmentos de base e bordas próximas a um buraco de bicho. Coletamos alguns fragmentos diagnósticos.

Sítios Arqueológicos em Chaves

Apií (UTM 22M 0698076, 9948042)

Sítio cerâmico localizado na Fazenda Apií, de propriedade de Elias Benchimol, em terras que pertencem ao município de Chaves. Localizado ao norte do sítio Curupitá, com terreno arenoso onde se observaram muitos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície, principalmente na área do campo de futebol à direita da sede da Fazenda. Material cerâmico muito fragmentado. Coletamos um fragmento de prato com aplique na área do campo de futebol. Em frente à fazenda passa o Igarapé Apií, que dá acesso à sede de Santa Cruz do Arari no inverno. O sítio está bastante alterado pela construção de casas de madeira, curral, cercas e campo de futebol. O terreno do entorno da sede mede, aproximadamente, 1m de altura e devido às alterações na área não foi possível estimar sobre suas dimensões de largura e comprimento. Segundo o informante Denis Soares, esta área era mais elevada, contudo perdeu seu nível real pelo uso do terreno. Informou ainda que durante a construção da sede da fazenda Santa Luzia encontraram muitas igaçabas enterradas.

Chaves I (UTM 22M 0672970, 9934762)

Sítio cerâmico encontrado na fazenda Santo Elias, de propriedade do Sr. Guilherme Benchimol, em área que pertence ao município de Chaves, localizado na margem direita do rio Mocoões e se encontra a oeste do Santo Elias I. Ao norte se encontra o sítio Chaves II, do qual está separado pelo canal Triunfo. Esta área se encontra preservada com vegetação de mata. Evidenciamos grande quantidade de material cerâmico disperso em superfície no declive em direção ao rio Mocoões, junto à entrada do canal. O material cerâmico é composto de diversos fragmentos de borda, fragmentos simples e com decoração plástica. Coletamos alguns fragmentos diagnósticos. Este sítio tem, aproximadamente, 2m de altura, e não foi possível estimar sobre suas dimensões devido ao fato de se estender bastante e se juntar à terra firme no sentido norte sul e leste-oeste.

Chaves II (UTM 22M 0673045, 9934936)

Sítio cerâmico encontrado na fazenda Santo Elias de propriedade do Sr. Guilherme Benchimol, em área que pertence ao município de Chaves, localizado na margem direita do rio Mocoões e se encontra a oeste do Santo Elias I. Ao sul se encontra o sítio Chaves I, do qual está separado pelo canal Triunfo, e a norte o sítio Santo Elias II. Esta área se encontra preservada, apresentando vegetação de mata. Observamos grande quantidade de material cerâmico disperso em barranco junto à entrada do canal, que é composto de fragmentos de borda, fragmentos simples e com decoração plástica. Coletamos um fragmento

com decoração elaborada que estava caído no barranco. Este sítio tem, aproximadamente, 2m de altura, e, aproximadamente, dimensões N-S de 50m e não foi possível estimar sobre suas dimensões L-O.

Santa Helena (UTM 22M 0700052, 9942986)

Sítio cerâmico localizado na Fazenda Santa Helena, de propriedade de Elias Benchimol, na margem direita do igarapé Santa Helena que é braço do Lago Arari, no município de Chaves. O sítio está alterado por construções de casas de madeira, cercas e um curral. Apresenta solo arenoso com, aproximadamente, de 1m a 2m de altura e 30m de largura, e não pudemos estimar sobre seu comprimento uma vez que à esquerda das casas existe um curral.

Santa Luzia (UTM 22M 0706466, 9952984)

Sítio cerâmico localizado na fazenda Santa Luzia, de propriedade de Helena Lobato Castro, em área que pertence ao município de Chaves. A fazenda está ao norte do Lago Arari; a leste situa-se o rio Tartaruga e a sul está o rio Apií. Encontramos muitos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície por toda a área do sítio e próximos da sede da fazenda. Este material se constituiu de fragmentos com decoração plástica, muitos fragmentos de borda e destes coletamos alguns fragmentos diagnósticos. O sítio está bastante alterado pela construção de casas, curral, galpão, açude e construção de cercas em volta da área elevada. Constitui-se de solo arenoso com, aproximadamente, 1m de altura e cerca de 40m de largura. Com relação ao comprimento, a proprietária informou que se estende por 300m, porém à esquerda da sede da fazenda existe um curral e um galpão, o que dificultou estimar sobre suas dimensões. Observamos poucos fragmentos nessa área, ocorrendo até o portão de entrada, situado no limite à direita da fazenda. A área do curral é quase nivelada com a área que alaga ao redor da sede. A proprietária informou que esta área era mais elevada, porém com a utilização do terreno perdeu sua elevação natural. Na residência existe uma coleção de vasos cerâmicos inteiros.

Sítio Arqueológico em Cachoeira do Arari

Zebulândia (UTM 22M 0715468, 9934724)

Sítio cerâmico situado na Fazenda Zebulândia, de Paulo Lobato de Matos. Possui área elevada de terra firme com, aproximadamente, 1m de altura, na margem esquerda do igarapé da Zebulândia, que deságua na margem esquerda do Lago Arari. No período do inverno esta área não alaga. Foi observada grande quantidade de material cerâmico disperso em superfície e três vasilhames cerâmicos com as bordas aflorando em superfície, próximos às raízes de uma mangueira. Durante a visita se observou a abertura de uma estrada no entorno do teso por um trator, quando aflorou material arqueológico. Além disso, a área se apresenta bastante perturbada por construções de casas de madeira, maromba, curral e açudes, além de grandes perturbações por máquinas e retiradas de terra. A área de terreno mais elevado e com ocorrência de material cerâmico mede, aproximadamente, 80m em sentido Norte-Sul e 60m Oeste-Leste. O informante Ronaldo de Oliveira informou que, na outra margem do igarapé, existe outro teso com material cerâmico, porém não foi possível visitá-lo devido ao acesso dificultado.

IPHAN
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

ISBN 978-85-62913-01-3